



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERRITÓRIO,  
AMBIENTE E SOCIEDADE**

**MILENA DAMASCENO NASCIMENTO**

**O DIREITO DA MULHER À CIDADE: DESAFIOS E OPRESSÕES NO  
ESPAÇO PÚBLICO DE ITABUNA-BA**

Salvador

2023

**MILENA DAMASCENO NASCIMENTO**

**O DIREITO DA MULHER À CIDADE: DESAFIOS E OPRESSÕES NO  
ESPAÇO PÚBLICO DE ITABUNA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Vasconcelos de Jesus

Coorientadora: Profa. Dra. Liana Silva de Viveiros e Oliveira

Linha 1: Sociedade, política, história e cultura em dinâmicas territoriais e ambientais.

Salvador

2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca.

N244 Nascimento, Milena Damasceno

O direito da mulher à cidade: desafios e opressões no espaço público de Itabuna-Ba / Milena Damasceno Nascimento . – Salvador, 2023.  
138 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade. Linha de Pesquisa: Sociedade, Política, História e Cultura em Dinâmicas Territoriais e Ambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Vasconcelos de Jesus.

Coorientadora: Profa. Dra. Liana Silva de Viveiros e Oliveira

1. Mulher 2. Direito à Cidade 3. Planejamento Urbano 4. Itabuna  
5. Política do Cuidado I. Jesus, Liliane Vasconcelos – Orientadora  
II. Oliveira, Liana Silva de Viveiros e – Coorientadora III. Universidade  
Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação IV. Título.

CDU 711.4-055.2(813.8)

**MILENA DAMASCENO NASCIMENTO**

**O DIREITO DA MULHER À CIDADE: DESAFIOS E OPRESSÕES NO  
ESPAÇO PÚBLICO DE ITABUNA-BA**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre(a) em Território,  
Ambiente e Sociedade.

Salvador, 20 de abril de 2023.

Banca Examinadora:



---

Prof.(a)s. Dr.(a)s. Liliane Vasconcelos de Jesus (orientadora - UCSAL)



---

Prof.(a) Dr.(a) Liana Silvia de Viveiros Oliveira (coorientadora - UCSAL)



---

Prof.(a) Dr.(a) Maina Pirajá Silva (examinadora interna - UCSAL)



---

Prof.(a) Dr.(a) Nancy Rita Ferreira Vieira (examinadora externa - UFBA)

## **AGRADECIMENTOS**

O processo de cursar o mestrado em Território, Ambiente e Sociedade não foi fácil, foram dois anos de altos e baixos, de muitos desafios, mas também de muitos presentes e as pessoas à quem dedico esses singelos agradecimentos foram essenciais para que eu chegasse a esta conclusão da maneira mais leve, feliz e realizada possível.

Agradeço aos meus pais, por todo o suporte emocional e financeiro, por segurarem a saudade e me manterem há 460 Km de distância de casa, com todo o conforto necessário para ser uma das melhores experiências da minha vida. Também ao meu irmão, por sempre se orgulhar e comemorar as minhas pequenas e grandes conquistas e se fazer presente todos os dias, seja enviando vídeos sem graça ou compartilhando sua rotina comigo. Ao meu parceiro de vida, por cuidar dos meus dias, por todos os afazeres domésticos e de cuidado feitos enquanto eu estive sem tempo ou apenas para tornar minha rotina menos cansativa e claro, pela companhia e amor nos dias bons e ruins. Vocês têm todo o meu amor.

Agradeço também aos meus amigos que me incentivaram desde o início, em especial à Milena, por segurar a barra quando preciso e nunca me abandonar. Também aos amigos que fiz no mestrado, Sara e Isabele, mas em especial à Thalita e Felipe por me acolherem tão bem, por tornarem esses dois anos muito mais divertidos, por compartilhar as angústias e ansiedades e por me apresentarem Salvador de uma maneira única. Nós por nós, sempre.

Às minhas orientadoras, Liliane e Liana, obrigada por todo o suporte e acompanhamento, agradeço imensamente todos os ensinamentos e principalmente por não soltar minha mão e tornar esse processo de escrita o mais leve possível. Agradeço também a Maina, Rossana e Nancy pelo aceite em participar da banca e por todas as contribuições feitas de forma tão gentil, me deixando confortável e acolhida em um momento tão tenso. Lembrarei da dedicação de vocês sempre.

Não poderia deixar de agradecer às mulheres que participaram da pesquisa, por terem dedicado seu tempo a responderem as perguntas.

Por fim, agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro que tornou esse sonho possível.

Dedico essa dissertação a todas as mulheres que praticam resistência nos atos mais simples do cotidiano. A cidade ainda será nossa!

## RESUMO

O processo de formação das cidades se deu de forma patriarcal e racista, onde somente os homens brancos tinham o direito à participação e guiavam as decisões relacionadas ao planejamento urbano para atenderem às suas necessidades e desejos. Com isso, as mulheres tiveram a sua presença e permanência no espaço público segregadas e as cidades foram postas como espaços que não as pertencem. A cidade de Itabuna, localizada no sul do Estado da Bahia, não foge à regra. Seu ordenamento urbano parte de uma visão androcêntrica, onde as mulheres estão sujeitas a seguir um papel social e um comportamento pré-definido para evitar sofrer assédio e violência de gênero. A pesquisa tem como objetivo principal analisar em quais dimensões o ordenamento da cidade interfere no exercício do direito à cidade das mulheres de Itabuna. Para tanto, foi feita uma pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários, tanto no Centro da cidade quanto de forma online, com mulheres cisgênero e transgênero, entre dezoito e setenta anos, com o intuito de apreender como são suas rotinas na cidade, de que forma o espectro da violência interfere em seus caminhos, quais as emoções atreladas às suas vivências e como esses fatores interferem não só no seu direito à cidade como também no seu entendimento do que é a cidade. A metodologia utilizada tem caráter qualitativo, com foco na análise das subjetividades presentes nos relatos fornecidos pelas entrevistadas. Por meio de quadros, gráficos, nuvem de palavras e mapeamento colaborativo, desenvolvidos através desta análise, é possível constatar que o espectro do medo orienta a forma como as mulheres de Itabuna vivenciam e interpretam a cidade. As discussões estão apoiadas em um referencial teórico multidisciplinar nos estudos de gênero, cuidado, planejamento urbano e direito à cidade, guiadas autores e autoras com contribuições relevantes e atuais sobre os temas, como David Harvey (2022), Lefebvre (2016), Leslie Kern (2021), Maricarmen Gómez (2022) e Serafina Amoroso (2022). Os resultados aqui apresentados demonstram que o urbanismo e o planejamento urbano da cidade necessitam ser repensados a partir de uma perspectiva de gênero que inclua as experiências das mulheres em suas políticas públicas e propriamente urbanas. Além disso, é proposta a via da socialização do cuidado, entendendo que, por serem as maiores responsáveis pelo trabalho de cuidado, as mulheres necessitam que haja uma coexistência entre o espaço privado e público, que possibilite a divisão destas tarefas e o alívio em suas jornadas de trabalho, para que assim elas consigam dispor de tempo para atuar como agentes participativas e transformadoras nas esferas de decisão que envolvem o planejamento das cidades.

**Palavras-chave:** Mulher. Direito à cidade. Planejamento urbano. Política do Cuidado. Itabuna.

## ABSTRACT

The process of city formation has been patriarchal and racist, where only white men had the right to participate and guide decisions related to urban planning to meet their needs and desires. As a result, women had their presence and access to public spaces segregated, and cities were established as spaces that did not belong to them. The city of Itabuna, located in the southern state of Bahia, is no exception. Its urban organization is based on an androcentric view, where women are expected to adhere to a predefined social role and behavior to avoid experiencing harassment and gender-based violence. The main objective of this research is to analyze the dimensions in which the city's organization affects the exercise of women's right to the city in Itabuna. To this end, a field research was conducted through the application of questionnaires, both in the city center and online, targeting cisgender and transgender women aged between eighteen and seventy years old. The aim was to understand their daily routines in the city, how the specter of violence affects their movements, the emotions associated with their experiences, and how these factors interfere not only with their right to the city but also with their understanding of what the city represents. The methodology used is qualitative, focusing on the analysis of subjectivities expressed in the testimonies provided by the interviewees. Through charts, graphs, word clouds, and collaborative mapping developed from this analysis, it is evident that the spectrum of fear shapes how women in Itabuna experience and interpret the city. The discussions are supported by a multidisciplinary theoretical framework encompassing gender studies, care, urban planning, and the right to the city, guided by authors with relevant and current contributions to these topics, such as David Harvey (2022), Lefebvre (2016), Leslie Kern (2021), Maricarmen Gómez (2022), and Serafina Amoroso (2022). The presented results demonstrate that urbanism and urban planning in the city need to be reconsidered from a gender perspective that includes women's experiences in public and urban policies. Additionally, the socialization of care is proposed, understanding that as the primary caregivers, women need a coexistence between private and public spaces that allows for the division of these tasks and relieves their work burdens. This would enable them to have time to act as participatory and transformative agents in decision-making spheres that involve city planning.

**Keywords:** Women. Right to the city. Urban planning. Politics of Care. Itabuna.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Local de aplicação da pesquisa.....	23
<b>Figura 2</b> - Mapa de alcance da pesquisa em relação aos bairros das respondentes.....	23
<b>Figura 3</b> - Mapa colaborativo de relatos de medo e violência.....	24
<b>Figura 4</b> - Perfil das entrevistadas .....	34
<b>Figura 5</b> - Localização da cidade de Itabuna-Ba. ....	55
<b>Figura 6</b> - Avenida Cinquentenário .....	60
<b>Figura 7</b> - Jardim do Ó .....	61
<b>Figura 8</b> - Vista diurna da Praça Otávio Mangabeira .....	62
<b>Figura 9</b> - Vista aérea do lado esquerdo da Av. Beira-Rio.....	63
<b>Figura 10</b> - Vista da Alameda da Juventude.....	63
<b>Figura 11</b> - Mapa do Centro de Itabuna e seus principais signos.....	64
<b>Figura 12</b> - Vista aérea do Shopping Jequitibá em Itabuna-Ba. ....	65
<b>Figura 13</b> - Vista noturna da praça de alimentação da Praça Otávio Mangabeira .....	76
<b>Figura 14</b> - Vista noturna da Praça Otávio Mangabeira .....	76
<b>Figura 15</b> - Montagem com reportagens sobre o caso Esther Magalhães .....	79
<b>Figura 16</b> - Vista noturna das ciclofaixas da Av. Fernando Cordier. ....	82
<b>Figura 17</b> - Você já sofreu alguma situação de assédio/violência enquanto circulava pela cidade? .....	84
<b>Figura 18</b> - Mapa colaborativo de violência de gênero sofridas pelas itabunenses.....	85
<b>Figura 19</b> - Relatos de assédio verbal contra as mulheres de Itabuna .....	86
<b>Figura 20</b> - Relatos de assédio físico contra as mulheres de Itabuna .....	87

<b>Figura 21</b> - Emoções sentidas pelas entrevistadas ao frequentar a cidade de Itabuna. ....	90
<b>Figura 22</b> - Mapa da insegurança da mulher na cidade de Itabuna .....	93
<b>Figura 23</b> - Vistas da Avenida Cinquentenário à noite. ....	94
<b>Figura 24</b> - Vista lateral e interna da Passarela Ilha do Jegue à noite .....	95
<b>Figura 25</b> - Mapa dos relatos de constrangimentos na cidade de Itabuna .....	96
<b>Figura 26</b> - Características urbanas que fazem as mulheres se sentirem seguras e inseguras	105
<b>Figura 27</b> - Gráfico de consciência dos preconceitos que reforçam a discriminação em estudos urbanos e territoriais .....	107
<b>Figura 28</b> - Intervenção realizada por alunos e moradores na praça do Vila Zara.....	111
<b>Figura 29</b> - Parque infantil construído pelos alunos da Faculdade Anhanguera. ....	112

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Femicídios e demais mortes violentas intencionais (MVI) de mulheres, por tipo de local do crime Brasil, 2021 .....	49
<b>Gráfico 2</b> - Alguma vez você já participou, ou foi convidada (e) a participar, de alguma reunião promovida pelo poder público que buscasse ouvir suas experiências vividas na rua? 51	
<b>Gráfico 3</b> - Você conhece o termo “Direito à Cidade”? .....	69
<b>Gráfico 4</b> - Com que objetivo frequenta os espaços públicos de Itabuna? .....	77
<b>Gráfico 5</b> - Como você frequenta o espaço urbano da cidade .....	80
<b>Gráfico 6</b> - Você evita circular pelas ruas da cidade sozinha em algum horário específico?... 92	
<b>Gráfico 7</b> - Você tem algum costume/ritual específico ao frequentar as ruas sozinha? .....	98
<b>Gráfico 8</b> - Alguma vez você já repensou a roupa com a qual iria sair de casa para evitar situações constrangedoras/ de assédio ou violência na rua?.....	100
<b>Gráfico 9</b> - Você considera que Itabuna seria mais segura e atenderia melhor suas necessidades caso as suas experiências vividas nas ruas fossem ouvidas e incluídas no planejamento da cidade?.....	113

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Associações de direito à cidade com direito à serviços básicos.....	70
Quadro 2 - Menção do termo “usufruir” nas respostas obtidas.....	72
Quadro 3- Presença do termo “direito de ir e vir” e “segurança” nas respostas obtidas .....	73
Quadro 4- Relatos de assédio sofridos pelas mulheres de Itabuna durante o uso do transporte público .....	81
Quadro 5- Estratégias adotadas ao frequentar a cidade .....	98
Quadro 6- Alguma vez você já repensou a roupa com a qual iria sair de casa?.....	101
Quadro 7- Alguma vez você já repensou a roupa com a qual iria sair de casa?.....	101

## **LISTA DE SIGLAS**

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>3 O PLANEJAMENTO URBANO HEGEMÔNICO E O DIREITO DAS MULHERES À CIDADE.....</b>	<b>27</b>
3.1 E eu não sou uma mulher? Configurações da mulher na cidade .....	27
3.2 Cidade, substantivo <i>feminino</i> ? A produção sexista do espaço urbano e o direito à cidade da mulher.....	35
3.2.1 Onde a casa encontra a rua: a cidade e a questão do cuidado .....	43
<b>4 ITABUNA, QUE CIDADE É ESSA?.....</b>	<b>54</b>
4.1 Quem pensa Itabuna? A formação da cidade e o que informa e conforma na atualidade.....	54
4.2 Que canto dessa cidade é meu? Leituras do direito à cidade a partir das mulheres de Itabuna .....	68
4.3 Por onde andei: as vivências da mulher na cidade de Itabuna.....	75
<b>5 Entre o medo, a resistência e a esperança: caminhos para uma cidade menos opressora.....</b>	<b>89</b>
5.1 Por onde não caminham as mulheres? Espacializando as experiências das mulheres 89	
5.2 Não mexe comigo, eu não ando só: estratégias e rituais para vivenciar a cidade .....	97
5.3 Se essa rua fosse nossa: possibilidades de um urbanismo com enfoque de gênero em Itabuna .....	103
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ABERTURAS .....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>

<b>APÊNDICE A - MODELO DO QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE .....</b>	<b>136</b>
<b>ANEXO A - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....</b>	<b>137</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Eu nasci em Itabuna, mas vivi até os meus 8 anos no interior, passei a residir na cidade por motivos de estudo. Comecei a vivenciar o ambiente da cidade a partir dos meus 12 anos, quando minha mãe finalmente me deixou ir e voltar andando para a escola, mas não sem antes garantir com a mãe de outra colega que nós iríamos e voltaríamos juntas, como um sinal de segurança. Eu não compreendia direito essa preocupação dela, o caminho era muito tranquilo, o horário de entrada e saída do colégio deixava a rua movimentada e eram somente 5 minutos andando, eu morava somente a 400m da escola e em um bairro residencial central. Aos 14 anos eu me mudei para um bairro mais afastado do centro da cidade, o Santo Antônio, mas coincidentemente era o mesmo bairro onde se localizava o colégio onde fiz meu ensino médio e novamente eu morava somente a 700m do local e ia e voltava andando todos os dias, mas dessa vez, sozinha. O caminho não me agradava muito, eu passava por uma borracharia, dois postos de gasolina e por duas largas avenidas, difíceis de atravessar, além do fato da minha rua ser 100% residencial e quase não ter pessoas na porta no horário que eu transitava, mas naquela época eu não me sentia tão insegura, ignorava os comentários e cantadas e seguia meu caminho até meu destino final. Como eu morava distante do Centro, eu estava sempre me deslocando longas distâncias para encontrar meus amigos ou atender a outras atividades, como não gostava de pegar o transporte público por ser sempre cheio e precário, eu ia caminhando. Eu sabia exatamente as ruas que eu precisava caminhar mais rápido e os trechos que eu poderia andar mais relaxada, conhecer o código da cidade me deixava um pouco mais tranquila, mas eu sempre estava atenta, olhando para os lados, nunca tive o privilégio de ser apenas uma flanadora em Itabuna, uma vez que ser flanadora para as mulheres é preocupante, já que exige um respeito pelo nosso espaço pessoal e pela condição de estar sozinha, além do fato de ser anônimo e passar despercebido pela multidão de desconhecidos, fator quase impossível quando se é mulher. (KERN, 2021)

Aos 16 anos eu me mudei novamente, voltei a residir no bairro onde passei minha infância, o Conceição, agora o meu colégio ficava do outro lado do Rio, como costumamos dizer na cidade. Ir andando não era uma opção viável para mim, por ser um horário muito cedo e as ruas estarem vazias, então minha mãe me levava de carro. A volta não era sempre um problema. Eu tinha 2 amigos homens que moravam próximos a mim, então nós sempre voltávamos juntos de ônibus e estar com eles me fazia sentir mais segura, pois se sentar ao lado de um desconhecido no ônibus me deixava incomodada e eles nunca me deixaram passar

por isso, mesmo eu nunca tendo precisado informar ou pedir, ainda assim uma vez eu fui abordada por um homem que aparentava estar bêbado. Ocorria também de voltarmos andando, quando queríamos aproveitar mais o tempo caminhando, era distante, mas a companhia e a diversão tornavam o trajeto uma experiência. Ir para casa de ônibus ou a pé me trazia uma sensação de independência, até mesmo liberdade, compartilhar aquele momento longe de responsáveis somente com meus amigos me trazia um sentimento bom, por isso quando Leslie Kern (2021) traz em seu livro *Cidades Feministas*, a sensação de viver a cidade com sua amiga, eu me encontrei no seu discurso e comecei a interpretar essa sensação com outros olhos. Ela traz que a amizade faz parte dos nossos “kits de ferramenta de sobrevivência urbana” (2021, p.44) e eu não poderia concordar mais. Contudo, sair acompanhada de amigos homens é diferente de sair com amigas mulheres. A sensação de estar acompanhada e ter com quem contar não muda, porém, o nível de medo e assédio recebido é totalmente diferente.

Sair sozinha pelas ruas da cidade com minhas amigas era ter a certeza de que os homens iriam tecer comentários desagradáveis sobre nós, além de que nós estaríamos sempre uma cuidando e zelando pela outra, pois como afirma Kern (2021), nós somos a rede de segurança urbana uma da outra, nossos caminhos eram pensados estrategicamente baseado em “somos meninas andando sozinhas”, sensação que eu não tinha quando estava acompanhada dos meus amigos, com eles eu transitava por ruas que sequer cogitaria andar caso estivesse só ou acompanhada só de mulheres. Hoje eu vejo a problemática envolvida nessas situações. A cidade só aceita a presença da mulher sem questionamentos quando ela está acompanhada pela figura masculina. Nós somos educadas e condicionadas a pensar e reproduzir comportamentos segregadores e machistas acreditando que são eles que nos manterão seguras. Como é possível então reivindicar meu lugar na cidade se eu nunca posso estar sozinha?

O relato dessas experiências se deu no período da manhã ou tarde. Circular por Itabuna após as 18h a pé ou de ônibus sendo mulher com amigas ou sozinha nunca foi uma opção para mim. Durante os 5 anos que eu cursei a graduação em nenhum dia eu deixei de ir de carro, eu e minhas amigas dividimos o valor da gasolina e garantimos assim não só o conforto físico, mas o mental de não precisar gerir a nossa segurança de forma massiva durante o trajeto. Entretanto, a sensação de segurança não era 100%, mesmo de carro, o medo ao passar pelas ruas desertas ou mal iluminadas era constante.

As minhas experiências na cidade possuem um lugar, uma condição não só financeira, mas de cor, gênero e sexualidade. Então, partindo do meu lugar de fala e das pesquisas realizadas

sobre o tema, eu busquei observar se o meu padrão de deslocamento e os sentimentos atrelados a ele se repetiam com mulheres em condições diferentes da minha

## 2 INTRODUÇÃO

A inquietação original que deu início a essa pesquisa surge do fato que eu, como itabunense, frequentadora do espaço público da cidade, me sentia impelida a utilizar de medidas auto protetivas todas as vezes que saía de casa. É rara a situação em que me sinto totalmente livre para andar pelas ruas da cidade sem que me surjam pensamentos como: “E se acontecer alguma coisa?” ou “talvez eu não devesse ter escolhido esse caminho” além de estar a todo momento olhando para trás e andando mais rápido para chegar a um lugar seguro. Andar pelas ruas de Itabuna me traz um misto de sentimentos, ao mesmo tempo que me sinto livre por estar usando o espaço público, exercendo meu direito como cidadã, também me sinto extremamente ansiosa e temente por minha segurança, como se eu não pertencesse àquele lugar, o tempo todo prevendo o assédio ou a violência que pode acontecer apenas por ser mulher.

A partir disso, surge o questionamento “só eu me sinto assim?” e a resposta prontamente é não. A minha rede de apoio também se sente insegura e vulnerável ao frequentar a cidade e não é uma questão imaginária, pois nós sofremos assédio e pressão o suficiente para nos sentirmos obrigadas a nos manter atentas no espaço urbano, sempre prezando por nossa segurança. Portanto, a pesquisa surge com a intenção de entender melhor de que maneira o planejamento urbano e a produção do espaço da cidade de Itabuna afetam a rotina das mulheres.

A relação entre as pessoas e o uso do espaço público da cidade têm sido pauta frequente de discussão entre os estudiosos do assunto. A ideia de transformar a cidade em um espaço para pedestres é cada vez mais abrangida no planejamento urbano e em projetos urbanísticos e arquitetônicos com a intenção de mudar a relação das pessoas com o espaço, transformando-o em lugar de convivência e não somente de passagem. A problemática envolvendo tal planejamento é que, muitas vezes, a questão de gênero sequer é trazida para o âmbito das discussões. A mulher ainda se encontra ausente nas esferas de decisões em relação ao planejamento da urbe contemporânea, tornando assim cada vez mais distante seu direito à cidade.

Para pensarmos a realidade de uma cidade democrática é necessário inicialmente entender a relação das pessoas com o meio urbano. As mulheres são as mais afetadas pelas

experiências urbanas, pois elas são mais sensíveis que os homens nos quesitos mobilidade, acessibilidade e segurança, o que coloca em xeque a maneira atual androcêntrica<sup>1</sup> (VALDIVIA, Blanca, 2018) de se projetar cidades.<sup>2</sup>

A violência contra a mulher é um dos principais fatores que comprovam a necessidade de mudança no desenho das cidades. O atentado contra a vida da mulher não se manifesta somente nas estatísticas do feminicídio, ele está presente em seu cotidiano, no medo e ansiedade gerados ao frequentar uma cidade que não está preparada para acolhê-la. Ruas desertas, a falta de iluminação e os pontos-cegos transformam o cotidiano das mulheres, fazendo-as mudar suas roupas e caminhos apenas para evitar a possibilidade de assédio, importunação, abuso e estupro nas ruas.

Essas experiências negativas não são vivenciadas somente nas grandes capitais; elas também estão presentes nas cidades do interior, onde a mulher está ainda mais sujeita à subordinação ao homem, dificultando o seu direito de ir, vir e vivenciar o espaço público. Logo, é necessário também ampliar a ótica para esse grupo, visto que os problemas vivenciados nos grandes centros não possuem a mesma dimensão e as soluções propostas nem sempre se adequam à realidade da cidade interiorana.

O presente estudo se insere no campo dos estudos urbanos e de gênero, buscando aproximar essa visão do planejamento das cidades interioranas, ao traçar um panorama da cidade de Itabuna, localizada no Sul da Bahia, procurando entender como a configuração do espaço público afeta a experiência da mulher na cidade e quais suas principais queixas ao vivenciar a urbe atual.

A cidade de Itabuna, apesar de interiorana, é a quinta cidade com maior índice populacional do Estado<sup>3</sup>. Em conjunto com Ilhéus, a cidade forma um conglomerado urbano

---

<sup>1</sup> O planejamento urbano androcêntrico toma como modelo referencial o homem como “ser humano médio”, ou seja, as soluções propostas e adotadas na cidade são para satisfazer às necessidades masculinas, sem colocar em perspectiva que a rotina das mulheres na cidade é diferente da dos homens (VALDIVIA, 2018).

<sup>2</sup> Nesta dissertação, optou-se por colocar o primeiro nome das autoras mulheres, como forma de evidenciar que são mulheres e valorizar suas jornadas ao fazerem pesquisa em um mundo onde o machismo molda a área acadêmica.

<sup>3</sup> Com base nos dados oficiais do Censo do IBGE de 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itabuna/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25207>> Acesso em 07 Fev. 2023.

classificado pelo IBGE (2010) como capital regional B<sup>4</sup>, o que a coloca em destaque como uma centralidade do Estado.

Segundo o site do IBGE (2021), a população de Itabuna está estimada em 214.123 habitantes<sup>5</sup>, e apesar de mais da metade ser composta por mulheres, 52,6%, o município ainda não tem um programa de políticas urbanas focado na questão de gênero, mesmo diante das altas taxas de violência contra a mulher. Segundo pesquisa da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) em 2018 o estado da Bahia ocupava o 5º lugar no ranking de estados com as maiores taxas de violência contra a mulher e Itabuna era a segunda cidade mais violenta do Estado, atrás somente da capital, Salvador.

Quatro anos se passaram desde a divulgação desses dados e as itabunenses ainda se encontram em situação de vulnerabilidade quando se trata da segurança, no caso em questão, a pública. Ruas mal iluminadas, vias pouco movimentadas e pontos cegos tornam o percurso feminino em Itabuna um verdadeiro ato de coragem. A cidade segue um planejamento urbano que se encontra totalmente defasado, no qual o espaço é projetado pela e para a ótica masculina, com foco ainda nos que possuem automóvel particular, com baixa representação da mulher no âmbito das discussões sobre o assunto.

Um dos motivos para a permanência do problema é a falta de pesquisas sobre as experiências cotidianas da mulher na cidade. Não existem dados concretos em Itabuna que possam nortear um planejamento urbano focado em resolver a questão da insegurança da mulher no espaço público, uma vez que o medo e ansiedade sentidos ao frequentar a cidade, não entram para as estatísticas.

Apesar de cada vez mais frequentes, os estudos sobre a vulnerabilidade da mulher no espaço público apresentam abordagens concentradas nos grandes centros urbanos. É certo que

---

<sup>4</sup> Segundo o IBGE, a hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce à população de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços, além do nível de articulação territorial da Cidade devido à sua inserção em atividades de gestão pública e empresarial. As capitais regionais ficam atrás somente das metrópoles no nível da hierarquia, sendo grandes centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão e são divididas de acordo com o seu grau de influência. Sendo assim, o relatório do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades, o REGIC 2018, classifica a cidade de Itabuna como Capital Regional B, que compreende 24 cidades do país que geralmente se enquadram como centralidade referencial no interior dos Estados. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>> Acesso em 07 Fev. 2023.

<sup>5</sup> Informação disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/itabuna.html>> Acesso em 07 Fev. 2023.

contribuem fortemente com a causa, mas ainda não trazem luz sobre os acontecimentos em cidades menores e interioranas, que é o caso de Itabuna.

Uma vez que não existem dados catalogados em relação à sensação feminina ao vivenciar o meio urbano de Itabuna, se torna ainda mais distante propor um planejamento com foco na questão de gênero na cidade, pois as questões não são levadas ao poder público, deixando a população de mulheres à mercê de um espaço despreparado para a sua presença.

Portanto, este estudo se coloca como pioneiro no assunto e busca entender, a partir da ótica das mulheres, as experiências urbanas das itabunenses para assim ser possível traçar um panorama da cidade e identificar quais os gatilhos urbanos que ocasionam a sensação de insegurança e levam aos casos de assédio e violência contra a mulher no espaço público, fazendo com que sua presença seja segregada. Além disso, com os resultados obtidos se torna mais próximo delinear novas práticas de planejamento e projeto na cidade que podem ajudar a transformar a cidade de Itabuna em um ambiente mais democrático, seguro e equânime para todas as pessoas e grupos sociais.

Com isso, essa pesquisa se propôs a responder a seguinte questão: O que é e qual é o Direito à cidade nas perspectivas das mulheres de Itabuna? E, para tanto, foi definido como objetivo geral:

- Analisar como a configuração urbanística da cidade interfere no exercício do direito à cidade das mulheres de Itabuna-BA.

E como objetivos específicos:

- Conhecer a experiência urbana a partir da ótica das mulheres itabunenses;
- Compreender em quais dimensões o direito à cidade é apreendido e exercido pelas mulheres de Itabuna;
- Compreender como o planejamento urbano e a configuração espacial da cidade interferem na rotina das mulheres itabunenses.
- Compreender como a dimensão do cuidado atravessa o exercício do direito à cidade das mulheres.

A pesquisa está ancorada em relatos de experiências urbanas das mulheres itabunenses. A metodologia tem teor qualitativo e se desenvolveu por meio de pesquisa de

campo na região central da cidade de Itabuna-BA. A opção pela abordagem qualitativa se deu pela possibilidade de olhar de maneira mais aprofundada para as subjetividades que envolvem o uso dos espaços públicos pelas mulheres, que não poderiam ser identificadas através de métodos quantitativos. Como ainda não foram divulgados dados sobre o assunto, o estudo tem caráter exploratório, a fim de fornecer informações e analisar como as relações hierárquicas pautadas no gênero se manifestam no espaço público de Itabuna, além de servir como uma aproximação inicial sobre o assunto na cidade (HARKOT, Marina, 2018).

O estudo teve início com a revisão bibliográfica, a fim de embasar as análises feitas e entender como a posição da mulher na cidade sofre interferência de questões estruturais inerentes à sociedade, assim como entender como foi o processo de configuração espacial em Itabuna e como a presença da mulher e papel social das mesmas foram tratados. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental por meio do site da Prefeitura Municipal de Itabuna, do plano diretor e sites de notícias com o intuito de entender se a perspectiva de gênero estaria sendo incluída em políticas públicas e urbanas; quem compõe o quadro de responsáveis pelo planejamento urbano em Itabuna, se há a presença de mulheres e quantas são; como a gestão vem tratando o enfrentamento da violência contra a mulher e a inclusão das mesmas nas esferas de participação e decisão sobre o planejamento urbano.

Como pesquisadora e mulher habitante da cidade, me vejo incluída na pesquisa, uma vez que minha vivência em Itabuna também é orientada pelo espectro do machismo. Essa condição contribuiu na observação dos caminhos tomados pelas mulheres e as características dessa população, além de identificar quais os horários com maior presença e ausência de mulheres. Também foram observadas as características físicas do local que influenciam em tais trajetos, as condições da via, o fluxo urbano e principalmente a qualidade da iluminação urbana. Tais observações auxiliaram na escolha do local de aplicação da pesquisa e a fazer a relação entre as condições físicas do local e as permanências e não permanências das mulheres relatadas na pesquisa.

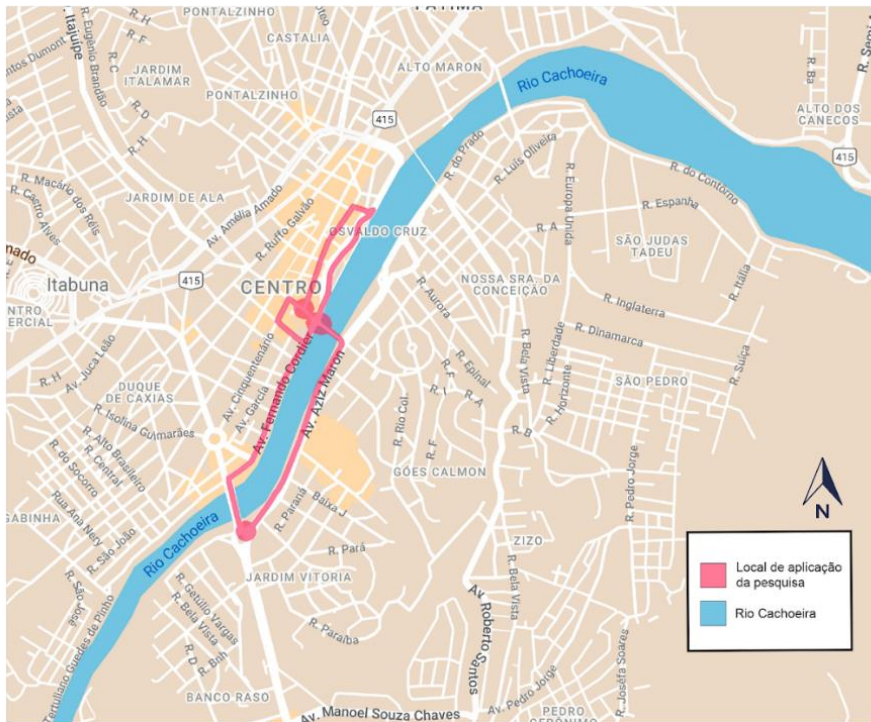
Para analisar e entender como as mulheres vivenciam a cidade de Itabuna, foram formulados questionários, que foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética, para posteriormente serem aplicados diretamente com as itabunenses. A adoção de questionários como instrumento de pesquisas se deu pelo fato de ser uma ferramenta versátil e de fácil entendimento por parte das respondentes, uma vez que a forma como as perguntas foram dispostas e ordenadas seguem um sentido lógico que estimula a lembrança e associação dos

casos a serem relatados. Os questionários possuem teor qualitativo, composto por perguntas fechadas e abertas, e dividido em dois blocos. O primeiro bloco, denominado “identificação”, buscou traçar o perfil das entrevistadas, em relação à identidade de gênero, etnia, idade, bairro de residência e renda familiar. O segundo bloco, denominado “perguntas específicas”, foi composto de perguntas mais focadas em entender a relação das mulheres com a cidade, descobrir como os casos de assédio e violência de gênero se manifestam e quais as consequências disso, quais emoções sentiam ao caminhar pela cidade e quais características urbanas engatilham essas emoções. Devido ao tema sensível, as entrevistadas foram abordadas de maneira discreta e era resguardado a elas o direito de não responder às perguntas as quais se sentissem desconfortáveis.

Era previsto encontrar resistência por parte da população estudada em compartilhar os casos de assédio e violência, já que ainda é um tabu tratar publicamente dessas questões. Essa previsão foi concretizada; algumas mulheres declinaram o convite para responder o questionário, porém não interferiu no alcance da pesquisa. Contudo, outro obstáculo foi encontrado durante a realização da pesquisa: não foram encontradas mulheres trans ou com deficiência transitando pelo local de aplicação dos questionários. Para garantir que esses relatos fossem coletados, alguns questionários foram enviados de forma online e direcionados para esse público. Ao todo, 4 questionários foram respondidos de forma online.

Os questionários foram aplicados presencialmente, de maneira aleatória, visando ao caráter de diversidade, com mulheres que estivessem transitando na região, entre os dias 30 de Junho (30/06) e cinco de Julho (05/07) de 2022, durante os períodos da manhã e tarde, na região do centro de Itabuna, mais especificamente nas imediações da Av. Aziz Maron, Av. Fernando Cordier, Av. Comendador Firmino Alves e praças Olinto Leone e Otávio Mangabeira (**Figura 1**).

**Figura 1- Local de aplicação da pesquisa**



**Fonte:** Elaborada pela autora a partir do Google Maps (2023).

A escolha por aplicar a pesquisa no Centro da cidade se deu pelo fato de que a circulação de mulheres é mais intensa e presente, devido ao fluxo comercial e assim seria possível alcançar mulheres de várias localidades da cidade (**Figura 2**):

**Figura 2** – Mapa de Alcance da pesquisa em relação aos bairros das respondentes

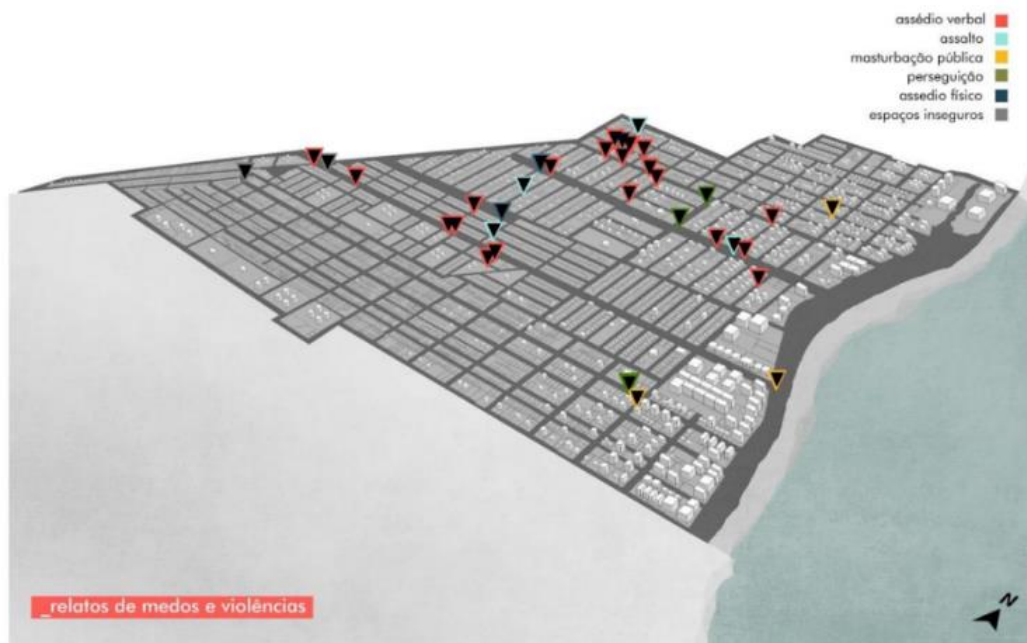


Fonte: Elaborada pela autora a partir do Google Maps (2023).

Os questionários foram analisados individualmente de maneira qualitativa. Através do Google Formulários, foram catalogados primeiramente os dados que definem as características da população estudada, para assim traçar o perfil abordado. As demais perguntas foram analisadas e catalogadas a depender do teor da questão. A maioria delas tiveram seus dados transformados em gráficos e posteriormente as respostas foram organizadas em quadros, para que a análise qualitativa fosse realizada. Essa maneira foi escolhida para que não se perdesse a profundidade e relevância dos relatos fornecidos pelas respondentes.

Algumas das questões foram formuladas com o intuito de construir um mapeamento colaborativo sobre as experiências das mulheres em Itabuna e por onde elas se sentem inseguras de andar. Esta etapa da pesquisa foi inspirada no trabalho de Júlia Lyra (2018), pesquisadora de cidade e gênero, que desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso sobre as experiências das mulheres no bairro da Jatiúca, em Maceió-AL. Ela desenvolveu uma metodologia de mapeamento por meio dos relatos anônimos fornecidos por mulheres que frequentam o bairro (**Figura 3**):

**Figura 3 - Mapa colaborativo de relatos de medo e violência**



Fonte: LYRA (2018).

Assim, a partir desse modelo foi desenvolvido o mapeamento colaborativo da cidade de Itabuna. A área geográfica foi importada por meio do Google Maps, e sobre ela foram colocados “pins” e manchas, através do programa de edição Photoshop, identificados por meio de uma legenda, simbolizando os resultados catalogados, ou seja, os locais citados, os gatilhos gerados e os motivos para tais. O objetivo dos mapas é ilustrar, de maneira ampla e detalhada, como as mulheres vivenciam (ou não) o espaço público. Por meio de uma imagem lúdica é possível compreender como a cidade interfere, seja positiva ou negativamente, na rotina das mulheres itabunenses, facilitando o entendimento da situação e expondo os pontos críticos da cidade.

É essencial evidenciar que esta pesquisa tem caráter pioneiro na cidade, portanto, é ingênuo assumir que os métodos utilizados são, ou não, suficientes para identificar todos os pontos críticos e prover contribuições para soluções que resolvam todos os questionamentos levantados previamente, como os que surgiram no decorrer da pesquisa. Assim, o estudo tem a principal função de reunir a literatura existente com os relatos colhidos e expostos nesta dissertação, a fim de promover reflexões sobre como ainda há muito a ser avançado na discussão das vivências das mulheres na cidade de Itabuna e como novos métodos e abordagens podem ser incorporados nos estudos sobre o planejamento urbano e urbanismo da cidade, a fim de diminuir as barreiras que impedem a itabunense de exercer o seu direito à cidade na plenitude.

Esta dissertação se encontra estruturada em 3 capítulos, precedidos da apresentação e introdução (capítulo 1) e sucedidos pelas considerações finais. O segundo capítulo intitulado “O planejamento urbano hegemônico e o direito à cidade da mulher” apresenta alguns pressupostos teóricos essenciais para iniciarmos a discussão da presença da mulher no espaço urbano, desde a formação das primeiras cidades e suas implicações nas cidades contemporâneas. Neste capítulo abordamos conceitos, a partir de autoras como Maria de Lourdes Scheffler (2018), Judith Butler (2018) e Oyèrónké Oyeùmí (2004), em torno do que se configura como “ser mulher” e quais os aspectos que atravessam essa existência e categorização. Também é abordada a construção sexista do espaço urbano, como a presença da mulher foi excluída dos espaços de decisão sobre o planejamento urbano e quais as implicações na experiência da mulher na cidade e no seu exercício do direito à cidade. A terceira sessão do capítulo tem como foco a questão do cuidado e como ela conecta a vivência

das mulheres dentro de casa e seus reflexos na cidade, como essas conexões moldam os papéis sociais das mulheres exercidos na cidade e como diferencia a sua apropriação e participação no espaço urbano.

O terceiro capítulo intitulado “Itabuna: Que cidade é essa?” apresenta a cidade de Itabuna dentro do contexto do planejamento urbano, trazendo reflexões sobre a formação e configuração da cidade e o planejamento urbano adotado desde seu surgimento como cidade até a contemporaneidade e como as questões de gênero se inserem nas esferas de decisões sobre o assunto. A segunda sessão aborda a leitura do que é direito à cidade pelas mulheres de Itabuna, partindo da concepção original do conceito por Henri Lefebvre (2016), com interpretações e intersecções de gênero a partir de autores como David Harvey (2012, 2015) Liana Viveiros (2020) e Paula Santoro (2008). Por meio da exposição dos resultados em quadros, foram feitas análises que demonstram como as vivências da mulher na cidade interferem em suas interpretações do conceito. Por seguinte, a última sessão do capítulo aborda os modos como as mulheres frequentam o espaço público e como a estrutura da cidade e o medo do assédio moldam as suas escolhas em relação às rotas e aos modais utilizados. Nesta seção também é apresentado o mapeamento dos relatos de violência de gênero, fornecidos pelas entrevistadas, que demonstra a espacialização desses casos sob a malha urbana.

O quarto capítulo tem como título “Entre o medo, a resistência e a esperança: caminhos para uma cidade menos opressora”, centraliza a questão do medo do assédio e violência de gênero como orientadora da vulnerabilidade da mulher no espaço público. São abordados os resultados da pesquisa em formato de gráficos, nuvem de palavras e mapas colaborativos com a finalidade de espacializar o sentimento de insegurança da mulher em Itabuna. A segunda sessão traz como a violência de gênero na cidade impele que as mulheres adotem estratégias para frequentar a cidade, visando a sua segurança pessoal. Ademais, na terceira sessão é abordado como a inclusão da perspectiva de gênero e do cuidado podem contribuir com a formulação de políticas urbanas que promovam uma cidade mais segura e equânime, tendo como exemplo uma experiência local e reflexões e contribuições de autoras como Maricarmen Gómez (2022), Serafina Amoroso (2022) e Bila Sorj (2014).

### 3 O PLANEJAMENTO URBANO HEGEMÔNICO E O DIREITO DAS MULHERES À CIDADE

Para o melhor entendimento de como as cidades interferem na rotina e existência das mulheres, é necessário compreender o processo de formação e planejamento das cidades e como as mulheres foram inseridas nesse contexto. Para tanto, exploramos a produção do espaço desde as primeiras cidades e como o patriarcado interfere e continua moldando as cidades contemporâneas e, muitas vezes, negando o exercício do direito à cidade às mulheres.

#### 3.1 E eu não sou uma mulher? Configurações da mulher na cidade

*A luta das mulheres nunca matou ninguém, o machismo mata todos os dias - Helena Duarte Marques (2017)<sup>6</sup>*

Antes de iniciarmos a nossa discussão, é preciso tratarmos de alguns conceitos fundamentais para esclarecermos o que é “ser mulher” na cidade. A intenção aqui não é chegar a uma definição sólida e rígida sobre o que é “mulher”, mas esclarecer a quem nos referimos quando utilizamos o termo nesta dissertação, quais são os corpos que estão sujeitos a opressão, discriminação e segregação<sup>7</sup> na cidade.

A base para as desigualdades sociais entre homens e mulheres encontra-se majoritariamente firmada na permanência do patriarcado como ideologia presente no nosso cotidiano e sistemas de governo e gestão. A palavra tem sua origem no grego *pater* (pai) e *archie* (comando) configurando poder ou comando do pai (GOMES, Lívia, 2019). Entretanto, o patriarcado não está restrito somente ao núcleo familiar, como denota a palavra, ele se estende à sociedade como a dominação da sociedade pela figura do homem. Segundo Maria de Lourdes Scheffler (2018), patriarcado pode ser definido como “um sistema em que os homens controlam, individual e coletivamente, o corpo, o trabalho e a sexualidade das mulheres, bem como o mundo público da política, da produção do conhecimento e das

---

<sup>6</sup> Helena Duarte é feminista, militante e advogada popular. Atualmente é Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU).

<sup>7</sup> Segregação é o processo no qual um grupo específico é excluído de determinado ambiente ou forçado a se aglomerar de forma involuntária em uma área espacial definida. A segregação é uma expressão de poder e ocorre por meio das hierarquias impostas socialmente, podendo ser motivadas por diferenças de classe, raça, gênero, religião, cultura entre outros. (MARCUSE, 2004)

decisões que afetam a ambos os sexos” (p.46). A permanência do patriarcado se deve à sua adaptabilidade ao longo do tempo - hoje temos sua reconfiguração na forma do patriarcado moderno (SCHEFFLER, 2018), pelo qual as mulheres não possuem tantas restrições como antes, mas ainda são vistas como seres inferiores na sociedade - e à sua capacidade de se plasmar ao cotidiano das pessoas, mantendo uma relação de poder “natural” em que certas práticas discriminatórias chegam a passar despercebidas por anos.

Esse sistema institui a dualidade entre homem e mulher, colocando o homem como o detentor do poder, do conhecimento, estando naturalmente apto a exercer os cargos de prestígio na sociedade, enquanto a mulher é vista como um ser que naturalmente serve e cuida, primeiramente ao marido, e depois aos filhos e à casa. Essa diferenciação se ancora nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, devido ao fato de as mulheres serem as geradoras da prole; logo o homem coloca como essencial para a manutenção da sociedade que a mulher fique protegida, cuidando de seus filhos. Entretanto, o patriarcado não é um sistema que age sozinho, ele se associa ao racismo e ao capitalismo para justificar e promover novas e ampliadas formas de discriminação.

As feministas negras chegaram a questionar essa ausência da categoria “raça” na definição de patriarcado, uma vez que o racismo garante que os homens negros não possuam a mesma posição hierárquica que os homens brancos dentro desse sistema, logo, não conseguem usufruir dos benefícios do mesmo (KILOMBA, Grada, 2019). Assim, quando pensamos, neste trabalho, o sistema patriarcal, não podemos deixar de considerá-lo como uma intersecção de poderes que coloca a posição do homem branco como superior na sociedade.

O feminismo surge como uma oposição ao sistema patriarcal, como um movimento que luta pela liberdade das mulheres perante a figura do homem. Por conta disso, durante muito tempo a categoria de oposição sustentada pelo feminismo era a de mulher x homem, ou seja, a de gênero. E é a partir dessa premissa que nós começaremos as nossas discussões sobre gênero. Essa oposição de gênero na corrente feminista, que se iniciou entre o final do século XIX e início do século XX com os movimentos de reivindicação pelo direito ao voto (LIMA, Juliana, 2020), falhou em incluir a categoria de raça, colocando assim a figura da mulher branca como representante do movimento, mas, além disso, cegou o movimento para as opressões sofridas pelas mulheres negras dentro do patriarcado, uma vez que, apesar da mulher branca ser oprimida pelo homem branco, ela estava acima do homem e mulher negros no estrato social, o que significa que ela se beneficiava desse traço do sistema e também

contribuía com o racismo, não só usufruindo do mesmo como o incentivando ao se negar a enxergar a categoria de raça como algo a ser combatido. É em decorrência disso que, a partir da década de 1960 (LIMA, 2020) as mulheres negras passam a compor e defender a corrente do feminismo negro, uma vez que elas não viam suas pautas serem defendidas pelas feministas brancas. Também é importante destacar que, enquanto as mulheres brancas lutavam por mais liberdade no espaço público, as mulheres negras já frequentavam as ruas e não eram vistas como “mulheres frágeis que deveriam estar protegidas em casa”, sua raça era vista antes de seu gênero.

Qual gênero está, então, em questão no regime da escravidão? As mulheres reduzidas à escravidão são negras e mulheres, mas nas plantations todos os seres humanos escravizados são bestas de carga. Aos olhos dos/as escravocratas, as mulheres negras são objetos sexuais e não seres cujo gênero demandaria que fossem tratadas com doçura e respeito. Como escravas, elas têm o status legal de objeto, não pertencendo, portanto, à humanidade plena. Dito de outro modo, **o gênero não existe em si mesmo, ele é uma categoria histórica e cultural que evolui no tempo** e não pode ser concebido da mesma maneira na metrópole e na colônia. Tampouco pode ser concebido do mesmo modo em colônias diferentes ou no interior de uma única colônia. Para as mulheres racializadas, afirmar o que é, para elas, ser mulher, foi um campo de luta. **As mulheres, como eu disse, não constituem em si uma classe política.** (VERGÉS, 2020, p.45, grifo nosso)

Esse trecho do livro *Um feminismo decolonial* (2020), da Françoise Vergés, junto ao discurso da Sojourner Truth — proferido em 1851 em uma conferência de mulheres em Akron, Ohio, onde ela questiona “E eu não sou uma mulher?”<sup>8</sup> A sua exposição sobre as diferenças de tratamento dadas às mulheres brancas e negras, em que ela não era vista como frágil, nem recebia cortesias dos homens brancos por ser mulher (FUNCKÂ, Susana, 2011) — nos leva a pensar que “o modo como o gênero é construído para mulheres negras difere das construções da feminilidade branca” (KILOMBA, 2019). O que é, então, ser “mulher”?

A divisão hegemônica de gênero ocidental e colonial se apoia na binaridade instituída biologicamente de masculino e feminino. Sendo assim, os que possuem características morfológicas de fêmea — seios, vagina e útero — ao nascer, são registrados como menina e instruídas socialmente a ‘se portar’ como tal. Essa dicotomia na verdade é formulada ideologicamente para manter os papéis de gênero instituídos culturalmente pelo patriarcado. Segundo Scheffler,

---

<sup>8</sup> Do original: “Ain’t I a woman?”. Tradução livre.

Gênero é uma categoria de análise que permite o entendimento de como a sociedade organiza modos de ser, comportamentos e define pertencimentos, revela diferenças, indica desigualdades, enfim, expressa relações de poder. Sob esse enfoque, admite-se a existência de experiências histórico-sociais pautadas nas diferenças sexuais que se sobrepõem ao determinismo econômico. **O conceito de gênero permite distinguir as diferenças biológicas das desigualdades socioculturais, através da análise das construções sócio-históricas e culturais sobre o que é ser homem e mulher na sociedade**, não mais vistos como segmentos sociais isolados, mas como produtos de relações interpessoais e sociais (relações de poder) por meio das quais são mutuamente constituídos como categorias desiguais. (SCHEFLER, 2018, p. 33-34, grifo nosso)

Em complemento, “a feminilidade e a masculinidade são entendidas como construções sociais que resultam de uma produção discursiva fundamentada por uma ideologia patriarcal, em torno da qual são construídas as subjetividades e configuradas as territorialidades.” (SCHEFLER, 2018, p.36-37). Logo o conceito de gênero vem para dar um sentido social às diferenças biológicas entre macho e fêmea, servindo como uma ferramenta no controle de corpos, para servir aos propósitos do sistema patriarcal. Sabemos hoje que essa divisão entre masculino e feminino falha em abarcar a diversidade que constitui a nossa sociedade. Primeiro porque a identidade de gênero está associada à sexualidade, então a definição padrão de mulher está vinculada a possuir órgãos reprodutores femininos, ser heterossexual e agir de “modo feminino” que configura ser delicada. Sendo assim, falha em categorizar, por exemplo, os corpos transexuais.

Segundo porque se uma pessoa foge ao padrão de vestimenta ou de comportamento, a sua qualificação como masculina ou feminina começa a ficar turva. Por exemplo, se o padrão heteropatriarcal para ser considerada feminina é ser uma mulher cis, hetero, que age de acordo às normas impostas pelo sistema, sendo delicada e meiga e se vestindo como manda o código, então como se categoriza uma mulher cis, hetero, que não é delicada? Que não segue a regra dos padrões de beleza? Ela então é masculina? Não, porque segundo a categorização sistemática, ser masculino é ser homem com H, ser “macho”, não chorar, não ser emotivo... Qualquer ato, característica ou performance que se assemelhe à praticada por mulheres, é visto como fraqueza e abre margem para a violência corretiva. Essa divisão dicotômica é defasada, antiquada, além de opressiva, pois todos aqueles que agem de forma dissidente, são vistos como um erro, como algo a ser corrigido ou então excluído e o Brasil não foge à

ordem, sendo um dos países que mais matam pessoas trans e travestis no mundo (UNFPA, 2021)<sup>9</sup>

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. **Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente**, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. **Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados.** (BUTLER, Judith, 2014, p. 253, grifo nosso)

Além disso, gênero não pode ser entendido como uma categoria universal, ele se expressa de maneiras diferentes a depender da cultura onde é interpretado. A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyeùmí (2004) aponta que gênero é uma categoria de análise socioculturalmente construída, na qual estão enraizados princípios do imperialismo europeu e da colonização, em que “mulher” está associada ao papel de esposa. Ela também chama a atenção que as pesquisas em torno do termo são derivadas majoritariamente de feministas europeias e estadunidenses que, apesar da sua grande contribuição no avanço dos direitos das mulheres, teorizam a categoria a partir dos limites da família nuclear e ainda possuem limitações quando se trata de entender e incluir experiências do hemisfério sul do mundo. Essas outras categorias com as quais gênero se relaciona, como classe, raça, religião, colonização e outras formas de estratificação e discriminação locais e globais, não podem ser dissociadas das análises, pois abarcam peso às experiências e conceitos. Para entender isso, precisamos nos apropriar do conceito da interseccionalidade.

Interseccionalidade é um conceito cunhado academicamente em 1990 pela advogada afro-americana Kimberlé Crenshaw no seu artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*<sup>10</sup>, publicado na *Stanford Law Review* (CRENSHAW, 1991), contudo, a ideia da interseccionalidade foi formulada por mulheres

---

<sup>9</sup> Dado disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em 27 Nov. 2022

<sup>10</sup> Em tradução livre: “Mapeando as margens: Interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra as mulheres de cor”.

negras dos movimentos sociais estadunidenses, para demonstrar que é impossível encarar os sistemas de opressão de gênero, raça e classe como individuais, eles se atravessam e geram formas únicas de opressão a depender das características do sujeito. Ao perceberem que suas necessidades eram relegadas pelas lentes monofocais do movimento antirracista, feminista ou sindical, devido ao fato de que cada um deles possuía uma categoria de análise a ser privilegiada em suas ações e reivindicações, as mulheres negras adotaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta aos desafios complexos abarcados por sua existência (COLLINS, Patrícia Hill e BILGE, Sirma, 2021).

No Brasil, algumas autoras negras já traziam em seus discursos a inter-relação entre raça e gênero muito antes do surgimento da definição de interseccionalidade. Lélia Gonzalez trouxe reflexões sobre o lugar ocupado pela mulher negra na sociedade brasileira e como esse lugar moldava a intersecção violenta do racismo e sexismo sofridos por elas. O duplo caráter de sua condição biológica, racial e sexual, faz com que as mulheres não brancas sejam duplamente discriminadas, oprimidas e exploradas pelo sistema capitalista, patriarcal e racista. E por conta desse sistema, transformar as diferenças em desigualdades, as opressões acabam assumindo um terceiro caráter discriminatório, o de classe, sendo assim, as mulheres afro-latino-americanas acabam compondo o grande proletariado da sociedade (GONZALEZ, 1983;1988). Sendo assim, a interseccionalidade propõe pensar gênero, raça e classe como um “sistema de opressão interligado” (AKOTIRENE, Carla, 2020, p.44):

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. [...] Errôneo argumentarmos a favor da centralidade do sexismo ou do racismo, já que ambos, adoecedores e tipificados, são cruzados por pontos de vistas em que se interceptam as avenidas identitárias.

María Lugones (2020) expõe que a interseccionalidade é o que nos permite ver o que está oculto por trás das separações entre raça e gênero, essas categorias universais homogeneizadoras que impõe como norma um dominante dentro do grupo, no caso das mulheres, são as brancas, burguesas e cis heterossexuais as privilegiadas. É a partir da interseccionalidade que nós vamos entender que não é possível adotar “mulher” como uma

unidade, pois ao fazê-lo estamos seguindo uma lógica categorial que não tem sentido ou tem sentido racista e opressor.

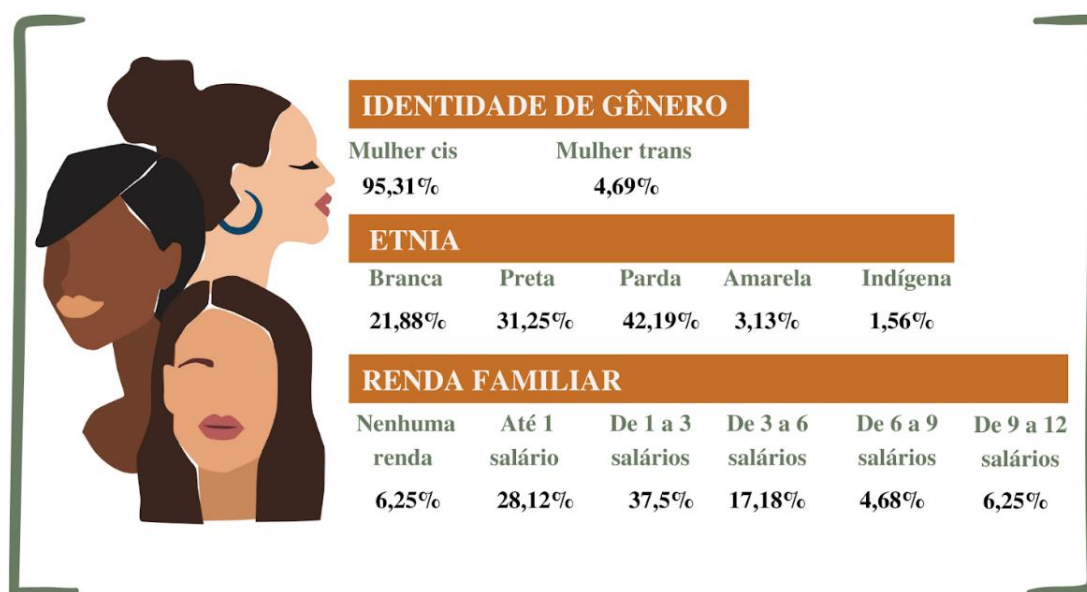
Mesmo compartilhando do mesmo gênero, mulheres têm suas vidas atravessadas pelos preconceitos de raça e classe a depender do lugar que ocupam na sociedade. Além disso, outras dimensões atravessam a sua rotina, principalmente quando tratamos das experiências na cidade, que são a idade, a religião, se seu corpo é gordo ou magro, se possui alguma deficiência ou mobilidade reduzida, a sua sexualidade... São diversos os fatores que compõem as desigualdades dentro do grupo mulheres.

Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; **o termo não logra ser exaustivo**, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque **o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas**. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2018, E-book, grifo nosso)

Logo, o ser universal “mulher” não existe. Ao adotarmos essa denominação como generalizante estamos excluindo e obscurecendo outras formas de opressão que afetam nossa análise. Nesta dissertação, houve o cuidado de realizar uma pesquisa que pudesse evidenciar que a cidade de Itabuna não é uma cidade segura para mulheres; mulheres aqui em suas múltiplas identidades, para tanto não poderia adotar somente o meu ponto de vista como mulher itabunense para sustentar essa afirmação, porque a minha experiência como mulher branca, cis heterossexual, não representa a vivência de todas as mulheres na cidade.

Pensando nisso, buscou-se realizar uma pesquisa abrangente que se aproximasse dessa multiplicidade, colocando como a única exigência para responder o questionário se identificar socialmente como mulher. Entretanto, não há como cair na ilusão de que eu estaria, através das respondentes, abarcando as inúmeras vivências de mulheres em Itabuna, mas sim que eu teria em mãos uma amostragem não probabilística, pela qual poderia buscar recorrências e diferenciações que compõem as experiências rotineiras das mulheres em Itabuna.

Sendo assim, foi aplicado o questionário com 64 mulheres, com idade entre 18 e 69 anos, na região central da cidade. Destas 98,44% são residentes de Itabuna, e as demais, 1,56%, apesar de não possuírem residência, trabalham ou estudam na cidade. A **Figura 4** mostra sinteticamente os perfis das entrevistadas:

**Figura 4** - Perfil das entrevistadas

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Durante o período de aplicação da pesquisa, não foram encontradas mulheres trans; portanto, para alcançar o caráter interseccional almejado para a pesquisa, o questionário foi encaminhado de forma online para que elas pudessem responder. Algumas declinaram o convite, mas foi possível alcançar a porcentagem de 4,69%. O convite também foi feito a mulheres não-binárias, porém nenhuma aceitou ou se sentiu confortável em participar da pesquisa. Assim, majoritariamente, a pesquisa alcançou mulheres cisgênero, ou seja, que se identificam com o gênero ao qual foram atribuídas quando nasceram. Não foi questionada a sexualidade das entrevistadas, porém esse traço é mencionado por algumas delas em outras respostas. Em relação à etnia, a maioria das respondentes se identificam como pardas (42,19%) seguidas de pretas (31,25%), brancas (21,88%), amarela (3,13%) e indígenas (1,56%). O objetivo de alcançar perfis diferenciados na categoria raça, seguindo as reflexões da interseccionalidade, foi alcançado na pesquisa.

De acordo com a classificação de classe do IBGE (2020) a maioria das entrevistadas pertence à classe social D, com rendimentos de 1 a 3 salários-mínimos, seguidas das pertencentes à classe E, que possuem renda entre 0 e 1 salário-mínimo. O perfil econômico das entrevistadas está diretamente relacionado à mobilidade urbana da mulher e ao modo como elas frequentam a cidade, pois “aquelas com menor renda consistem, muitas vezes, nas principais vítimas da violência nos espaços públicos – ou ao menos naquelas que não tem

opção de não estar ali –, justamente porque vão utilizá-los pela necessidade de se locomover” (LYRA, 2018).

A partir desses dados conseguimos traçar qual o perfil de mulher que utiliza os espaços públicos, e de antemão já é possível perceber que as maiores frequentadoras do Centro da cidade são mulheres pardas e pretas e pobres. Esse perfil é de extrema importância para as análises que faremos no decorrer desta dissertação.

Nesta seção nós tratamos de algumas discussões sobre as categorias que compõem o termo “mulher” e chegamos à conclusão de que gênero é, antes de tudo, uma categoria socioculturalmente construída, que não pode ser abstraído do contexto social e do sistema no qual é concebido e interpretado, assim como é impossível buscar uma mulher universal que represente a categoria como uma unidade. Tanto a categoria “gênero” como “mulher” se encontram em disputa e precisam ser repensadas e ressignificadas (OYEWÙMÍ, 2004). Por conta disso, quando o termo “mulher” for utilizado nesta dissertação, faço referência e dou nuance a essa categoria de mulher que compõe um grupo social abrangente e heterogêneo, que é acometido por violências e opressões e que guarda semelhanças centradas no sexismo. O termo feminino também foi posto como algo ainda indefinido, que não cabe na dimensão deste trabalho.

### **3.2 Cidade, substantivo *feminino*<sup>11</sup>? A produção sexista do espaço urbano e o direito à cidade da mulher**

*Nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto - Jane Darke (1996)<sup>12</sup>*

A relação do homem com a natureza possui uma trajetória conflituosa. A busca pela natureza levou o homem a se colocar como sujeito não pertencente a ela, em um patamar superior na sociedade, como aquele que domina e detém o poder. Porto-Gonçalves (1989) destaca que a dominação da natureza pelo homem na verdade é um paralelo da dominação do

---

<sup>11</sup> Optou-se pela configuração em itálico uma vez que, como discutido na seção anterior, o termo “feminino” necessita ser repensado e ressignificado.

<sup>12</sup> Jane Darke é geógrafa feminista, britânica. Sua célebre frase está retratada no livro *Cidades Feministas*, da autora Leslie Kern (2021, p. 19)

homem pelo próprio homem, colocando como subordinados aqueles que não se encaixam nos “moldes biológicos” de dominante, que significa em linhas gerais ser branco, cis hétero e de classe econômica privilegiada. Logo, aqueles que possuem gênero, sexualidade, raça e classe diferentes são considerados inferiores e passíveis de dominação e correção.

Ao mesmo tempo que se coloca como alheio, o homem usa da natureza para justificar suas leis, costumes e relações sociais. Ao considerar a natureza como objetiva, “livre de paixões, ideologias e subjetividades” o homem conclui que “aplicar aos homens estas leis objetivas seria encontrar a sociedade naturalmente justa” (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 95). Um desdobramento disso é que a sociedade ocidental culturalmente relaciona com natureza todas as classes consideradas inferiores, como por exemplo, “as mulheres, *por natureza*, são frágeis e emotivas e, assim, devem ser mantidas em lugares protegidos, como o lar” (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 125, grifo do autor).

Essa imagem de fragilidade da mulher e restrição ao espaço doméstico tem raízes na instituição da caça, que implica em novas relações entre os sexos.

Enquanto a caça leva os homens cada vez mais longe, **a maternidade, por seu lado, conserva as mulheres nos abrigos [...] permanecendo sedentárias, as mulheres passam, então, a dedicar-se à forragem e à colheita, cuidando das necessidades vegetais do grupo.** Uma dualidade ecológica e econômica instala-se, a partir de então, entre homens e mulheres. (MORIN apud PORTO-GONÇALVES, 1989, p.86, grifo nosso)

Nesse momento também é instaurada a diferença sociológica entre homens e mulheres, pois elas se tornam subordinadas às crianças e conseqüentemente ao homem, reduzindo a mulher à figura materna e, conseqüentemente, à lógica reprodutiva (OLIVEIRA, Anita, 2018a, p. 129). Essa fusão entre mulher e domesticidade é fundamental na naturalização da divisão sexual do trabalho (BIROLI, Flávia, 2015), que trataremos com maior profundidade na seção seguinte.

Logo, ao afirmar que as condições naturais, biológicas são justas, o homem dominante naturaliza suas opressões por tratar essas condições como originais e imutáveis, instituindo culturalmente seu poder sobre o comportamento da população, que é de suma importância para adestrar a mobilidade dos corpos dentro do território, controlando-os de forma natural para o “bem comum” da sociedade (MONDARDO, 2009, p.4). Logo, todos os comportamentos que fugirem ao instituído pelo colonizador é visto como antinatural. Essa

questão da naturalização é um fator essencial para que as relações de poder implicadas se plassem na sociedade e em suas práticas, de forma difusa, enraizada culturalmente, tornando a própria população reprodutora da ideologia e dos discursos que a oprime.

Apesar de associada ao espaço privado e ao trabalho reprodutivo, a mulher sempre desempenhou papéis importantes na manutenção das aldeias, família e conseqüentemente, na origem das cidades. Além das atividades domésticas de cuidado, elas se responsabilizavam pelo artesanato, agricultura e domesticação dos animais, como também cabia à figura feminina a responsabilidade pelo desenvolvimento da linguagem e dos signos linguísticos.

Sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimentos e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teriam existido. E sem a previsão e a consciente disciplina moral que a cultura neolítica introduziu em todas as fases da vida, é de se duvidar que pudesse ter emergido a cooperação social mais complexa que surgiu com a cidade [...]. a casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher (RISÉRIO, 2015, p. 61 apud SARMENTO, Daniela, 2018 p.37)

Essa ideologia de separação das funções por gênero se reflete na formação das primeiras cidades, como Grécia e Roma, onde os espaços eram definidos em função do gênero, enquanto o homem pertencia ao espaço público, a mulher ficava no espaço da casa, protegida dos supostos perigos da cidade. Ainda na Grécia, “a cidadania estava relacionada à propriedade de lotes agrícolas no território abarcado pela cidade. Assim, escravos, estrangeiros e mulheres, apesar de habitantes de cidade, não participavam das decisões a respeito de seu destino” (ROLNIK, Raquel, 1995) ou seja, as mulheres não tinham direito à vida pública.

A elas eram destinados alguns templos dedicados às deusas e ainda assim, eles se encontravam localizados nas áreas marginais da cidade, enquanto os dedicados aos deuses estavam no centro (RODRIGUES, Clarice, 2017). Sendo assim, as cidades vão sendo formadas a partir da perspectiva masculina, onde o espaço público é pensado a partir da visão deles e para atender às suas necessidades.

A relação da mulher com o espaço urbano permaneceu prejudicada ao longo dos anos, uma vez que, segundo Silvia Walby (1990 apud BIROLI, 2018), o patriarcado tem como objetivo excluir a figura da mulher do espaço público, facilitando assim os processos de dominação do gênero. A autora Leslie Kern (2021), em seu livro *Cidades Feministas*, utiliza

da expressão “cidade dos homens” para fazer referência ao fato de que a cidade foi desenhada, via de regra, para atender a um padrão cujo referencial é um homem, magro, alto, saudável, sem redução de mobilidade — e vale incluir, branco — e esse referencial é adotado para as mais diversas ocasiões, desde o desenho de vias para deslocamento até o dimensionamento dos assentos no transporte público.

A cidade foi criada para apoiar e facilitar os papéis tradicionais do gênero masculino e estabelecendo as experiências dos homens como “regra”, com pouca consideração de como a cidade cria bloqueios para as mulheres e ignora seu contato diário com a vida urbana. Isso é o que quero dizer com “cidade dos homens” (KERN, 2021, p. 14-15)

Esse pensamento torna-se ainda mais evidente quando passamos a entender que a forma urbana, junto com a arquitetura urbana, evidencia uma história em suas estruturas, são propostas a partir da visão de quem as construiu ou solicitou a sua construção, como afirma Raquel Rolnik:

Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte. Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, **a própria arquitetura urbana cumpre também este papel. O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de contar a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo.** É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto. (ROLNIK, 1995, p. 16-17, grifo nosso)

E essas formas e tipologias, além de contar uma história, vão ditar quem tem a permissão de frequentar o seu espaço, quem pertence àquela determinada área e como deve se portar diante dela.

Os modos de produção do espaço continuam seguindo essa lógica patriarcal de acordo com a evolução das cidades. Isso significa dizer que ainda são homens brancos, em posição de poder, os protagonistas e referenciais nas decisões tomadas acerca da “política econômica urbana ao planejamento de moradias, da localização das escolas aos assentos de ônibus, do policiamento” entre outros aspectos que envolvem as cidades, sem levar em conta as experiências das mulheres (KERN, 2021, p.14).

Apesar de ter sofrido algumas atualizações ao longo dos anos, devido à pressão e lutas dos movimentos de mulheres e das ativistas feministas, ainda hoje a posição da mulher na

cidade é questionada, segregada, quando não nula, tanto em relação à sua presença nos espaços públicos como na questão da sua participação nas esferas de decisão em relação ao planejamento urbano. Contudo, não é somente em torno do machismo que as cidades foram pensadas e projetadas. O fato delas terem sido desenhadas com foco no mercado, em que as rodovias ganharam espaço para atender a demanda do sistema capitalista e “o referencial técnico de transportes e mobilidade é centrado na velocidade” (OLIVEIRAA, 2018, p. 125), também pretere as mulheres, uma vez que elas são a classe com menos acesso ao meio de transporte particular; logo são as que mais frequentam o meio urbano a pé — enfrentando diariamente vias largas, com pontos de travessia para pedestres precários, passarelas longas e desertas, calçadas sem acessibilidade, tanto para o trajeto sozinha, como para o trajeto com crianças, carrinhos de bebê, cadeiras de rodas e pessoas com deficiência — e pelo uso de transporte público, que é caro, de baixa qualidade e onde elas estão sujeitas diariamente a situações de assédio.

Além disso, a desigualdade de gênero coloca os lares chefiados por mulheres, principalmente mulheres negras, entre os maiores índices de famílias abaixo da linha da pobreza, diminuindo não somente o acesso a um veículo particular, mas ao transporte público e à cidade em geral, uma vez que os custos elevados de morar nas áreas centrais as dirigem às margens da cidade e restringe o acesso à infraestrutura e serviços urbanos.

A cidade pensada a partir dos interesses do capital não é um lugar seguro para as mulheres, que são historicamente responsabilizadas pelo cuidado (evidenciado nos atos cotidianos de levar as crianças à escola, as pessoas doentes ao atendimento médico-hospitalar, auxiliar os idosos em seu cotidiano), mas que são constantemente violentadas no caminho. As mulheres que se movem de uma zona para outra da metrópole por meio de um transporte público precário, caro e inseguro, **escancaram a dissintonia entre o corpo e a materialidade urbana**. (OLIVEIRAA, 2018, p. 134, grifo nosso)

Na sociedade ocidental atual as mulheres já não são excluídas do espaço público, inclusive há cada vez mais oportunidades econômicas e políticas para elas, porém o fato de elas continuarem sendo as maiores responsáveis pelo trabalho na esfera doméstica e a não valorização e não remuneração desse trabalho ainda a impede de viver uma vida social plena como a dos homens, além de possuírem rendimentos menores. Logo, apesar de não sofrerem

exclusão, esse contexto sustentado pela divisão sexual do trabalho promove “formas desiguais de inclusão” no espaço público (BIROLIa, 2018; BRENNER, Johanna, 2015)<sup>13</sup>.

Elas não são mais barradas das arenas públicas, mas são ainda subordinadas nessas arenas”; a expropriação de seu trabalho se daria agora de forma mais coletiva do que individual, e a casa, que continuaria a ser um espaço de opressão, já não seria o principal lugar em que transcorre a vida das mulheres. No “patriarcado público”, Estado e mercado de trabalho passariam a ser dimensões em que as coerções se organizam e se institucionalizam. **Novas formas de inclusão seriam acompanhadas de formas também renovadas de opressão e controle.** (WALBY, 1990 apud BIROLIa, 2018, p. 31-32, grifo nosso)

Essas diferentes formas de inclusão e novas formas de opressão trazidas por Biroli (2018) são traduzidas na estrutura urbana, naturalizando esse não pertencimento cultural das mulheres ao espaço público. Além disso, as constantes violências de gênero que sofrem no caminho são impulsionadas por uma arquitetura hegemônica frequentemente encontrada nos centros urbanos, com edificações com muros altos e fachadas cegas somados a ruas mal iluminadas e lugares vazios, que constroem uma série de barreiras que vão moldar o comportamento das mulheres na cidade, reforçando o estereótipo de que ela não é bem-vinda ali.

**A ameaça constante e de baixo grau de violência aliado ao assédio diário molda a vida urbana das mulheres de inúmeras maneiras conscientes e inconscientes.** Assim como o assédio no local de trabalho afasta as mulheres de posições de poder e suprime suas contribuições para a ciência, política, arte e cultura, **o espectro da violência urbana limita as escolhas, o poder e as oportunidades econômicas das mulheres.** Assim como as normas da indústria são estruturadas para permitir o assédio, proteger os abusadores e punir as vítimas, **os ambientes urbanos são estruturados para apoiar formas familiares patriarcais, mercados de trabalho segregados por gênero e papéis tradicionais de gênero.** (KERN, 2021, p.16, grifo nosso)

Para aprofundarmos a questão da interferência do planejamento urbano na posição de vulnerabilidade<sup>14</sup> da mulher na cidade, é preciso entender que este configura uma ferramenta no controle de corpos por parte do Estado. O planejamento acompanha a trajetória humana desde as primeiras cidades, quando o homem trocou a caça pela agricultura como principal

---

<sup>13</sup> A questão do cuidado e da divisão sexual do trabalho serão tratadas com mais profundidade na seção 2.3 desta dissertação.

<sup>14</sup> O conceito de vulnerabilidade social é multifacetado e abrange várias dimensões, mas em linhas gerais, expressa a debilidade ou a falta de recursos de um indivíduo ou grupo que afeta a sua capacidade de lidar com riscos e fenômenos estruturais ou conjunturais, afetando de maneira negativa a sua qualidade de vida. (CUNHA, et al. 2004) No texto é utilizado para designar a suscetibilidade da mulher na cidade às violências de gênero.

atividade econômica (MELLO *et al*, 2017, p. 4). O planejamento urbano, especificamente, vem a atuar como uma via de manutenção de poder sobre os corpos, aprisionando e territorializando a presença, não só, mas especialmente, das mulheres. Sendo assim, o planejamento urbano pode tanto reforçar como renovar as relações de poder patriarcais que moldam a sociedade, como também determina e/ou restringe as possibilidades de apropriação e movimentação das mulheres no espaço público, seja pelas ideologias implícitas em suas formulações ou pela distribuição desigual e segregadora de recursos na cidade (LYRA, Luna, 2017, p. 42)

O Estado pensa o deslocamento dos corpos buscando o controle e o domínio do espaço. Ao exercer o controle sobre a mobilidade e imobilidade das pessoas, ele garante também o controle dos territórios e das formas de territorialização dos corpos. De maneira estratégica ele reproduz as relações de poder na cidade:

**[...] O controle espacial se dá pelo controle dos corpos enquanto territórios que comportam vida e que devem ser “adestradas” e disciplinadas para uma maior produtividade e domínio, além de se manter uma determinada forma de organização e projeção espacial dotada de normas, regras que não permitem a anomia. Os territórios corpos são elementos inerentes a organização espacial e reprodução da sociedade.** (MONDARDO, 2009, p.9, grifo nosso)

O geógrafo Rogério Haesbaert (2021) traz em seus estudos sobre o território essa associação com o corpo. Ele afirma que no contexto latino-americano, o território abarca uma dimensão que vai muito além da lógica estatal de uso capitalista, se expandindo para uma dimensão simbólica que se torna questão central na defesa da vida. Ele enfatiza essa relação primordial do corpo com o território, que ele denomina “corpo-território”, expressão proveniente dos movimentos indígenas e de pesquisadoras feministas, “que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência” (HAESBAERTb, 2021, p.163).

Em suas reflexões sobre território e gênero, o autor afirma que a ênfase das mulheres ao corpo, especialmente as mulheres indígenas, é consequência da sociedade colonial que ao mesmo tempo que sobrevaloriza, restringe o corpo da mulher. Sendo assim, é evidente o enclausuramento da mulher no seu próprio corpo, ou no espaço doméstico, e que o elo entre corpo e território possui (inter)relações e várias escalas de interpretação (HAESBAERTa, 2020; 2021).

A falta de participação das mulheres, ou ainda a sub-representação delas, nas esferas de decisão do planejamento urbano resultou em uma cidade desigual para elas, onde o controle de sua mobilidade e liberdade é exercido por meio de territorialidades impostas culturalmente. Sack (1986, p.21) define territorialidade como “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica.” Esse espaço geográfico é o território, onde as territorialidades e as relações de poder se sobrepõem e moldam o cotidiano e o exercício de apropriação do espaço urbano por parte dos sujeitos que os frequentam. Contextualizando para o nosso contexto, na cidade as mulheres possuem seus movimentos e acessos controlados pelo Estado, que têm enraizado em suas práticas valores patriarcais e racistas.

A territorialidade nos humanos é melhor pensada não como algo biologicamente motivada, mas sim enraizada socialmente e geograficamente. Seu uso depende de quem está interferindo e controlando o quê e quem, nos contextos geográficos de espaço, lugar e tempo. O território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir. E os indivíduos que exercem controle não precisam estar dentro do território nem próximos dele (SACK, 1986, p. 22). Esta definição faz alusão à situação atual da mulher ao frequentar o espaço público, mesmo estando sozinha em uma rua, a mulher sente o medo e insegurança onipresente em seu caminho, há uma imposição cultural de que a rua não é lugar para ela estar desacompanhada.

Entretanto, não podemos pensar as mulheres apenas como um produto ou objeto que sofre as ações da territorialização, elas também conformam territorialidades quando praticam ações de resistência e se apropriam dos espaços. Por meio dos movimentos feministas, por exemplo, elas questionam esse lugar historicamente destinado a elas e buscam maneiras de reivindicar a sua presença na cidade, construindo assim novas territorialidade. Segundo Scheffler (2018):

A territorialidade feminina pode também ser vista como um fenômeno em permanente mutação, que se constrói e reconstrói, a partir das ações humanas, nas quais estão presentes as relações afetivas, de trabalho, políticas etc. A territorialização do espaço social pelas mulheres implica, pois, na reconstrução dessas relações, em novas bases, mais equitativas e menos desiguais, envolvendo as dimensões social, cultural (simbólica, de pertencimento), política, econômica e a natural. (SCHEFLER, 2018, p. 39-40)

Portanto, é impossível pensar a cidade como um território neutro onde os corpos podem circular e experienciar o meio urbano de forma igual. Vimos ao decorrer da seção que nela são exercidas relações de poder que buscam manter uma lógica hegemônica em que a posição do homem branco e do sistema cisheteropatriarcal, capitalista e racista permanece como dominante, tendo seus caminhos facilitados pela forma urbana e por um planejamento que busca atender às suas necessidades. A posição da mulher nessa cidade é questionada, invisibilizada quando tratamos da contribuição das suas experiências e relatos nas esferas de decisão e hipervisibilizada quando tratamos das violências de gênero que perseguem os seus deslocamentos no espaço público. E quando colocamos em perspectiva que a mulher é referenciada como maior responsável pelo exercício das tarefas de cuidado, então o uso da cidade e o exercício do direito à cidade são postos em outras dimensões que atravessam o planejamento urbano.

A reprodução desse modelo de planejamento urbano, androcêntrico e machista reitera um sistema que se encontra defasado e coloca em situação de vulnerabilidade a maior parte da população. Logo, como defende Scheffler (2018), é preciso reconstruir essas relações sociais na cidade em bases mais equitativas, em todas as esferas que a compõem, colocando a questão do gênero e suas ramificações em primeiro plano, para que o caminho rumo a cidades menos opressoras e mais seguras para as mulheres comece a se tornar possível.

### **3.2.1 Onde a casa encontra a rua: a cidade e a questão do cuidado**

*“Bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo” - Françoise Vergès (2020)<sup>15</sup>*

A quem interessa uma cidade onde mulheres não tenham direito à uma vida pública plena? Quem se beneficia com a sua reclusão no espaço doméstico/privado? Nesta seção nós trataremos a questão do exercício do trabalho de cuidado pelas mulheres e como o sistema capitalista se beneficia e mantém essa imposição cultural. Para tanto, não podemos deixar de

---

<sup>15</sup> Françoise Vergès é uma mulher negra, francesa, ativista, cientista política, historiadora e especialista em estudos feministas e pós-coloniais. Informação disponível em: <https://ateliiedehumanidades.com/2021/03/08/entrevista-com-francoise-verges-feminismo-decolonial-e-antirracista/> Acesso em 15 Fev. 2023.

tratar do contexto da pandemia que colocou em evidência a situação de precarização do trabalho de cuidado e como isso afeta majoritariamente as mulheres, dificultando seu acesso às esferas políticas e exercício do direito à cidade.

A divisão sexual do trabalho é um “instrumento que perpassa as relações sociais de sexo para justificar a dominação” (SCHEFLER, 2018, p. 44), ela produziu e naturalizou a responsabilização do trabalho de cuidado às mulheres. Historicamente cabe a elas a tarefa de cuidar não somente de seus filhos, mas dos maridos, idosos, enfermos e de suas casas, resultando em uma rotina exaustiva e um déficit de tempo em relação aos homens para se dedicar a suas relações sociais e de trabalho remunerado. A divisão sexual do trabalho tem em sua essência o que é reproduzido historicamente como “trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher”. (SCHEFLER, 2018; BIROLI, 2018)

A associação entre mulher e domesticidade [...] funciona como dispositivo na alocação de responsabilidades – na vida privada, entre os indivíduos associados por laços familiares, afetivos e de convivência, mas também na esfera pública, nas normas que determinam ou favorecem uma certa divisão das responsabilidades entre Estado, famílias e indivíduos. (BIROLI, 2015, p. 92)

Nesse sistema, as mulheres têm sua força de trabalho apropriada e explorada, enquanto os homens se beneficiam coletivamente com isso. O cuidado, como afirma Raquel Passos (2020), está associado à interdependência do outro, uma vez que se trata de uma questão ontológica do ser social, satisfazer as necessidades humanas aparece como uma necessidade para a continuação e reprodução da vida. Contudo, ainda que essencial para a vida, visto que as pessoas necessitam desses serviços, como o preparo de refeições e a limpeza da casa, para continuarem a exercer suas funções e instrumental dentro dos marcos do sistema capitalista, o trabalho doméstico e de cuidado, além de ser não remunerado, é invisibilizado pelo Estado e pela sociedade, o que marca um “locus importante na produção de gênero” que não se limita a raça e classe, já que mulheres brancas e privilegiadas também sofrem seus impactos, porém esses diferem dos que acometem as mulheres racializadas e financeiramente vulnerabilizadas, logo, assumimos a divisão sexual do trabalho também como uma categoria na interseccionalidade de opressões. (FEDERICI, Silvia, 2017; BIROLI, 2015, 2018; AKOTIRENE, 2020).

A participação cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho aliado ao envelhecimento da população coloca em xeque essa divisão sexual do trabalho. A demanda

pelo trabalho reprodutivo se torna cada vez maior e o tempo dedicado a ele por essas mulheres é reduzido devido às demandas do trabalho remunerado das mesmas, gerando uma crise socioeconômica denominada “crise do cuidado” (PARADIS, Clarissa, 2019), que afeta toda a população e nos leva a pensar alternativas tanto para evidenciá-la quanto para enfrentá-la. Discute-se aqui, como possibilidade, a via da socialização do cuidado (SORJ, Bila, 2014).

A crise sanitária de covid-19 no Brasil veio atrelada a uma crise política e econômica e à assunção de um governo de direita, negacionista e propagador de valores machistas. O descaso com a vida contribuiu para o agravamento das desigualdades sociais durante a pandemia e evidenciou a sobrecarga de trabalho das mulheres (BULHÕES, Rebeca, 2021).

O primeiro caso brasileiro de infecção por SARS-COV-2, o vírus da covid-19, foi detectado em 26 de fevereiro de 2020<sup>16</sup>. Desde então teve início uma das maiores crises sanitárias já vistas no país e no mundo (ESTRELA, Fernanda, *et al.*, 2020). A doença atingiu rapidamente a população, principalmente os estratos sociais vulnerabilizados e colocou em evidência o abismo social entre classes já existente no Brasil. A pandemia impactou homens e mulheres de maneiras diferentes, desde o grau de exposição e suscetibilidade à infecção até as implicações sociais e econômicas e não há dúvidas de que a população de mulheres foi a mais atingida pelos efeitos da crise.

No Brasil, cerca de 85% dos profissionais de enfermagem, incluindo auxiliares e técnicos, são mulheres, ou seja, elas formaram a linha de frente do combate à doença (PIMENTA, Denise, 2020). Além das pressões no trabalho vivenciadas nos hospitais e clínicas, as profissionais de saúde foram afetadas psicologicamente, porque além de estarem em situação de risco, tiveram que se isolar de suas famílias para não as infectar, muitas delas tiveram que sair de suas casas e morar sozinhas, perdendo suas redes de apoio presenciais<sup>17</sup> num momento tão difícil para todas as pessoas.

---

<sup>16</sup> Informação disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em 07 Mar. 2023.

<sup>17</sup> *"Por mais que a gente faça vídeo e fotos, não tem como explicar o que enfrentamos", diz enfermeira sobre a pandemia*". Depoimento de Katia Caetano, enfermeira que trabalhou na linha de frente no tratamento da covid 19. Disponível: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/dia-da-mulher-coronavirus-katia-enfermeira>

Além de serem a maioria de cuidadoras na área da saúde, as mulheres também são as responsáveis pelo trabalho de cuidado no âmbito doméstico, sobretudo as mulheres negras e mães, devido a uma construção social e histórica em que “o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras” (CARNEIRO, Sueli, 2011, p. 128). Nesse sentido, podemos perceber que a participação das mulheres negras na sociedade brasileira vem demarcada por uma herança colonial representada pela cor, gênero e classe, perspectivas que elaboram a atuação da mulher negra na sucessão do cuidado.

A metrópole precisa de mão de obra feminina para preencher os cargos da categoria C no serviço público – em hospitais, creches, asilos, escolas infantis. **O acesso de um número maior de mulheres brancas à vida profissional (fora das fábricas) exige que as mulheres racializadas cuidem das funções de reprodução social** – cuidado das crianças, limpeza, cozinha – e as famílias da classe média querem trabalhadoras domésticas. [...] Seja nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia, na América do Sul, na África, sair de manhã cedo significa encontrar essas mulheres com sono no sistema de transporte ou correndo para o trabalho antes que a cidade acorde. (VERGÉS, 2019, p. 68-88, grifo nosso)

Ser mulher negra, no Brasil, estaria destinada ao papel daquelas que deixam seus lares e família para cuidar da casa e dos filhos e filhas do patrão, muitas vezes sem reconhecimento do trabalho e tempo gasto no cuidado com os outros. Essa tônica ainda guia a participação das mulheres negras na sociedade e cabe a elas os trabalhos subalternos sem grandes reconhecimentos financeiros no cuidado com o outro. Na pandemia essa relação se escancarou.

No contexto de distanciamento social e isolamento, as mulheres se responsabilizam pelo cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade, por exemplo, 85% de profissionais que se ocupam do cuidado de idosos são do sexo feminino (BRUNO, Maria, 2020). Além disso, recai para elas a responsabilidade de cuidar das crianças, do companheiro e porventura de algum familiar acometido pela doença. Durante a pandemia, cerca de 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém (COLLINSb, 2022). Logo, as mulheres estiveram sujeitas a um risco maior de contaminação por serem as maiores responsáveis pelos doentes; mas quem cuida da mulher?

O desemprego teve um impacto avassalador sobre as mulheres durante a pandemia. Em março de 2020, primeiro mês de *imposição do distanciamento social*, sete milhões de mulheres foram forçadas a sair do mercado de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílio- PNAD, 58% eram negras (COLLINSb, 2022). Como demonstra o estudo realizado pela Made-USP (2021), desde o início da pandemia a taxa de mulheres negras abaixo da linha de pobreza subiu de 33% para 38% mesmo com o auxílio emergencial; e a taxa de mulheres brancas subiu de 12% para 15%<sup>18</sup>. Essa condição restringe a sua mobilidade na cidade pela impossibilidade arcar com os custos do transporte público, e o fato de viver, em regra, nas margens das cidades, dificulta o seu acesso à estrutura urbana (DAMASCENO, Milena e VASCONCELOS, Liliane, 2021). Sendo assim, houve um aumento drástico de famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade, que também aumenta a suscetibilidade ao vírus, pois segundo estudo desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional- CEDEPLAR, as famílias que sobrevivem com 0 a 2 salários-mínimos possuem 20% mais chances de contrair o vírus do que aquelas pertencentes à classe média.

É importante ressaltar que a maioria dessas famílias são chefiadas por mães negras que sustentam sua família sozinhas. Portanto, o vírus pode até ser democrático, mas a crise gerada pela pandemia possui alvo certo, a base da pirâmide social, sobretudo as mulheres negras (PIMENTA, 2021; BERTOLDO, Sanny, 2021). Foi, portanto, nos territórios populares das cidades que o vírus encontrou na sua fase mais aguda as condições de disseminação, agravamento da doença e morte, em corpos e coletividades vulnerabilizadas pelas condições de vida e de moradia.

O contexto do isolamento social trouxe à tona também a pandemia invisível da violência doméstica. Desde o início da pandemia, a ONU já havia previsto o aumento nos casos de violência à mulher devido ao fato de estarem confinadas e mais próximas de seus agressores. Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, encomendada pelo Instituto DataFolha,

[...] a perda de emprego e renda (25,1%) e a maior convivência com o agressor (21,8%) são os principais pontos destacados por mulheres que sofreram violência nos últimos doze meses como fatores que contribuíram para sua vulnerabilidade à violência. Mais da metade das entrevistadas também afirma que a pandemia

---

<sup>18</sup> Estudo publicado pelo Made-USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP) que utilizou de base dados da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio e da PNAD Covid, feitas pelo IBGE, para demonstrar e analisar a desigualdade de gênero e o aumento da pobreza na crise do Covid-19. Matéria disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>.

influenciou no agravamento da violência sofrida, tragédia anunciada e de proporções nacionais. (BUENO, PIMENTAL, LAGRECA, 2021.)

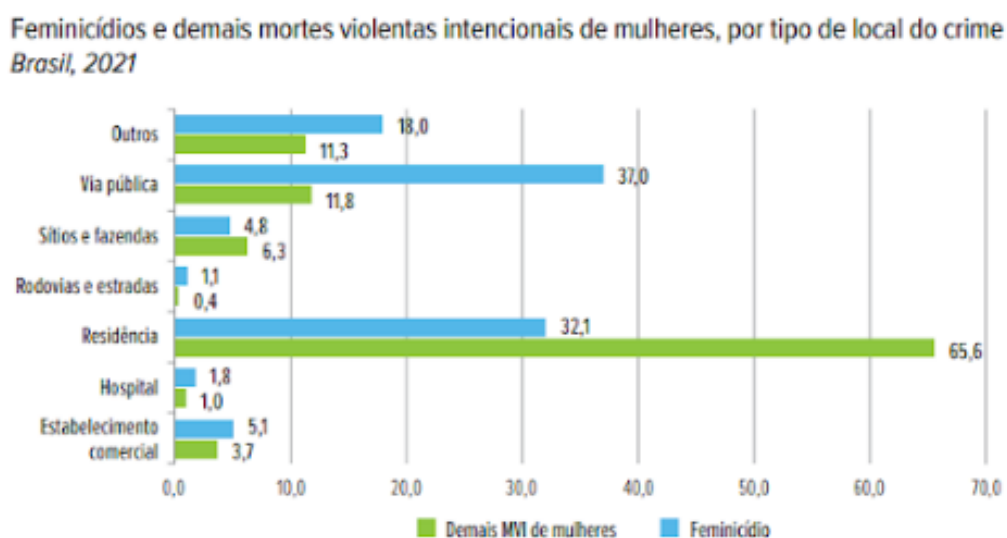
Os casos de violência doméstica tendem a aumentar em períodos de crise - econômica, financeira, sanitária ou produzidas por desastres naturais e, sendo assim, o contexto da pandemia age veemente no aumento da taxa de violência doméstica e feminicídio e na dificuldade dessas mulheres de buscar ajuda, uma vez que muitas delas encontravam nos espaços públicos suas redes de apoio e modos de denunciar os abusos e violências sofridos. Com a instauração de medidas restritivas de enfrentamento ao vírus, elas foram obrigadas a ficar em casa, local onde estão na presença constante de seus agressores (THINK OLGAA, 2020; MENDES, Janaína, 2020; BULHÕES, 2021).

As sobreviventes da violência podem enfrentar obstáculos adicionais para fugir de situações violentas ou acessar ordens de proteção que salvam vidas e/ou serviços essenciais devido a fatores como restrições ao movimento em quarentena. O impacto econômico da pandemia pode criar barreiras adicionais para deixar um parceiro violento, além de mais risco à exploração sexual com fins comerciais (ONU, 2020)

Ademais, a pesquisa também relata que, mesmo com os protocolos de restrição ao espaço público, 26,5 milhões de mulheres afirmaram ter sofrido assédio sexual, sendo a rua o lugar com maior número de acontecidos, 31,9% (BUENO, PIMENTEL, LAGRECA 2021). A pandemia do coronavírus apenas tornou mais agudas e visibilizou situações que há muito tempo já existem em nossa sociedade. Antes da pandemia, “de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, a cada dois minutos uma mulher realiza registro policial por violência doméstica no país” (MENDES, 2020).

Dados atualizados do Anuário de Segurança Pública de 2022 mostram que em 2021, pelo menos 1 pessoa ligou por minuto para o 190 denunciando um caso de violência doméstica, além disso o anuário mapeou que o segundo local com maior índice de feminicídios e demais mortes violentas de mulher (MVI) é a via pública, atrás somente da residência, como pode ser observado no **Gráfico 1**.

**Gráfico 1 - Femicídios e demais mortes violentas intencionais (MVI) de mulheres, por tipo de local do crime Brasil, 2021.**



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022<sup>19</sup>

A partir dessa informação podemos observar que tanto no espaço privado como no público a mulher está sujeita a situações de violência. O aumento no número de denúncias e casos de violência contra a mulher no contexto de pandemia é alarmante e reclama políticas públicas com enfoque de gênero que promovam uma rede de apoio e um espaço seguro onde a mulher se sinta fortalecida.

Além das profundas mudanças requeridas no planejamento urbano, suas concepções e metodologias, inclusive formas de participação social, existem inúmeras barreiras que dizem respeito à própria inserção da mulher na cidade e na esfera pública. Por serem as maiores responsáveis pelo cuidado com os filhos, elas buscam instituições públicas, como as creches, com mais assiduidade, para deixar seus filhos enquanto vão trabalhar (ou procurar emprego). Porém, atualmente a quantidade dessas instituições nos municípios em geral se encontra defasada e Itabuna não é exceção. Composta por 55 bairros, Itabuna só possui 11 creches em funcionamento, o que significa que as mulheres não só encontram dificuldades de matricular seus filhos como também precisam percorrer longas distâncias para levá-los e buscá-los, fator que contribui com sua pobreza de tempo.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-femicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf> Acesso em 28 Nov 2022.

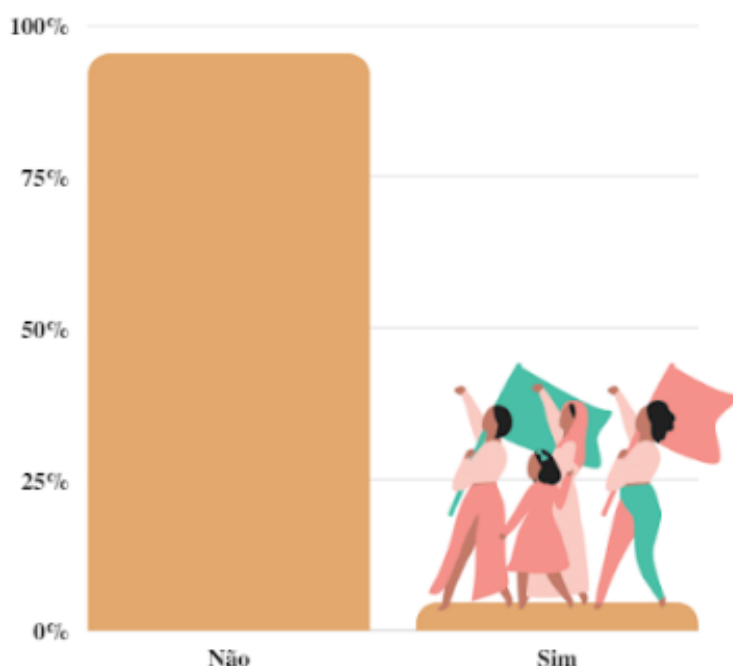
Mulheres não encaram a divisão casa/trabalho como os homens. As mulheres levam a casa consigo quando saem às ruas (SANTORO, Paula, 2008), elas conciliam suas múltiplas tarefas e jornadas de trabalho no ambiente da cidade. Esse é um dos motivos pelo qual o caminho realizado por elas na cidade é mais longo que o dos homens, pois elas realizam múltiplas paradas entre a casa e o trabalho, como por exemplo, elas precisam buscar seus filhos na escola, passar no mercado, farmácia, padaria, atividades que demandam tempo e que se tornam mais exaustivas em uma cidade que não acolhe as suas necessidades.

Assim, múltiplas restrições ao direito à cidade tornam a vida urbana para as mulheres um exercício árduo, socialmente e politicamente limitante. Considerando o direito à cidade na acepção lefebvriana, como direito à obra no sentido de atividade participante na produção e nas decisões sobre a cidade, e como apropriação, como uso pleno e irrestrito da cidade (LEFEBVRE, 2016), a condição da mulher na cidade é marcada por uma restrição à priori. Essa limitação à sua inserção na vida urbana condiciona o exercício do direito à cidade para as mulheres à superação da sociedade urbana patriarcal e machista.

Essas múltiplas opressões e violências sofridas pelas mulheres, escancaradas durante a pandemia de covid-19, coloca a crise do cuidado em outros termos, tensionando a concentração da responsabilidade histórica que elas assumem por delegação de uma sociedade patriarcal e machista. Uma relação paradoxal entre cuidado e violência se manifesta ao colocar quem cuida, seja na esfera do privado seja na esfera pública, no *front* da exposição ao descuido, à desproteção e à violência. Escancara a crise do cuidado nos planos ético, moral, político e social e coloca a socialização do cuidado como princípio e pressuposto societário.

Para tornar as cidades mais seguras e menos opressoras para as mulheres, é necessário garantir a participação delas na vida política e no planejamento urbano, ocupando espaços de poder de modo a colocar as questões de gênero na agenda pública de política urbana e mesmo para que possam compartilhar suas experiências na cidade e assim apontar para soluções mais assertivas em direção ao exercício do direito à cidade. Quando, na pesquisa, questionamos às entrevistadas se elas já haviam sido convidadas a participar de alguma reunião ou assembleia promovida pelo poder público que buscasse ouvir as suas experiências na rua, obtivemos a seguinte resposta exposta no **Gráfico 2**:

**Gráfico 2 - Alguma vez você já participou, ou foi convidada (e) a participar, de alguma reunião promovida pelo poder público que buscasse ouvir suas experiências vividas na rua?**



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Esse gráfico evidencia a falta de participação da população de mulheres de Itabuna no planejamento urbano da cidade e as complicações decorrentes dessa sub-representação ficarão evidentes mais adiante nesta dissertação. Logo, se temos a premissa de que “estar presente ou se fazer representar é crucial para que as mulheres definam políticas de justiça e de equidade de gênero, melhorem as suas vidas e influenciem o futuro do país” (SCHEFLER, 2018, p. 49) constatamos que em Itabuna inexistem políticas de incentivo que proporcionem uma escuta ativa aos problemas enfrentados por mulheres na cidade.

Apesar de não haver uma ligação direta entre a baixa participação de mulheres na esfera pública e a sobrecarga de trabalho, é possível inferir que essa dualidade público-privado é um fator a mais que a impede de estar presente. Flávia Biroli (2018) elenca alguns fatores que conectam a divisão sexual do trabalho à sub representação da mulher na política, entre eles estão o contraste entre as exigências do trabalho/participação política e as expectativas colocadas nelas em relação ao cuidado com a casa e a família; a pobreza de tempo em relação aos homens para equilibrar a participação política com a sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo; e a dificuldade das mesmas em criar redes de contato que possibilite a visibilidade de suas queixas ou mesmo articulações que viabilizem a sua

ascensão na carreira política, devido não só à pobreza de tempo como também à cultura machista de que mulheres são menos preparadas para tal.

Para tanto, é preciso também construir afirmativamente as condições para essa vocalização, assegurando práticas e arranjos, na vida doméstica e no trabalho, que permitam que os indivíduos tenham tempo e recursos para tomar parte na vida política, no debate público e em esforços coletivos que lhes pareçam relevantes. (BIROLIB, 2015, p. 113)

Logo, para assegurar que essas mulheres participem das decisões em relação ao planejamento urbano é preciso desconstruir essa responsabilização do cuidado como atividade restrita a elas e para isso, Bila Sorj (2014) defende que deve haver “a construção de um Estado solidário, que por meio de políticas públicas de qualidade coloque o cuidado no centro da sua definição de bem-estar social” (p.127).

Como já afirmado anteriormente, a pandemia de covid-19 afetou as mulheres de maneira drástica, principalmente as mulheres negras e pobres. Entretanto, a pandemia apenas evidenciou um abismo de desigualdade de gênero, raça e classe há muito existente no Brasil. A segregação no espaço público, a sobrecarga de trabalho, a desigualdade salarial, a espoliação urbana (KOWARICK, 1979) e a responsabilidade pelo trabalho de cuidado sempre estiveram presentes nas vidas das brasileiras.

Mudanças nessa realidade nas cidades no pós-pandemia implicam no questionamento ao planejamento urbano hegemônico, no sentido de uma mudança radical que inclua a perspectiva do cuidado em suas pautas. Isso significa garantir a participação das mulheres no processo de planejamento de modo que possam compartilhar suas vivências e colocar os seus posicionamentos, ocupando os espaços de disputa de hegemonia na condução da política urbana. Isto implica em condições para que elas possam dispor de tempo para estar no espaço público e participar das esferas de decisão, o que abre uma outra frente de luta.

A via da socialização do cuidado se faz necessária nesse aspecto, permitindo a coexistência entre a esfera pública e privada, retirando a sobrecarga das mulheres e permitindo uma maior liberdade de tempo. O caminho para alcançar cidades pautadas na equidade de gênero, vista como condição de exercício do direito à cidade, é longo e árduo. Entretanto, as crises, como a atual, ao colocar essas questões mais visíveis, podem apresentar possibilidades maiores de enfrentamento e, nesse propósito, o planejamento urbano é

certamente um espaço de disputas a ser ocupado pelas mulheres. Abordaremos possibilidades da inclusão da política do cuidado no planejamento urbano de Itabuna na seção 5.2 desta dissertação.

## 4 ITABUNA, QUE CIDADE É ESSA?

Neste capítulo abordaremos a cidade Itabuna de forma mais focada, buscando entender como a questão de gênero se faz presente no planejamento urbano e quais os efeitos dessa presença nas vivências da mulher na cidade e nas suas leituras sobre o direito à cidade.

### 4.1 Quem pensa Itabuna? A formação da cidade e o que informa e conforma na atualidade

*Aqui cresceram as minhas mãos  
com ânsias de infinito e cheias de  
agonia.*

*Aqui nasceram e morreram as  
minhas dores mais reais e mais as  
ilusões de minhas alegrias.*

*Itabuna - Valdelice Pinheiro  
(2002)<sup>20</sup>*

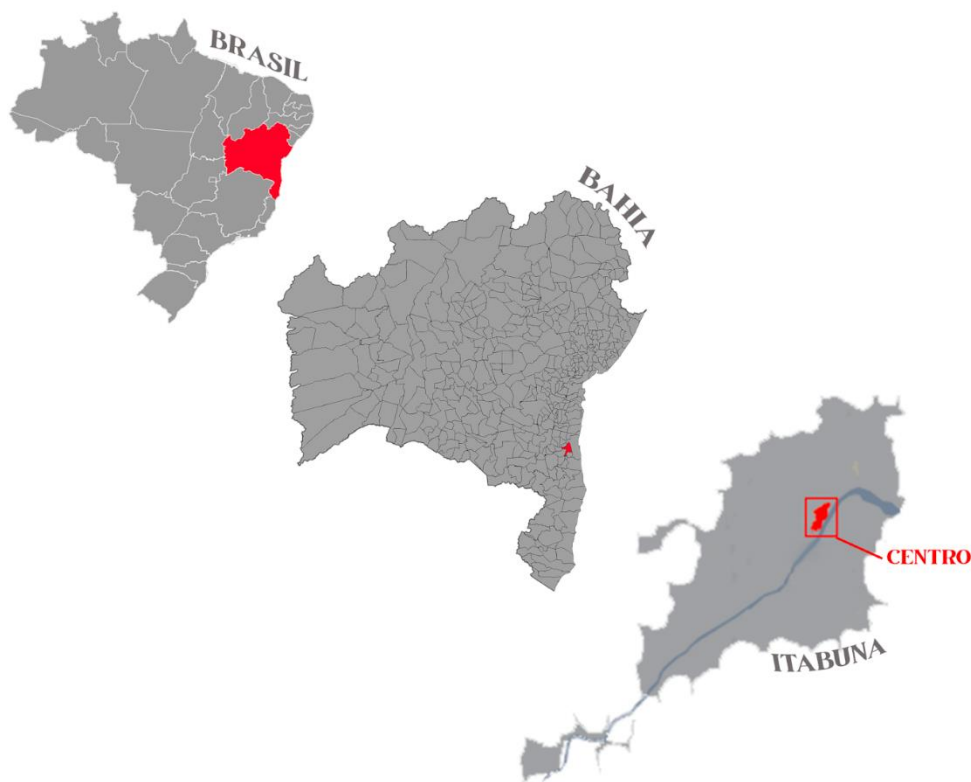
Itabuna se encontra localizada na região do Sul da Bahia, a 436 quilômetros de distância da capital Salvador. A cidade foi emancipada em 28 de julho de 1910 e hoje se destaca como uma das cidades mais importantes do Sul da Bahia. A **Figura 5** demonstra a localização da cidade em relação ao país e estado.

Desde sua fundação, às margens do rio Cachoeira, o plantio de cacau figurou como componente central da economia da região. “Itabuna nasceu, cresceu e se desenvolveu em função da produção e comércio do cacau”, inclusive o desenho da cidade se deu em função disso, as taxas provenientes da venda das sacas eram destinadas à construção de estradas, escolas, prédios institucionais, entre outros (BERTOL, Lurdes, 2003, p.45). Os anos de 1930 a 1980 foram os mais benéficos em relação à economia do cacau.

---

<sup>20</sup> Valdelice Pinheiro foi uma poeta, filósofa e professora itabunense que viveu na cidade de 1929 a 1996, também foi uma das fundadoras da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). O poema intitulado “Itabuna” se encontra disponível no livro “Expressão Poética de Valdelice Pinheiro”, de Maria de Lourdes Netto Simões (2002, p.53)

**Figura 5 - Localização da cidade de Itabuna-Ba.**



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A região atraiu muita riqueza, entretanto, a disparidade social era avassaladora, de um lado o fazendeiro rico e as famílias que detinham o comércio do cacau, vistas como a elite da cidade, do outro a miséria do trabalhador rural e, por conta disso, a região ficou conhecida como “pobre região rica”. “O município de Itabuna, por ter sido um grande polo da cultura do cacau, foi a terra de coronéis, de caxixes (grilagem), palco de transformações urbanas que, certamente, trouxeram tanto consequências positivas quanto negativas”, (BERTOL, 2003, p.58). Entre as consequências negativas nós temos uma cidade que vai se urbanizando para atender às necessidades dos mais abastados:

O centro vinha sendo forjado desde as primeiras reformas urbanas na década de 1930, “além da criação de planos de urbanização e do surgimento de departamentos das municipalidades de controle social, esse período registrou também a abertura das vias urbanas que deram um formato inicial ao perímetro central da cidade” (CARVALHO, 2009, p.17). **Juntamente ao processo de desenvolvimento urbanístico do perímetro central, houve a invasão desse território pelos lugares de poder das elites locais** representada pelos consultórios médicos, escritórios, repartições do poder público, entidades sociais, residências (Ibidem, p. 93-104)<sup>10</sup>. Dentro dessa mesma lógica, Sousa (2008, p.12) argumenta que **o centro da cidade de Itabuna na década de 1950 era o lugar construído e pensado pelas elites para subjugar os subalternos e suas agências.** (RIBEIRO, 2009, p. 3, grifo nosso)

A preservação da imagem da mulher dentro dos padrões impostos pela sociedade patriarcal está atrelada ao projeto de urbanização de Itabuna. Em seu artigo “Pedem o evacuamento das irregulares”: as profissionais do sexo na urbanização de Itabuna-Ba (1940-1960)” a autora Carolina Oliveira (2010) expõe como o processo de higienização e urbanização do centro de Itabuna entre as décadas de 1940 a 1960 significou a expulsão e marginalização de mulheres profissionais do sexo<sup>21</sup> que eram vistas como transgressoras e sinônimo de instabilidade e insegurança para a população de Itabuna.

Segundo a autora, o Juiz de Direito da Vara Crime da Comarca de Itabuna da época, José de Souza Dantas, divulgou um relatório onde associava o alto índice de violência e criminalidade no centro da cidade à presença das casas de mulheres e cabarets concentrados na região. Os órgãos de segurança pública repreendiam e puniam as mulheres que apareciam nas portas e janelas das edificações fora do horário permitido pela polícia, pois isso significava ultrapassar os limites “afinal, as famílias da vizinhança não podiam conviver com as transgressões de tais mulheres” (OLIVEIRAb, 2010, p.5). Essas punições eram publicadas nos jornais da cidade não somente para apontar essas mulheres como fora da lei, mas também para servir de exemplo às demais mulheres da cidade quais as decorrências desse comportamento, deixando claro o papel e o lugar que elas deveriam desempenhar na sociedade. (OLIVEIRAb, 2010)

A partir das décadas de 1930 e 1940 já é possível perceber que a ideia de desenvolvimento para a cidade era pautada na dimensão do progresso e do desenvolvimento da cidade,

Os planos de urbanização se preocupavam muito mais com a morfologia da cidade, concedendo atenção ao alinhamento de ruas e de avenidas, inauguração de praças e parques, e construção de imóveis padronizados. No entanto, **os interesses em promover reformas urbanas em Itabuna terminaram resvalando no controle também das práticas de seus habitantes.** Os engenheiros defendiam que determinadas áreas do perímetro urbano fossem municipalizadas para impedir o uso por parte da população (CARVALHO, 2009, p. 62, grifo nosso)

---

<sup>21</sup> Apesar de não ser o foco desta pesquisa, o modo como a idealização do progresso de Itabuna colocou a presença das profissionais do sexo como símbolo da insegurança e criminalidade públicas, assim como o fato de seus comportamentos serem utilizados como exemplo de transgressão e ameaça à sociedade de bem e às demais mulheres, informa como essa construção patriarcal do que é “ser mulher” foi imposta durante o processo de urbanização da cidade.

Juntamente com a ideia do progresso vinha a ideia de “civilização” na qual os moradores deveriam pautar os seus comportamentos:

[...] urgia o saneamento moral do centro urbano de Itabuna que para os segmentos hegemônicos era “causa de vergonha [...] o prostíbulo no coração da cidade [...], doença dessa sociedade, cano de esgoto que infelizmente ainda não pode ser de todo eliminado”. As trabalhadoras do sexo deviam abandonar esse espaço de Itabuna, agora representado como lócus do poder municipal e vitrine da civilização de parte de seus habitantes, os abastados pelo capital gerado na lavoura cacaueteira. **Nesta espacialidade ressignificada só havia lugar para um tipo de sexualidade: a sexualidade consentida do matrimônio.** (OLIVEIRAb, 2010, p.6-7, grifo nosso)

Alinhando a exposição da autora ao exposto e discutido até o momento, é possível afirmar que o planejamento urbano da cidade de Itabuna está pautado nos ideais da sociedade patriarcal, no qual as necessidades e padrões que buscam ser atendidos através das intervenções urbanas são as do homem, pai de família nuclear, enquanto os “outros” que fugiam às normas impostas pela sociedade, como no caso das mulheres profissionais do sexo, eram vistos como um problema a ser corrigido no caminho para uma Itabuna desenvolvida e bem-sucedida, e portanto, deveriam ser expulsos da cidade vitrine e buscar as margens da cidade, longe dos olhos. Atualmente, a rua onde se encontram um maior número de mulheres que oferecem o serviço sexual é, distante do centro da cidade, próxima à rodoviária municipal e elas só são vistas durante o período da noite, quando os estabelecimentos comerciais da região estão fechados.

Outra ferramenta que guiava a opinião pública e versava sobre a posição e comportamento social das mulheres eram os jornais da cidade que, de acordo às suas próprias interpretações, refletia o lugar e atribuições das mulheres na cidade em suas páginas, mesmo que de forma implícita. Além disso, quando não eram homens escrevendo sobre mulheres, eram mulheres brancas escrevendo sobre a sociedade. A autora Kaliana da Hora (2021) pesquisou a presença das mulheres nos jornais de Itabuna entre o período de 1986 a 1992. A questão da participação política da mulher foi abordada pelos jornais da cidade de forma favorável, entretanto, as perguntas direcionadas às candidatas não tinham o mesmo teor das destinadas aos candidatos homens. As perguntas destinadas às mulheres visavam expor como elas iriam equilibrar a carreira política com o trabalho doméstico e de cuidado e se dariam conta dos dois. Além disso, as mulheres candidatas eram geralmente brancas, casadas com homens de certo prestígio na sociedade itabunense.

Uma das entrevistadas, membro do PC do B e posteriormente do PT, quando indagada sobre a possibilidade de concorrer a um cargo político em âmbito executivo ou legislativo comentou que **a candidatura de uma mulher negra não seria bem-sucedida na cidade**. Talvez ela tivesse razão, visto que **entre 1948 e 1982 foram eleitas apenas quatro mulheres, nenhuma delas era negra** (HORA, 2021, p. 157, grifo nosso)

As mulheres negras e de classes vulnerabilizadas não tinham espaço para expor sua opinião nos jornais e mesmo as suas reivindicações eram feitas através de mulheres brancas que se viam como porta-vozes das mazelas da cidade, como é o caso da reivindicação por creches no município. O pedido de implantação dessas instituições na periferia era argumentado como necessários para as mulheres, pobres e trabalhadoras que precisavam de um lugar para deixar seus filhos enquanto iam trabalhar ou buscar emprego, entretanto, a essas mulheres não foi dado o direito de falar por si mesmas e expor suas necessidades (HORA, 2021). Aqui observamos a relação dessa prática com a categoria de “infante” trazida por Lélia Gonzalez (1983). A autora afirma que infante designa aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, sendo “falado” pelos outros. Dessa forma, as mulheres não brancas, são subjugadas pelo sistema patriarcal-racista que as infantilizam, suprimindo a sua humanidade e as negam o direito de serem sujeitas de seus próprios discursos e história. É possível então perceber que a inserção da mulher negra nas esferas de decisão em Itabuna foi tardia, e ainda hoje é preterida, o que significa dizer que suas queixas e desejos em relação à cidade não são transmitidos e atendidos em primeira instância.

A urbanização higienista segue prevalecendo no decorrer dos anos. Em seu artigo “A cidade das elites e a Barracolândia: o centro da cidade de Itabuna-BA nos anos 1960” o autor Danilo Ribeiro (2009) demonstra a insatisfação da elite e dos governantes da cidade em ver a população de baixa renda, composta majoritariamente por mulheres e homens negros, habitando o centro da cidade, a chamada “barracolândia”.

Embelezar, limpar, modernizar, ou seja, civilizar a cidade de Itabuna era um projeto que perpassava pelos debates políticos, pelas crônicas jornalísticas e pelos discursos memorialísticos. Era preciso dotar Itabuna de uma legitimidade, elevar os parâmetros de sua civilidade a partir da imposição de uma modernidade. [...] É preciso abrir os olhos, ver e “imitar” outras cidades tendo como perspectiva o belo, o moderno, o racional, pois “tudo está medido, calculado”. Nada deve fugir ao “conjunto traçado”. A cidade é, portanto, imaginada, planejada, sugerida e desejada pelo Ottoni Silva enquanto um lugar (ou seria o não-lugar?) do belo, onde o feio não tem espaço. (RIBEIRO, 2009, p. 5-6)

Essa ideologia de embelezar e modernizar Itabuna, colocando-a como uma vitrine, onde o que é “feio” não tem lugar, tem consequências devastadoras, entre elas podemos citar a gentrificação<sup>22</sup> das áreas centrais, as remoções de populações em situação de pobreza e o crescimento das desigualdades sociais e urbanas, uma vez que a população que não consegue arcar com os custos de vida gerados pela interferência do capital no meio urbano é empurrada para as áreas periféricas da cidade, resultando na produção “informal” da cidade, que é carente de infraestrutura, habitação adequada, transporte, mobilidade e outros serviços considerados básicos. Essa política converteu-se no tempo em uma engrenagem de produção e aprofundamento de desigualdades e opressões que não se coloca somente no âmbito da organização espacial, mas adentra fortemente esferas de produção de valores, sentidos e ideologias, orientando quem, na cidade, possui o direito de usufruí-la de maneira plena:

A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas **a representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre, a cidade real** (MARICATO, Ermínia, 1999, p.18, grifo nosso)

Devido à alta dependência de Itabuna em relação ao comércio de cacau, a cidade foi uma das que mais sentiram os efeitos da grave crise de produção que se iniciou por volta dos anos 1980. Essa crise resultou na falência de muitos proprietários de comércio e fazendas que tiveram que vender a sua propriedade, o que causou um grande êxodo rural, com famílias inteiras de trabalhadores, inclusive de outras localidades, migrando para o espaço urbanizado da cidade em busca de melhores oportunidades e condições de vida. Esse fluxo, intensificado entre os anos 2000 e 2010, resulta em um processo de urbanização e ocupação intensivos, em que a maior parte da população habitava áreas irregulares e carentes de infraestrutura e serviços públicos essenciais, resultando na formação e expansão de periferias e áreas marginalizadas da cidade (SANTOS e SANTOS, 2012; GLÓRIA, Priscila, 2009)

A cidade de Itabuna cresceu e se desenvolveu com base na economia de comércio e serviços, concentrando-os de forma mais expressiva e relevante, assim figurando como uma

---

<sup>22</sup> Gentrificação consiste no processo de melhorias físicas e materiais e investimentos financeiros privados, assim como mudanças imateriais de natureza econômica, cultural e social, em centros ou bairros urbanos antigos que se encontram desvalorizados, com o intuito de elevar o status social da área e valorizar o mercado imobiliário, atraindo a população de classe média e expulsando os atuais moradores, visto que já não conseguem mais arcar com os custos de residir ali. (BATALLER, Maria, 2012).

centralidade no Sul da Bahia e passou a desempenhar funções como a oferta de bens e serviços às áreas urbanas e rurais dos municípios próximos (OLIVEIRA<sup>c.</sup>, 2008).

O Centro da cidade é o lugar onde se encontram concentrados a maioria das lojas que oferecem esses bens e serviços. O Centro é composto por praças, bancos, residências, lojas comerciais, clínicas e escritórios de serviços, é visto como a alma da cidade. A Avenida Cinquentenário, a principal avenida do Centro, tem início no Jardim do Ó e finda no canal Lava Pés, e configura o coração comercial da cidade. É constituída de prédios geminados, que formam um grande muro (BERTOL, 2003), onde o térreo são lojas comerciais e os andares superiores comumente são residenciais (**Figura 6**). Costuma ser muito movimentada em dias úteis no período das 8:00h às 18:00h, enquanto o comércio funciona, porém, após esse horário, se torna uma avenida sem vida, sem circulação de pessoas e com a iluminação precária

**Figura 6 - Avenida Cinquentenário**



Fonte: Blog Agravo (2022)

Outro ponto importante do Centro é o Jardim do Ó (**Figura 7**), ponto inicial da Av. Cinquentenário, que tem como principal função servir de rotatória, devido a esse fator, o acesso pelos pedestres se torna difícil, por conta da dificuldade de atravessar em meio ao trânsito de carros. Apesar de ter passado por reforma recente, onde houve a melhoria dos assentos e design da praça, ainda não se configura como ponto de encontro usual, já que poucas pessoas utilizam o local com essa função. Contudo, sua principal função social é ser

ponto de encontro para manifestações políticas, onde os manifestantes se encontram ali para iniciar sua caminhada pela Av. Cinquentenário.

**Figura 7 - Jardim do Ó**



Fonte: Jornal A Região (2022)

Entre as praças do Centro, que configuram as áreas verdes e pontos de encontro do bairro, a mais frequentada é a Otávio Mangabeira (**Figura 8**), ainda assim, o fluxo principal se dá em horário comercial. Especialmente as mulheres, apesar de poucas o fazerem, usam a praça para descansar enquanto fazem compras ou levam seus filhos para passear. No mais, a praça é utilizada como passagem e o tempo de estadia nela não é longo. À noite, devido à precariedade da iluminação, a permanência de pessoas é quase nula, assim como nas outras praças do Centro.

**Figura 8 - Vista diurna da Praça Otávio Mangabeira**



Fonte: Acervo pessoal (2023)

A Avenida Beira-Rio (**Figura 9**) se destaca por ser o cartão postal da cidade. Seu uso se dá majoritariamente por pedestres que circulam rumo ao trabalho ou a passeios e a noite a presença de pessoas praticando exercícios é marcante. A avenida é bem arborizada e possui algumas quadras de esportes e espaços para a prática de atividades alternativas, como o uso do skate. A Alameda da Juventude (**Figura 10**), localizada na avenida, é um espaço destinado ao uso de crianças e jovens, porém, a falta de manutenção do espaço o tornou símbolo da insegurança, principalmente à noite, devido à ausência de iluminação. Aos domingos, uma parte da Av. Beira-Rio é fechada para o fluxo de carros, o que estimula as mulheres a levarem seus filhos para andarem de bicicleta, patins, ou apenas para passear a pé.

**Figura 9 - Vista aérea do lado esquerdo da Av. Beira-Rio**



Fonte: Blog Costa do Cacau (2021)

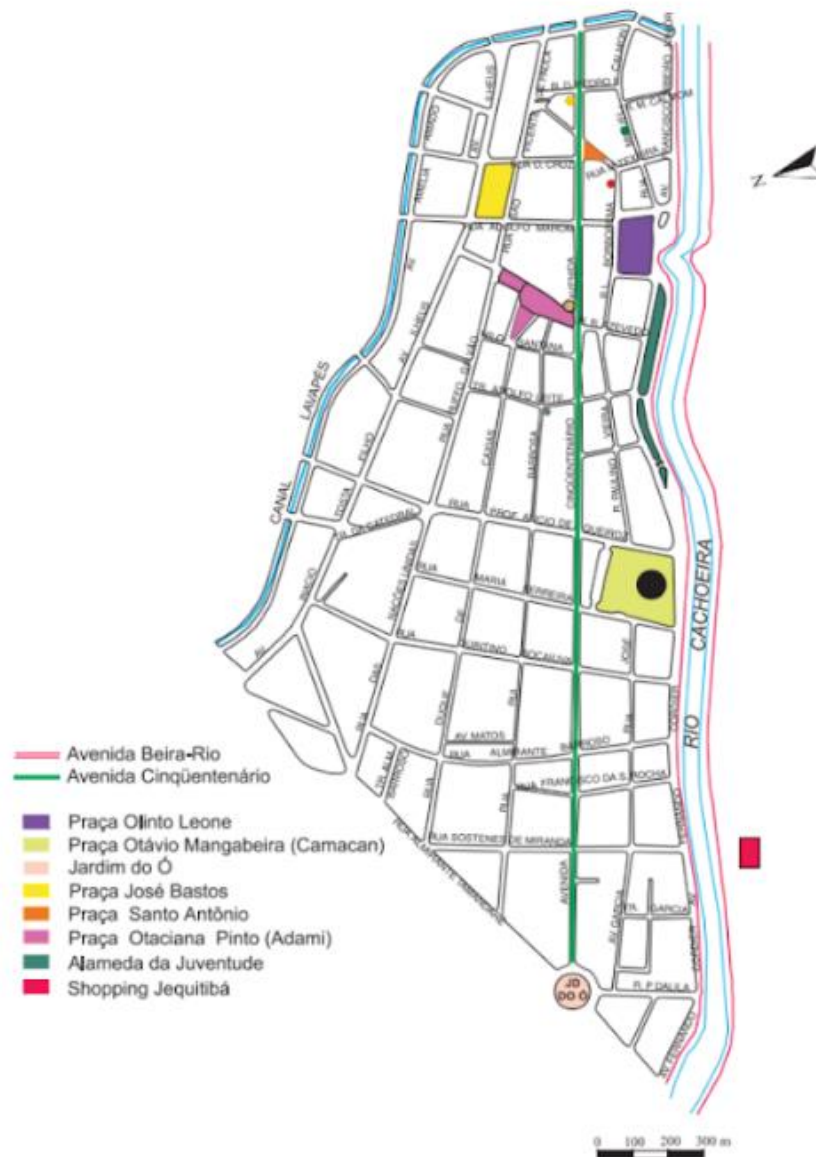
**Figura 10 - Vista da Alameda da Juventude**



Fonte: Blog A voz e a vez da juventude (2017)

O mapa a seguir (**Figura 11**) demonstra o Centro e a localização dos seus principais pontos:

**Figura 11 - Mapa do Centro de Itabuna e seus principais signos**



Fonte: BERTOL (2003)

O mapa acima demonstra os principais pontos do centro de Itabuna, com destaque para o Shopping Jequitibá (**Figura 12**), que constitui o maior empreendimento comercial da história do Sul da Bahia (BERTOL, 2003). A implantação do shopping se deu em 2000, momento em que a crise do cacau recrudescera e o comércio demonstrava sinais de enfraquecimento, e motivou mudanças estruturais na cidade para que o seu uso fosse incentivado.

**Figura 12 - Vista aérea do Shopping Jequitibá em Itabuna-Ba.**



Fonte: Shopping Jequitibá (2023)

O traçado da Av. Aziz Maron (popularmente conhecida como Av. Beira Rio) foi alargado para que desse espaço para os novos pontos de ônibus, o transporte público teve seu percurso alterado para que todas as rotas passassem em frente ao shopping, o paisagismo do entorno foi alterado, com bancos de frente para o shopping e o plantio de flores para que o shopping adquirisse esse caráter acolhedor e chamativo (BERTOL, 2003). Todas essas mudanças contribuíram para que o shopping Jequitibá configure até hoje como ponto de referência da cidade, sendo lugar de consumo, encontro e lazer, substituindo as funções que deveriam ser exercidas pelo espaço público da cidade, que devido à precariedade da manutenção e à alta sensação de insegurança, não atrai a população para a permanência e uso afetivo.

As mulheres, principalmente as de classe média, buscam o espaço privado do shopping para o encontro e atividades de lazer e consumo, tanto sozinhas como com sua família, uma vez que se sentem protegidas e longe dos perigos que as ruas oferecem. Entretanto, além de estar situado em área nobre da cidade, a elitização do empreendimento faz com que somente uma parte da população se sinta bem-vinda, significando um espaço de autoexclusão para a população que não pode arcar com seus serviços, logo, as mulheres de classes sociais menos abastadas têm o seu direito ao lazer prejudicado, uma vez que o espaço público não fornece as condições necessárias para tal e o espaço privado segrega a sua presença. Assim, a falta investimento e manutenção que promovam um espaço público de qualidade e ofertas de lazer gratuitas para a população, aliado aos investimentos do setor privado na consolidação do shopping como espaço de entretenimento, demonstram que em Itabuna, o direito à festa e ao encontro é privilégio dos que podem pagar por isso.

Itabuna ao longo dos anos teve a predominância de homens brancos nas esferas de poder da cidade. O quadro de vereadores da Câmara Municipal, por exemplo, entre os 21 integrantes, somente 1 deles é mulher, assim como, entre 1948 e 2022, somente em 1978 a Câmara teve como presidente uma mulher, Rosalina Molffi de Lima<sup>23</sup>. A equipe técnica responsável pelo planejamento urbano não foge à regra, tendo sido liderada na maioria dos anos por homens brancos, o que nos leva a pensar — e comprovar ao observar a cidade e a história — que as intervenções urbanas seguem o hegemônico e a cidade foi planejada visando a atender as necessidades de mercado e da elite social. Hoje a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo são lideradas por uma mulher arquiteta, além da presença de outras arquitetas na equipe. Contudo, a presença de mulheres nas esferas públicas de poder nem sempre é uma garantia que políticas públicas com enfoque de gênero sejam abordadas e implementadas no planejamento urbano.

O Plano Diretor de Itabuna foi instituído pela lei nº 2.111 em 19 de dezembro de 2008 e aborda as políticas para a cidade tratando a população de modo homogêneo, sem qualquer abordagem que considere as dimensões de raça e gênero no corpo do documento. No artigo 12 do Plano Diretor de Itabuna, inciso III, está previsto o “envolvimento das comunidades na discussão e implementação e de políticas públicas” entretanto nós sabemos que esse envolvimento praticamente inexistiu em relação à população de mulheres, quando no Gráfico

---

<sup>23</sup> Informações disponíveis no site da Câmara Municipal de Itabuna: <https://itabuna.ba.leg.br/presidentes/>. Acesso em 22 Fev. 2023

05 de “Participação de mulheres em reunião pública voltada a seus interesses” exposto na seção 2.3, observamos que 95% das mulheres entrevistadas afirmam não ter participado ou sido convidada a participar de assembleias que tratem a questão da mulher na cidade. O prazo para a revisão do PDDU da cidade já se encontra expirado, uma vez que já se passaram mais de 10 anos, logo, deveria ter sido revisto em 2018.

O Plano Diretor, como instrumento central para a governança e orientação do município na política urbana, deve incluir políticas públicas direcionadas para grupos sociais e territórios, considerando as suas especificidades que não são abarcadas por políticas hegemônicas. Assim, a construção colaborativa desse documento, com agentes sociais diversos da cidade, em especial as mulheres de todos os segmentos de raça e classe, e a escuta ativa dos problemas dos mesmos é uma via para possibilitar a transformação de Itabuna em uma cidade mais inclusiva e menos opressora.

O planejamento e as intervenções urbanas realizadas na cidade de Itabuna tiveram como foco central a priorização do comércio e a higienização das áreas centrais da cidade. Além disso, a presença da mulher na cidade sempre foi controlada não só pelo ordenamento da cidade, mas também com o auxílio das mídias que propagaram os valores da sociedade patriarcal, o que conseqüentemente restringiu a sua inserção e participação nas esferas políticas da cidade, principalmente das mulheres negras.

O processo de formação e consolidação espacial da cidade de Itabuna informa como as relações hierárquicas de gênero e desigualdade social<sup>24</sup> se fazem presentes no imaginário de desenvolvimento e expansão urbanos. A esse plano de desenvolvimento hegemônico se associa uma cidade segregada socialmente, onde somente uma parte da população consegue exercer seu direito à cidade de forma plena.

---

<sup>24</sup> Desigualdade social é entendida como um fenômeno histórico com múltiplas faces, como a de gênero, raça e classe, todas pautadas na sustentação hierárquica de poder. É utilizado aqui para marcar o caráter estrutural das sociedades capitalistas. Também figura como a desigualdade no acesso a serviços básicos e à estrutura urbana em geral. (CONCEIÇÃO, Viviane e ZAMORA, Maria Helena, 2015)

## 4.2 Que canto dessa cidade é meu? Leituras do direito à cidade a partir das mulheres de Itabuna

*Em lugar nenhum do mundo pode existir direito à cidade enquanto as mulheres não puderem andar sozinhas nas ruas, a qualquer hora, sem medo. - Raquel Rolnik (2018)<sup>25</sup>*

Como visto anteriormente e como afirma Raquel Rolnik (2018), a mulher encontra vários obstáculos ao frequentar a cidade devido a um desenho urbano que segue e reproduz valores machistas e patriarcais, segregando a sua presença no espaço urbano e interferindo no seu exercício do Direito à cidade. A cidade de Itabuna reproduziu esses mesmos valores durante o seu processo de formação e consolidação. Nesta seção discutiremos como essas experiências afetam a compreensão do direito à cidade pelas mulheres de Itabuna e como essa compreensão é fundamental e pode interferir nas suas lutas no/pelo espaço urbano. Para tal, realizamos uma análise qualitativa das respostas dadas à pergunta “Você conhece o termo Direito à cidade?” fazendo relações e aproximações com o conceito original formulado por Henry Lefebvre (2016) e de outras autoras e autores, com o objetivo de compreender as dimensões nas quais elas entendem e exercem o direito à cidade.

O conceito de Direito à Cidade, como direito de todo cidadão de usufruir, se apropriar e participar de todas as redes e decisões em relação à cidade, é definido originalmente pelo filósofo francês Henri Lefebvre em seu livro homônimo lançado em 1968. O contexto do surgimento do conceito era uma Paris que vinha passando por uma crise identitária, com o intenso e contraditório processo de urbanização e industrialização. Esse cenário acrescenta ao termo um caráter de queixa e exigência. A queixa decorre da dor de presenciar uma crise que vem a devastar a vida cotidiana na cidade, enquanto a exigência é um incentivo a encarar a crise e criar uma vida urbana alternativa, menos alienada e com mais significado. Esse contexto nos leva a perceber que a ideia do direito à cidade surge então do grito de socorro vindo das ruas, das pessoas oprimidas pelo processo de urbanização, que buscam uma vida urbana transformada. (HARVEY, 2015). A nossa discussão e análise nesta seção se dá a

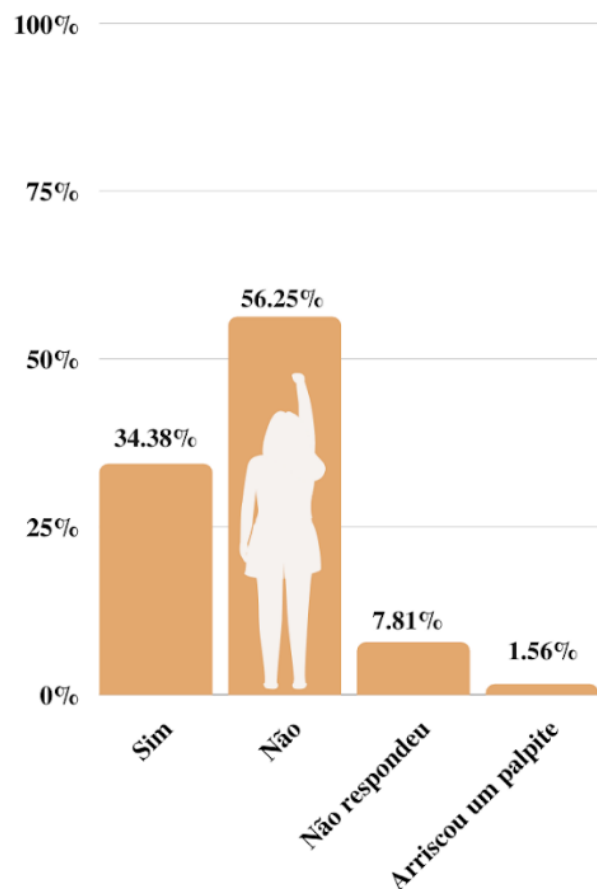
---

<sup>25</sup> Raquel Rolnik é arquiteta e urbanista brasileira, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pesquisadora dedicada às políticas urbanas e habitacionais. Informação disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 15 Fev. 2023.

partir das contribuições originais do autor, Henri Lefebvre, acrescidas de interpretações e atualizações de outros autores como David Harvey (2012, 2015) e autoras que fazem a intersecção entre o conceito de Direito à cidade e a questão de gênero.

O conhecimento e apropriação do termo direito à cidade é importante nas lutas urbanas e nos processos de resistência que buscam uma cidade mais justa e menos opressora. Tendo em vista que direito à cidade é um conceito aberto, como lembra Viveiros (2020) e singular como assinalado por Marcuse 2010 apud Viveiros, 2020, e a ele não pode ser atribuída uma definição genérica, foi questionado às mulheres de Itabuna se elas conhecem o termo “Direito à cidade”, visando a entender a sua compreensão sobre o conceito e o que isso pode nos dizer sobre a sua relação cotidiana com a cidade. O (Gráfico 3) apresenta, de maneira quantitativa, o conhecimento das mulheres acerca do termo:

**Gráfico 3 - Você conhece o termo “Direito à Cidade”?**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

O gráfico nos permite perceber que mais da metade das entrevistadas afirmaram “não conhecer”, “nunca ter ouvido falar” e “não fazer ideia” do que seria o direito à cidade. Isso nos leva a inferir que o debate sobre política urbana na cidade de Itabuna ainda é restrito, pelo menos para a população de mulheres e ainda que a falta de conhecimento sobre o termo pode ser um obstáculo no reconhecimento de seus direitos na cidade e na reivindicação dos mesmos, pois, de acordo com Harvey (2015) reivindicar o direito à cidade é reivindicar algum tipo de poder sobre os processos que estruturam as nossas cidades e as maneiras como elas são feitas e refeitas.

A Paris de 1968 já não tinha no centro das preocupações dos seus habitantes a falta de provisão de necessidades básicas como saneamento básico e transporte de qualidade, mas ainda são questões centrais nas cidades brasileiras. Por conta disso, a noção de direito à cidade no Brasil ganha uma outra dimensão, diferente da proposta por Lefebvre inicialmente (TAVOLARI, Bianca, 2016). O termo direito à cidade vai ser interpretado a partir das queixas dos habitantes em relação à falta ou à precariedade dos serviços e equipamentos públicos, que configura um urbanismo desigual e interfere não só no seu uso do espaço público como também na vida privada.

O direito à cidade no Brasil é assegurado pela Lei 10.257/ 2001, Estatuto da Cidade, que traz a noção de direito a cidades sustentáveis e implica no “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (art. 2o, inciso I) (BRASIL, 2001). Algumas das respondentes associaram o direito à cidade com o previsto no Estatuto da cidade, como pode ser observado no **Quadro 1**:

Quadro 1- Associações de direito à cidade com direito à serviços básicos
Sim! Direito à moradia com saneamento, infraestrutura. direito a transporte e serviço público
Sim, direito ao trabalho, moradia digna, saúde, transporte público, lazer.
Direito humano coletivo de tanto quem vive hoje ou nas futuras gerações

Direito à segurança, lazer, educação, saúde etc.
Direito a posto de saúde com médicos, direito de ter ruas com asfaltos bons. Direito de parques para as crianças. Direito de a comunidade reivindicar seus direitos.
De grande necessidade para os cidadãos, usufruir da cidade e de seu direito de ir e vir, compõe o direito ao trabalho, a moradia, ao saneamento básico, direitos como saúde e educação são prioritários, o lazer, o transporte, enfim, tudo que possa beneficiar os habitantes, também na segurança pública.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

A associação do direito à cidade com o direito à moradia é muito presente no Brasil, uma vez que a crise habitacional é uma questão central na agenda pública, que ficou ainda mais evidenciada durante a pandemia de covid-19. A questão do acesso à moradia é, assim, essencial para o exercício do direito à cidade e coloca-se como chave para o acesso a outros direitos.

“No caso da luta por habitação, falar em direito à cidade aponta para uma dimensão coletiva maior que não está inscrita no direito à moradia. Não ter casa não significa apenas não poder permanecer fisicamente na cidade, mas não pertencer a seus laços sociais. Conseguir emprego ou usufruir da maioria dos serviços públicos tornam-se tarefas praticamente impossíveis sem endereço fixo, por exemplo. **Com a negação do direito à moradia e do acesso à habitação, o pertencimento à cidade também é negado**” (TAVOLARI, 2016, p.106, grifo nosso)

A questão da moradia ganha outra dimensão quando aliada à questão de gênero, uma vez que a casa não tem caráter somente de abrigo para a mulher, mas também é a base da criação de seus filhos, do trabalho e sustento de suas famílias, além de, muitas vezes, a moradia significar a fuga da violência doméstica e a não dependência de um relacionamento abusivo. A localização e a qualidade dessa moradia também definem a energia despendida no seu cotidiano.

O nível de dificuldade e o número de horas para a realização do trabalho doméstico é influenciado fortemente por elementos como a qualidade da moradia, sua localização, a distância desta de facilidades como postos de saúde, escolas, creches, parques, a sua proximidade de transportes públicos, o nível de saneamento básico, água encanada e potável, entre outros (ALFONSIN, 2006). Neste sentido **as mulheres de baixa renda, moradoras das periferias das cidades brasileiras, sentem de maneira mais intensa a precariedade da infraestrutura urbana, conseqüentemente, são elas que mais têm suas vidas influenciadas pelas transformações desta**. Isso significa que quando falamos aqui de moradia, nos reportamos a muito mais do que a estrutura física da casa: nos reportamos também a

toda a rede de infraestrutura e de vizinhança ao redor dela. (PAULISTA, Amanda, 2013, p. 4, grifo nosso)

Ter direito à moradia digna e não somente adequada, significa ter acesso a um determinado padrão de vida (ROLNIK, 2014 apud VIVEIROS, 2020) e esse padrão se configura pelo acesso aos demais serviços públicos citados nas respostas acima, como ao saneamento básico, à educação, à saúde, ao lazer, transporte público, entre outros que, quando precários, são sentidos com mais intensidade pelas mulheres (SANTORO, 2008), que necessitam desses serviços para manter suas casas e famílias, mas também para usufruir do espaço público.

Outra dimensão que foi percebida nas respostas obtidas foi a de “usufruir” da cidade. No **Quadro 2** elencamos todas as respostas que trazem a menção do termo de forma direta ou indireta.

Quadro 2 - Menção do termo “usufruir” nas respostas obtidas
Não conheço, mas acredito que seja um direito de poder <b>usufruir todos os espaços que a cidade fornece.</b>
Não. Ao ouvir esse termo imagino que seja algo relacionado a uma cidade "direita", adequada para o <b>convívio e vivência.</b>
No meu ver, diz respeito ao direito de ir e vir com liberdade, independente do espaço e do ambiente. Diz sobre <b>viver e experienciar a cidade</b> de maneira onde a existência do um não inviabilize ou impeça a existência do outro.
Direito de <b>usufruir do espaço urbano</b> em segurança.
De grande necessidade para os cidadãos, <b>usufruir da cidade</b> e de seu direito de ir e vir, compõe o direito ao trabalho, a moradia, ao saneamento básico, direitos como saúde e educação são prioritários, o lazer, o transporte, enfim, tudo que possa beneficiar os habitantes, também na segurança pública.
Direito que todos possuem, ou deveriam possuir, de habitar e <b>usufruir do meio urbano</b> de forma justa, segura e igualitária.
<b>Usufruir o melhor que a cidade possui</b> , acesso à cultura, bem-estar, saúde e educação.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

A dimensão do direito à cidade abordada por Lefebvre configura como o direito dos cidadãos-citadinos de usufruir de todas as redes e circuitos de comunicação, de informação,

de trocas que constituem a cidade (LEFEBVRE, 2016). Para o autor, o urbano é o espaço onde acontecem as trocas, as relações, é o lugar do encontro onde prevalece o valor de uso. Ele defende como essencial para o exercício do direito à cidade, a apropriação dos espaços. É com essa dimensão que conversam as respostas elencadas no quadro acima. A cidade ganha vida a partir do uso de suas ruas pela população. Contudo, para usufruir da cidade de forma plena, é preciso figurar por todas as suas redes de forma segura, é preciso ter garantido o direito de ir e vir livremente, e são essas terminações as mais comuns dentre as respostas das mulheres.

O direito de ir e vir é o segundo mais citado entre as respostas, estando presente em 8 das 27 respostas, atrás somente do termo “segurança” que se fez presente em 10 respostas. O **Quadro 3** demonstra a presença dos termos de forma direta e indireta:

Quadro 3 - Presença do termo “direito de ir e vir” e “segurança” nas respostas obtidas
No meu ver, diz respeito ao <b>direito de ir e vir</b> com liberdade, independente do espaço e do ambiente. Diz sobre viver e experienciar a cidade de maneira onde a existência do um não inviabilize ou impeça a existência do outro.
<b>Direito a transitar</b> e frequentar os espaços para os mais diversos fins, <b>em segurança</b> , com acessibilidade e sem discriminação, de forma que o planejamento urbano contemple essas variáveis.
Conheço, eu entendo como a <b>segurança de ir e vir</b> sem se preocupar, com mobilidade e acessibilidade. Direito a lazer em espaço público.
Entendo como a capacidade de ocupar todos os espaços da cidade de maneira <b>segura</b> e acessível.
Trata-se do <b>direito à dignidade de transitar</b> e ter acesso aos espaços públicos.
Direito de usufruir do espaço urbano em <b>segurança</b> .
De grande necessidade para os cidadãos, usufruir da cidade e de seu <b>direito de ir e vir</b> , compõe o direito ao trabalho, a moradia, ao saneamento básico, direitos como saúde e educação são prioritários, o lazer, o transporte, enfim, tudo que possa beneficiar os habitantes, também na <b>segurança pública</b> .
É um direito de todos nós seres humanos, que vivemos nesta cidade e é um direito coletivo, um <b>direito de ir e vir</b> em qualquer lugar desta cidade, é um bem comum e é essencial para todos
Direito que todos possuem, ou deveriam possuir, de habitar e usufruir do meio urbano de

forma justa, <b>segura</b> e igualitária
Para que a cidade seja igualitária, onde todos se sintam <b>seguros</b> e confortáveis para viver em sociedade
Direito a poder pedir ao motorista para parar em ponto específico para <b>se sentir segura</b>
<b>Direito de ir e vir sem sentir medo</b>
<b>Direito de ir e vir</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022)

A cidade não é um lugar seguro para as mulheres, e esse fator se reflete nas respostas apresentadas acima. Quando nós tratamos o direito de ir e vir, estamos tratando do direito de usufruir e se apropriar do espaço urbano com liberdade, de maneira plena e irrestrita, o que não é possível para a mulher, já que essa condição está atrelada à superação da sociedade machista e patriarcal. Se o direito à cidade, como afirma Harvey (2015), emerge das necessidades dos agentes sociais, nós visualizamos aqui o grito de socorro das mulheres de Itabuna pelo direito de transitar na cidade sem medo, com segurança. Itabuna, em 2015, ocupava o quinto lugar no ranking de cidades que mais matam mulheres no Brasil (DIP, FONSECA, 2017), logo, o medo de frequentar a cidade não está somente no imaginário das mulheres, ele se faz real por meio dos dados apurados e divulgados.

A leitura do direito à cidade pelas mulheres de Itabuna não configura somente uma interpretação, mas também um desejo por transformação, um horizonte de emancipação, incluída na dimensão de queixa e exigência trazidas por Lefebvre (2016). Além disso, as recorrências e similaridades encontradas nas respostas revelam que os constrangimentos à mulher na cidade de Itabuna abarcam a população de mulheres de forma geral.

Se o direito à cidade é o direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos desejos como sugere Harvey (2012), então garantir a participação das mulheres na vida urbana é condição para o exercício pleno desse direito. Tornar as cidades mais seguras e menos opressoras para as mulheres, da mesma forma, requer a sua participação na vida política e no planejamento urbano, ocupando espaços de poder de modo a colocar as questões de gênero na agenda pública de política urbana e mesmo para que possam compartilhar suas experiências na cidade e assim apontar para soluções mais assertivas em direção ao exercício do direito à cidade.

A participação das mulheres em reuniões públicas que tratam de suas experiências é quase nula, como visto no Gráfico 2 da seção 3.2.1 desta dissertação, e isso é visível na ausência de menção à participação em suas interpretações sobre o que vem a ser direito à cidade. Elas abordam a questão principalmente na dimensão dos direitos básicos e da fruição do espaço público, mas, conforme Lefebvre, o direito à cidade não é finito, ele está em constante transformação e se amplia quando grupos sociais invisibilizados se tornam protagonistas da luta pelo seu exercício. O direito à cidade para as itabunenses aparece nos apelos e exigências relacionadas às condições enfrentadas por elas na cidade, denotando e evidenciando problemas da cidade que as atingem de forma diferenciada.

A apropriação e a reivindicação do direito à cidade pelas mulheres de Itabuna com certeza figuram como um horizonte de transformação para a cidade. Defender o direito à cidade é assumir um projeto político a partir da visão e do contexto vivenciado por elas, uma vez que, como defende Raquel Rolnik (2018, online), “em lugar nenhum do mundo pode existir direito à cidade enquanto as mulheres não poderem andar sozinhas nas ruas, a qualquer hora, sem medo”.

#### **4.3 Por onde andei: as vivências da mulher na cidade de Itabuna**

Na pesquisa, como na minha experiência já relatada, pude observar que o horário de trânsito das mulheres no centro da cidade tem seus padrões, são durante o dia, no período da manhã e da tarde, com maior frequência no horário comercial e se concentram no centro da cidade e nas ruas comerciais adjacentes. Elas constantemente se encontram acompanhadas de outras mulheres, em sua maioria, ou de crianças, principalmente nas praças (**Figura 13**) a presença delas é majoritária, ou com um parceiro do sexo masculino.

À noite, a presença delas nas ruas é quase nula. Elas se encontram em locais “privados” destinados ao encontro, como o shopping, bares e cafeterias. As praças se encontram vazias assim como a Avenida Beira Rio, local destinado à prática de esportes e atividades físicas, só tem o fluxo de movimento até às 19:30, após esse horário se encontram somente alguns skatistas ou jogadores de futebol do sexo masculino; as mulheres quando presentes normalmente estão acompanhadas dos mesmos. O trânsito delas se dá majoritariamente por automóvel particular, Uber ou táxi e o ônibus é utilizado por aquelas que deixam o serviço, visto com mais frequência após as 22h quando encerra o horário comercial

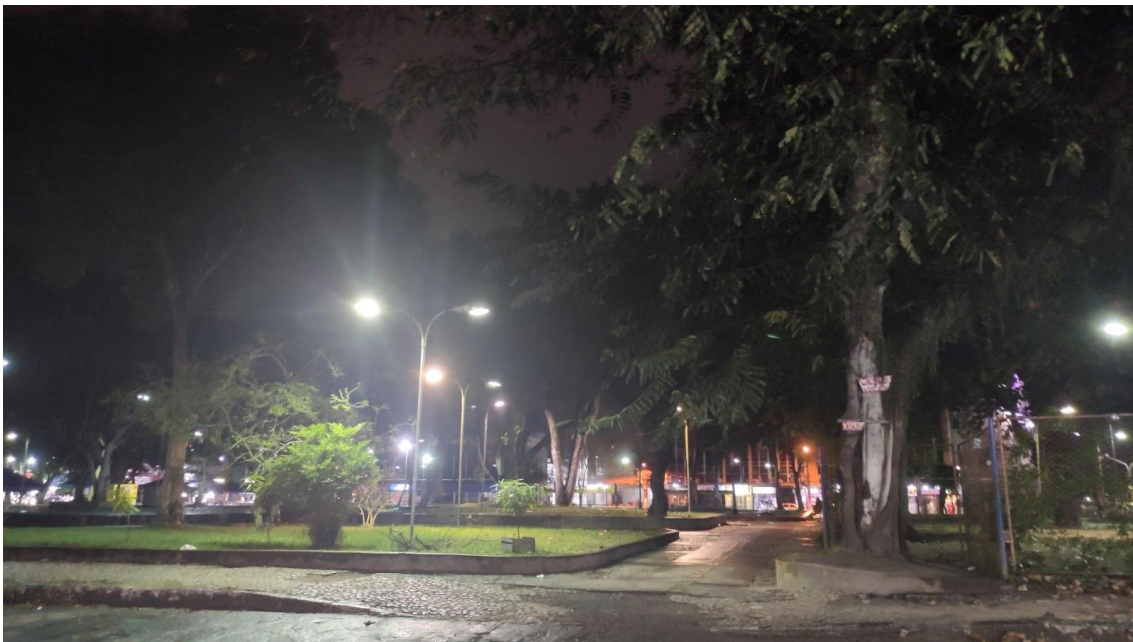
do Shopping Jequitibá e quando encerram as ‘barracas de comida’ localizadas na praça Otávio Mangabeira (**Figura 14**), mais conhecida como praça Camacã.

**Figura 13 - Vista noturna da praça de alimentação da Praça Otávio Mangabeira**



Fonte: Acervo pessoal

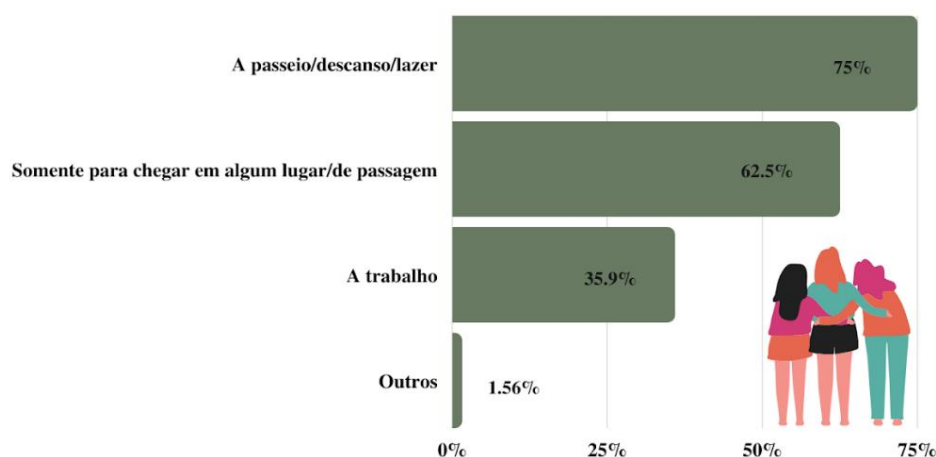
**Figura 14 - Vista noturna da Praça Otávio Mangabeira**



Fonte: Acervo pessoal

As impressões levantadas durante a observação foram levadas para o questionário. Nas entrevistas, 63 das 64 mulheres entrevistadas afirmaram frequentar o espaço público da cidade, então, a partir disso, as perguntas se direcionam para a identificação do padrão de frequência e uso desses espaços. Quando questionadas sobre qual o motivo pelo qual os frequentam<sup>26</sup> as respostas foram as seguintes:

**Gráfico 4 - Com que objetivo frequenta os espaços públicos de Itabuna?**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

Como pode ser observado no gráfico, 48 das 64 mulheres entrevistadas (75%) relatam frequentar o espaço público da cidade a lazer, passeio e descanso, mas como foi observado a baixa presença delas nas praças do centro da cidade é possível inferir que elas possam se referir a formas de lazer alternativas, como fazer compras ou frequentar o shopping e estabelecimentos comerciais, como cafeterias. A alta porcentagem também nos revela que apesar dos obstáculos presentes, elas continuam a frequentar o espaço público com o intuito de lazer, o que pode configurar um ato de resistência frente ao medo e desconforto gerado pelos casos de violência de gênero.

O segundo maior motivo de uso do espaço público é como passagem, apenas com o objetivo de chegar a algum lugar. Quando 62,5% das mulheres relatam que seu uso do espaço público é pontual, nós podemos assinalar a relação entre as condições e sensações que o espaço público oferece às mulheres e a sua opção por evitar a permanência nesses espaços.

<sup>26</sup> Esta pergunta permitia selecionar mais de uma resposta

Podemos perceber isso por meio de relatos como o de Esther Vasconcelos (TV SANTA CRUZ, 2021), na época com 19 anos, moradora de Itabuna, que foi perseguida e assediada pelo mesmo homem desde os seus 15 anos nos espaços públicos da cidade. Ela conta que no primeiro contato o agressor a abordou na ponte, a puxando pelo braço e pedindo para ficar com ela. O assédio se intensificou quando ela, que é negra, começou a se relacionar com o atual marido, que é branco. O agressor então passou a proferir injúrias a chamando de racista, passando a prosseguir-la e ameaçá-la de estupro e de morte. A vítima conta que teve que deixar o seu trabalho e ficou sem sair de casa por três meses, quando saiu, o agressor a abordou em uma praça e agrediu a sua mãe, após a mesma tentar defendê-la (TV SANTA CRUZ, 2021). A mãe de Esther, Elessandra, declarou que pior que a dor física, é o sofrimento causado pelas perseguições que já duravam cinco anos: “Ele já cuspiu nela, já empurrou, já deu tapa no braço dela. São muitas coisas que vêm acontecendo. Então a gente vive refém. Cadê o nosso direito de ir e vir?” (TV SANTA CRUZ, 2021)<sup>27</sup>

O relato dado por Elessandra (**Figura 15**) retrata uma das dimensões mais mencionadas pelas entrevistadas sobre a sua leitura do que é o direito à cidade e explicita como esse direito é negado às mulheres de Itabuna. Esther relata que fez diversas denúncias à Delegacia da Mulher, porém ela somente conseguiu uma solução para o seu caso após expor os fatos na internet, através do Instagram e assim mobilizar a população sobre a sua condição, que cobrou do poder público uma solução, o homem foi preso e ela e sua mãe conseguiram uma medida protetiva.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Reportagem completa disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/28/jovem-denuncia-vizinho-por-ameaca-e-injuria-racial-no-sul-da-ba-suspeito-agrediu-mae-da-vitima.ghtml>. Acesso em 13 Fev. 2023.

<sup>28</sup> Informação disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/07/14/justica-mantem-prisao-de-suspeito-de-perseguir-e-ameacar-jovem-em-itabuna.ghtml>. Acesso em 07 Dez 2022.

**Figura 15 - Montagem com reportagens sobre o caso Esther Magalhães**

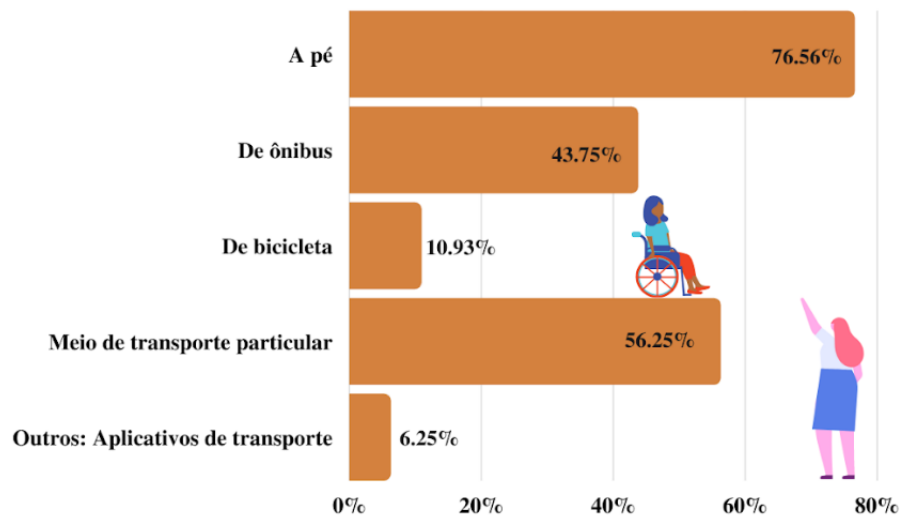


**Fonte:** G1, com interferência da autora. (2023)

São casos como esses, dentre muitos outros que não alcançam a mídia ou as autoridades, que moldam o imaginário das mulheres em relação à forma como elas são vistas e tratadas na cidade e impõem que elas não se apropriem do espaço público de maneira plena, não só em Itabuna como em outras cidades ao redor do mundo.

Outra pergunta feita às entrevistadas foi de que forma elas frequentam o espaço público em relação à mobilidade<sup>29</sup>, as respostas estão expostas no **Gráfico 5**:

<sup>29</sup> Esta pergunta permitia selecionar mais de uma modalidade

**Gráfico 5- Como você frequenta o espaço urbano da cidade**

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

O modal utilizado na cidade está longe de ser uma questão de preferência para as mulheres. Fatores como renda, classe e raça são decisivos para elas na hora de escolherem o modo como frequentam a cidade. Como visto na seção 3.1, o perfil que frequenta a cidade é predominantemente uma mulher negra (preta e parda) de classe social D, um fator que justifica a predominância na seleção do modal “a pé”, uma vez que a pobreza diminui o acesso ao transporte motorizado. Entretanto, esse caminho a pé se encontra repleto de fatores que o tornam incômodo para as mulheres. Podemos citar as calçadas estreitas e esburacadas, em alguns trechos até mesmo a ausência delas que dão lugar às ruas para carros. A sinalização horizontal precária e a priorização do trânsito de automóveis, além da falta de iluminação, ou o nível precário, em alguns locais da cidade, tornam os trajetos noturnos das mulheres a pé um verdadeiro ato de coragem, quando não impossibilita que os façam.

Contudo, existe aqui uma disparidade entre o uso do transporte público e do meio de transporte particular que foge a esse perfil de renda. Não foi questionado às respondentes se elas transitavam de automóvel particular como motoristas ou passageiras, uma vez que estudos demonstram que as mulheres são a população com menos acesso ao automóvel particular, não só por uma questão de poder aquisitivo, mas também porque o automóvel frequentemente se encontra sob a posse do marido ou do homem da casa e a elas muitas vezes é negado o direito de dirigir, utilizando somente como passageira (LYRA, 2017).

O assédio no ônibus foi um caso citado mais de uma vez durante a aplicação dos questionários, como pode ser observado no **Quadro 4**:

Quadro 4 - Relatos de assédio sofridos pelas mulheres de Itabuna durante o uso do transporte público
Andando na rua, assovio, buzinas e <b>encoxada no ônibus</b>
Estava no <b>ponto de ônibus</b> , enquanto estava gestante e um homem passou a mão nas minhas pernas. No São Caetano.
<b>Dentro do ônibus</b> , estava lotado, estava em pé onde tinha um homem e começou a encostar por trás.
Fui assediada <b>no ônibus</b>
Nos mais diversos espaços da cidade, apesar de comumente acontecer na rua. Desde bairros "nobres" até na periferia onde se situava minha antiga universidade, <b>nos meios de transporte</b> , centro comercial etc.
Já fui assediada por um homem que saiu do lugar dele e foi se sentar ao meu lado <b>no transporte público</b> , e também enquanto andava no meio da rua. Em ambos os casos fui assediada de forma verbal.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

A insegurança no transporte público é um dos fatores que interferem na preferência da mulher na hora de escolher o modal utilizado. Além disso, questões como a precariedade do serviço ou a disponibilidade — e mais recentemente com a pandemia, o nível de aglomeração dentro dos ônibus— do mesmo também é um fator decisivo. Em cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde o uso do metrô é uma realidade presente no cotidiano das mulheres, foi proposto, como medida mitigadora dos casos de assédio e violência contra a mulher que são extenuantes, a criação do vagão rosa, onde um vagão de cada sistema de metrô seria destinado ao uso exclusivo de mulheres nos horários de pico. Tal medida, ao contrário do que se espera, segrega a presença das mulheres e ainda possibilita uma transferência de culpa caso ela escolha não utilizar esse vagão e sofra alguma tentativa de violência, além de inferir que a única forma das mulheres estarem à salvo seriam confinadas em um espaço (LYRA, 2017). Em Itabuna não existe o sistema metroviário, contudo o vagão rosa é um exemplo de como o assédio recorrente nos ônibus não deve ser tratado. Requer uma solução que não segregue a presença da mulher, mas que permita que os assediadores possam ser identificados e punidos, que a assistência à vítima seja imediata e que as mulheres se sintam seguras para usar os meios de transporte, qualquer que seja.

A pesquisadora do tema mobilidade e gênero, Caren Levy (2013), por meio de suas pesquisas destaca que o que é pensado de mobilidade urbana nas cidades está ligado ao

trabalho produtivo; assim, os meios de transporte público são pensados para atender à jornada de trabalho hegemônica, eles circulam em maior número nos horários de chegada e saída comercial e possuem uma rota que atenda esse deslocamento casa trabalho, já o trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente pelas mulheres, que possui horários e rotas instáveis e mutáveis, não é atendido pelo sistema de transporte de forma tão eficaz. Assim, as discussões sobre políticas públicas de transporte são caras a todas as pessoas, mas sensivelmente às mulheres que possuem um caminho com múltiplas paradas e horários que fogem à regra do atendido e esse fator interfere no seu exercício de direito à cidade, uma vez que o acesso à mesma é restringido, de alguma forma afetado. (LEVY, 2013; LYRA, 2017)

Outro fator que chama a atenção é o baixo número de usuárias de bicicleta na cidade. A frequência de mulheres andando de bicicleta pelo centro da cidade é baixa e normalmente elas circulam em grandes grupos que praticam o esporte de forma coletiva. O tema mulher e uso da bicicleta foi abordado por Marina Harkot (2018) em suas pesquisas. Ela demonstrou que nas cidades latino-americanas as mulheres compõem a menor taxa no uso do modal, além de percorrerem caminhos mais curtos durante o uso. Alguns fatores podem interferir nessa baixa adesão, segundo ela, como o fato de as mulheres saírem às ruas com seus filhos ou o fato delas serem as maiores responsáveis pelas compras domésticas, além da falta de infraestrutura cicloviária, problema presente também em Itabuna, e a falta de respeito por parte dos condutores motorizados (HARKOT, 2015). Marina era ciclotivista e estudava maneiras de tornar a cidade mais segura para mulheres ciclistas. Ela morreu atropelada enquanto circulava de bicicleta a noite na cidade de São Paulo por um motorista que dirigia alcoolizado e fugiu sem prestar socorro (TOMAZ, 2021)<sup>30</sup>. A condição trágica de sua morte escancara os perigos enfrentados por mulheres ao circularem de bicicleta pelas cidades.

**Figura 16- Vista noturna das ciclofaixas da Av. Fernando Cordier.**

---

<sup>30</sup> 'Não foi acidente, foi assassinato', dizem pais e viúvo de Marina Harkot, 1 ano após motorista atropelar e matar ciclista em SP. Informação disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/08/nao-foi-acidente-foi-assassinato-dizem-pais-e-viuvo-de-marina-harkot-1-ano-apos-motorista-atropelar-e-matar-ciclista-em-sp.ghtml>. Acesso em 07 Abr. 2023.



**Fonte:** Acervo pessoal (2023)

Na imagem acima é possível perceber que a qualidade da iluminação ao longo das ciclofaixas em Itabuna é precária e alguns trechos se tornam escuros, o que interfere na percepção da segurança por parte das mulheres. Além disso, as ciclofaixas e ciclovias estão presentes em poucos lugares da cidade, a maioria se concentra na região do centro da cidade.

Aqui também acrescentamos a questão da sexualização das mulheres usuárias do modal e o assédio sofrido pelas mesmas, como foi o caso da estudante Andressa Lustosa de 25 anos, que foi assediada por um passageiro de carro e acabou caindo e se acidentando<sup>31</sup>. O caso ganhou as mídias e trouxe atenção para os problemas envolvidos no uso da bicicleta por mulheres.

Uma questão central em todas as abordagens até aqui e fator que orienta e interfere não só no uso dos modais, mas nas vivências urbanas de mulheres no geral é o assédio e a

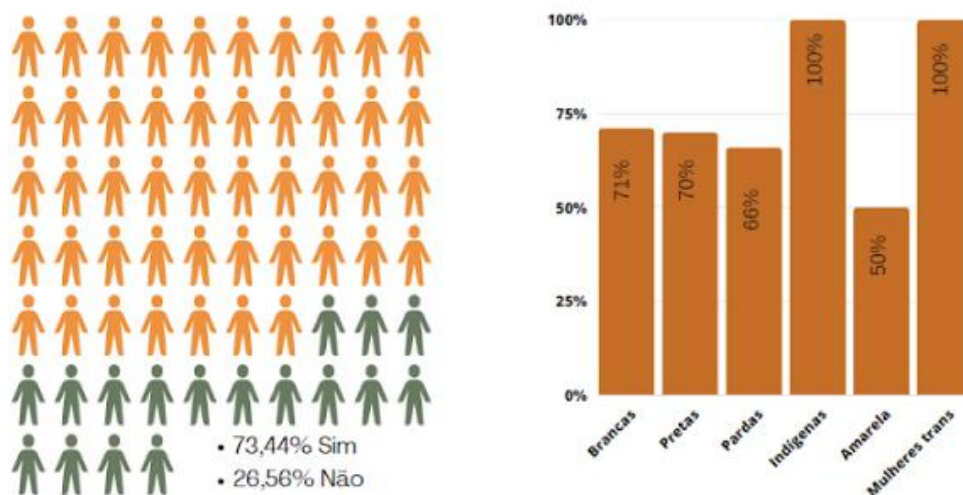
---

<sup>31</sup> Estudante é assediada ao andar de bicicleta, cai e fica ferida: 'Covarde'. Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/09/28/mulher-assediada-bicicleta.htm>. Acesso em 07 Dez 2022

violência de gênero. O assédio sexual é caracterizado pela abordagem ou manifestação de caráter sexual ou sensual alheia à vontade do receptor. O assédio sexual pode se manifestar de forma verbal, como as cantadas ou ameaças invasivas e que causam constrangimento, ou de forma física, quando o agressor toca o corpo da vítima sem seu consentimento (THINKOLGA, 2015<sup>32</sup>). A violência de gênero é o termo que abrange qualquer tipo de violência, seja ela física, psicológica, patrimonial, sexual ou simbólica contra alguém devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual, que tem o componente cultural como base para a sua sustentação (SANTOS, Rahellen, 2020; SCHEFLER, 2018).

Em Itabuna, essas violências são presentes nos cotidianos das mulheres, onde a maioria delas já passou por alguma situação constrangedora enquanto circulam pela cidade, como pode ser percebido na **Figura 17**:

**Figura 17- Você já sofreu alguma situação de assédio/violência enquanto circulava pela cidade?**



**Fonte:** Elaborada pela autora (2022)

A ilustração à esquerda demonstra que, no universo geral de mulheres entrevistadas, mais da metade das respondentes sofreu assédio ou violência de gênero na cidade. Isso significa dizer que das 64 entrevistadas somente 17 afirmam não terem sido

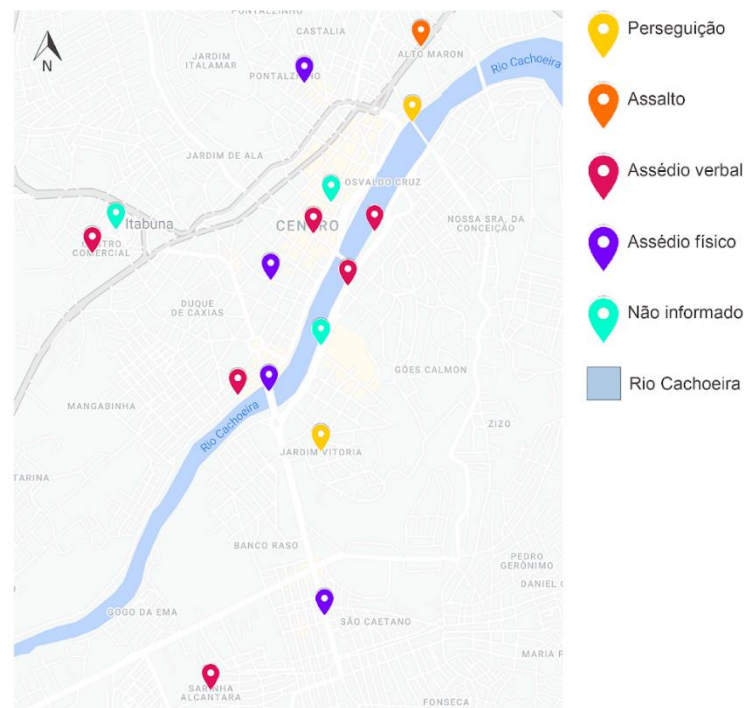
<sup>32</sup> Informações disponíveis na “Cartilha Assédio Sexual é Crime”, desenvolvida pela organização de inovação social Think Olga. Disponível em: [https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga\\_Cartilha-Assedio.pdf](https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Cartilha-Assedio.pdf). Acesso em 09 Fev. 2023.

importunadas/violentadas em Itabuna. O gráfico à direita demonstra o mesmo dado classificado em categorias de raça e identidade de gênero. A partir desse resultado, que será tratado em outras dimensões mais a frente, não há como fugir do fato de que o medo de ser violentada no espaço público é um fator decisivo e orientador nas vivências e escolhas da mulher em Itabuna. Interfere desde a escolha do trajeto a ser percorrido antes de sair de casa, já pensando em como voltar, até o modo como ele será feito.

Estupros, altos índices de feminicídio, desvalorização profissional, assédio, objetificação do corpo, responsabilidade pelo papel reprodutivo e falta de representatividade nas diversas instâncias são apenas algumas das questões que as mulheres enfrentam diariamente, **fatores que geram cada vez mais insegurança e vulnerabilidade e que acabam moldando a forma com que as mulheres vivenciam e se apropriam da cidade.** (RODRIGUES, 2017, p. 6, grifo nosso)

Em seguida, nós questionamos às mulheres que afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência de gênero na cidade se elas poderiam compartilhar alguma situação sofrida. Algumas delas se sentiram a vontade de compartilhar e os relatos fornecidos foram especializados geograficamente sobre o mapa da cidade de Itabuna, o resultado está exposto nas **Figura 18, Figura 19 e Figura 20:**

**Figura 18 - Mapa colaborativo de violência de gênero sofridas pelas itabunenses**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

Os relatos fornecidos foram classificados em categorias distintas de acordo com as suas semelhanças, como perseguição, assalto, assédio verbal, assédio físico e os que não

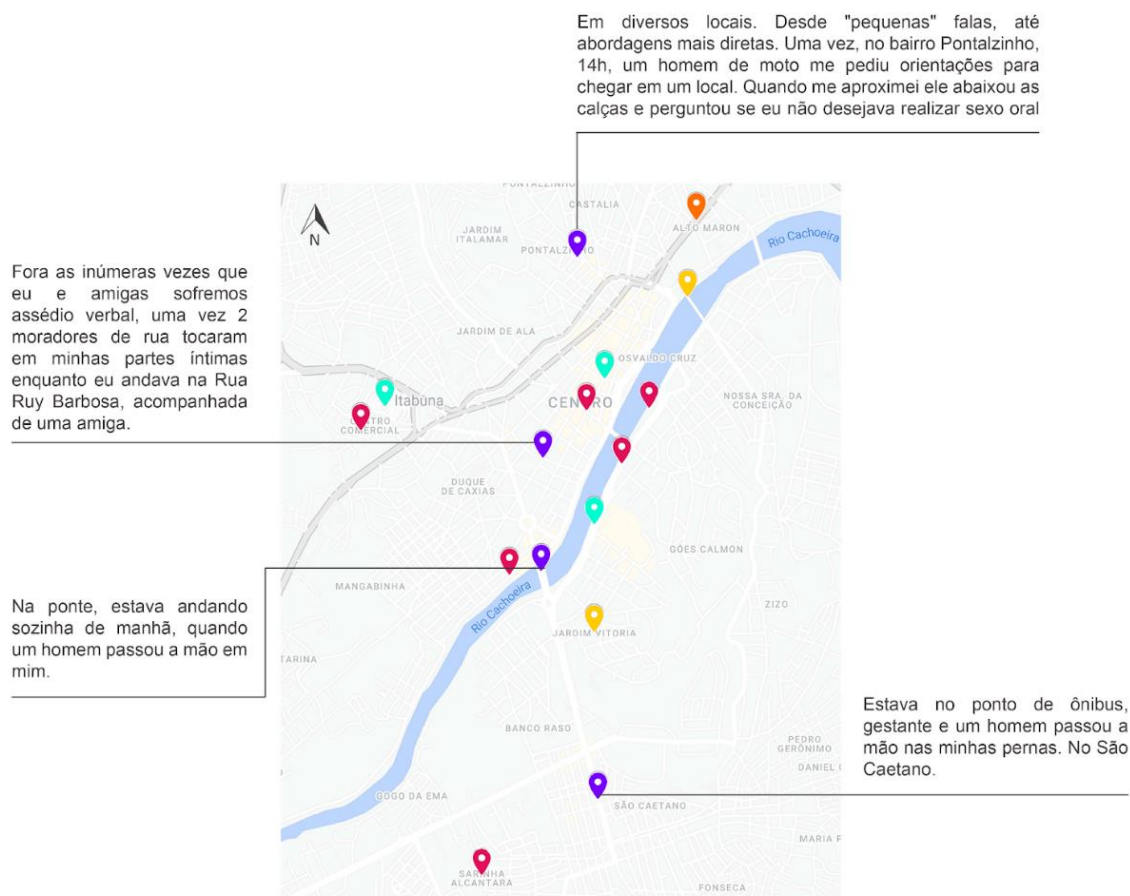
informaram a natureza específica foram reunidos na categoria “não informado”, isso se deu porque algumas das mulheres apenas se recordava a localização e não o que ocorreu, ou não quiseram expor o ato. As imagens a seguir expõe alguns desses relatos:

**Figura 19 - Relatos de assédio verbal contra as mulheres de Itabuna**



**Fonte:** Elaborada pela autora (2023).

## Figura 20 - Relatos de assédio físico contra as mulheres de Itabuna



**Fonte:** Elaborada pela autora (2023)

Além das experiências relatadas acima, a maioria das mulheres relataram que elas sofrem assédio diariamente na cidade, por todos os lugares onde passam, em sua maioria são olhares e cantadas indesejadas ou ainda palavras ofensivas são direcionadas a elas durante seus caminhos. O que impediu esses relatos de serem espacializados como os acima, foi a falta de fornecimento da localização, porém alguns deles estão relacionados à existência de obras e construções, onde a concentração de homens é predominante, muitas delas inclusive relataram que procuram evitar passar em frente dessas construções ou apressam o passo para não terem que passar por essas situações de constrangimento.

Uma das respostas, que delineia de forma assertiva as situações diárias das mulheres nas ruas, especialmente as mulheres trans, está exposta a seguir:

Para mulheres não existe um lugar específico para sofrerem com violências de assédio, basta existir, na praça, na rua, no ônibus. Creio que listar uma experiência em específico é listar inúmeras que acontecem só ao sair de casa, repetidamente. Ao colocar os pés na rua já sabemos que automaticamente teremos que lidar com alguma situação de enfrentamento. Olhares, assobios, importunos, transfobias, dentre outras. As pessoas se sentem na liberdade de interferir ou de atravessar a

existência do outro, como quem se sente no direito. Me sinto muito invadida geralmente, quando saio na rua, as pessoas direcionam muitos olhares, tentando identificar a minha identidade, tentando julgar minha identidade. É invasivo porque elas não sentem que erram ao ter esse tipo de atitude, é como se elas não levassem em conta como o outro se sentiria em relação àquilo, acredito que elas nem vejam corpos transgressores com humanidade ou com frequência e quando se depara agem desse modo. Se não humanizamos o outro, dificilmente nos importaremos com nossas ações sobre o corpo do outro ou da outra. (Relato fornecido por uma respondente, 2022)

O relato expõe as inúmeras práticas violentas e discriminatórias as quais as mulheres estão sujeitas ao frequentarem o espaço público da cidade de Itabuna, desde assovios a comentários ofensivos. E como relata a respondente, não há espaço seguro na cidade onde essas situações não ocorram. Quando colocamos em foco a interseccionalidade de opressões se escancara que Itabuna não está preparada para acolher corpos transgressores ou aquelas que não seguem a ordem hegemônica. As mulheres trans encaram comentários transfóbicos e a desumanização de seus corpos enquanto frequentam as ruas. As vivências das mulheres no espaço público possuem especificidades de acordo com suas identidades e necessitam ser tratadas com atenção e distinção.

Pensar o direito à cidade das mulheres passa pela escuta das suas vivências na cidade e o modo como transitam por ela. Como Levy (2013) destaca, incluir as perspectivas de gênero interseccionadas com raça e classe nas políticas de transporte e mobilidade pública é essencial para garantir o acesso à cidade pela mulher por meio dos diversos modais, mas não só, essas perspectivas contribuem na análise de como a mulher transita e experencia a cidade como um todo. Além disso, quando mais da metade da população de Itabuna é composta por mulheres e estas não possuem seu direito à cidade garantido em todas as instâncias, é preciso repensar as maneiras como a cidade está configurada e para quem ela é planejada. Entender o motivo e a forma como as mulheres se locomovem pela cidade é um elemento primordial para compreender a forma como experienciam a cidade, qual o tempo gasto, suas permanências e não permanências e os fatores, sejam eles urbano estruturais ou comportamentais frutos da sociedade patriarcal, que interferem em suas vivências.

## **5 ENTRE O MEDO, A RESISTÊNCIA E A ESPERANÇA: CAMINHOS PARA UMA CIDADE MENOS OPRESSORA**

Esta seção busca dar seguimento à exposição dos relatos de vivências apreendidos na pesquisa, trazendo à tona as subjetividades envolvidas nos percursos diários feitos pelas mulheres em Itabuna. É discutido como as mulheres lidam com o medo e ansiedade de circular pelas ruas e permanecer no espaço público, presente em suas rotinas e quais as estratégias e formas de resistência adotadas por elas para enfrentarem as adversidades. Além disso, é exposto o mapeamento de locais críticos de Itabuna, construído a partir dos relatos das entrevistadas, que ilustra quais localidades da cidade contribuem para a insegurança da mulher. Ademais é discutido como a inclusão da perspectiva de gênero e cuidado no planejamento urbano podem contribuir para diminuir essa insegurança e as barreiras enfrentadas pelas mulheres no seu exercício do direito à cidade.

### **5.1 Por onde não caminham as mulheres? Espacializando as experiências das mulheres**

Como visto, o medo é uma emoção presente no cotidiano urbano das mulheres de Itabuna, é um fator que orienta o seu exercício do direito à cidade, uma vez que define quais lugares elas irão frequentar, a que momento e como irão fazê-lo. Esse medo é inerente à elas, desde crianças mulheres são educadas, não só pela família, mas também pelas mídias, para seguir um certo padrão de comportamento e criar estratégias de defesa na cidade com o objetivo de se protegerem; logo, esse medo feminino possui uma função social, de controlar os corpos das mulheres, ditando onde elas podem ou não estar e permanecer na cidade, configurando como elemento fundamental no “sistema que beneficia os homens como um grupo e mantém o status quo de uma forma muito eficaz”. (KERN, 2021, p.97)

Entretanto, o medo não é a única emoção engatilhada nas mulheres durante seus percursos pela cidade. Uma das perguntas presentes no questionário era “Quais as emoções sentidas ao frequentar a cidade?” e tinha o objetivo de descobrir quais emoções e afetos atrelados às vivências da mulher na cidade, como a ansiedade, insegurança, medo e liberdade. O resultado está exposto na forma de nuvem de palavras a seguir, onde o tamanho das palavras é proporcional ao número de vezes que ela foi citada pelas respondentes:

**Figura 21- Emoções sentidas pelas entrevistadas ao frequentar a cidade de Itabuna.**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

A pergunta era de múltipla escolha e as mulheres podiam assinalar mais de uma opção, assim como sugerir outras emoções vinculadas à suas experiências na cidade. Como esperado diante de todos os relatos expostos até o momento, a emoção mais citada pelas mulheres foi a “insegurança”, sendo assinalada por 56 das 64 mulheres. Assim como a insegurança, as demais emoções negativas citadas estão relacionadas aos casos de assédio e violência à mulher no espaço público. Elas não precisam necessariamente sofrer uma situação na pele para desenvolverem esse medo em relação à cidade, pois a própria propagação dos casos de assédio pelos canais e redes de comunicação engatilham a ansiedade em relação à frequentar o espaço público. Como defende Kern:

**A ansiedade sequer está necessariamente relacionada ao medo de homens ou de danos físicos. Em vez disso, é um cálculo feito para descobrir a probabilidade dos meus limites pessoais serem respeitados em todos os momentos.** Como mulher, o privilégio de poder cuidar da minha própria vida é raro. Também é verdade que não posso prever quando uma interação benigna se transformará em uma ameaça, o que significa que tenho que ser cautelosa. Essa realidade cotidiana pinta um quadro sombrio da vida urbana, que sabota tantas visões da “boa” vida urbana. (KERN, 2021, p.65-66, grifo nosso)

A maioria das entrevistadas têm uma história de terem escolhido um caminho mais longo apenas para evitar uma rua pouco movimentada, que poderia ocasionar uma situação constrangedora, ou de andarem correndo por medo de aparecer algum homem estranho. Esse estresse gerado na cidade não é pontual, está presente na preparação para sair de casa e

durante todo o percurso na rua. É um estado de desconforto constante e psicologicamente desgastante ter que estar o tempo todo prevendo se um estranho irá te assediar ou se o caminho escolhido te colocará em uma situação constrangedora. As consequências desse medo vão além do medo de permanecer ou evitar o espaço público, também orienta as escolhas das mulheres em relação à moradia e transporte, por exemplo. Ainda em Kern, “a ameaça constante e de baixo grau de violência aliado ao assédio diário molda a vida urbana das mulheres de inúmeras maneiras conscientes e inconscientes. [...] o espectro da violência urbana limita as escolhas, o poder e as oportunidades econômicas das mulheres (KERN, 2021, p.16). Para as mulheres o fator segurança têm um peso maior na hora de escolher um imóvel, por exemplo, entretanto esse fator também onera o custo do aluguel, logo, a moradia a preço acessível pode se tornar inviável para elas se está localizada em uma zona considerada perigosa. Assim como elas escolhem pagar mais caro em aplicativos de transporte particular, quando possível, ainda que ir de ônibus, de bicicleta ou a pé seja uma opção possível, devido ao fato de que nesses modais elas se sentem mais vulneráveis ao assédio, mesmo em curtas distâncias.

Paradoxalmente, a mesma Itabuna que oprime também é vista como um lugar de libertação para as mulheres. As emoções positivas mais citadas foram “liberdade” e “felicidade” com 15 menções cada uma e “tranquilidade”, citada 13 vezes. Apesar de ser um número reduzido de menções em relação às emoções negativas, a presença delas coloca em pauta o porquê das mesmas.

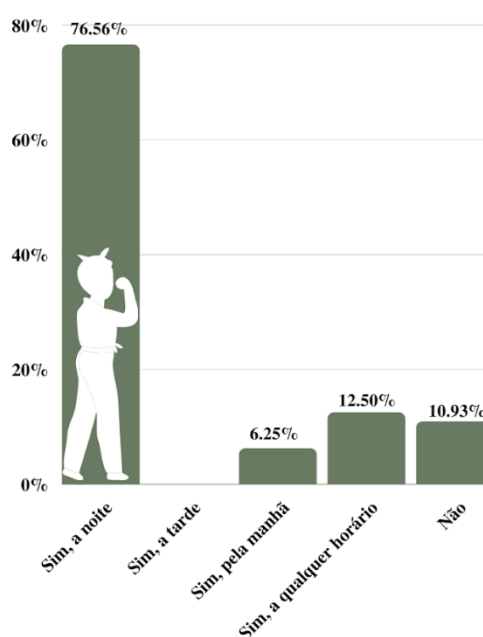
Para muitas mulheres que são mães e/ou responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado, estar fora de casa é um momento de relaxamento, em que elas não são cobradas ou obrigadas a exercerem os “papéis tradicionais” de gênero. Para outras, principalmente as adolescentes e jovens adultas, estar entre estranhos é uma possibilidade de exercerem seu livre arbítrio, longe de julgamentos e cobranças por parte de seus responsáveis. São breves períodos em que elas buscam se sentir sozinhas e livres, mesmo que de maneira limitada, pois a cidade, ainda que pequena como Itabuna, às permite o anonimato e a espontaneidade, apesar de serem atravessadas pela constante antecipação do medo e ansiedade.

Por ser uma pergunta que permite selecionar várias emoções, muitas mulheres selecionaram medo, insegurança, liberdade e felicidade ao mesmo tempo. Apesar de parecer contraditório, é completamente possível que a cidade proporcione esse misto de emoções, principalmente quando aliamos ao contexto da experiência. Algumas das respondentes

afirmaram que elas sentem emoções diferentes no mesmo lugar a depender do horário que o frequentam e com quem o frequentam.

Levando em consideração todos os relatos expostos até o momento, é possível perceber que o medo e ansiedades vivenciados pela mulher na cidade têm relação direta com a presença, ou a possível presença, de homens estranhos, ou ainda com a ausência de movimentação de pessoas. Isso nos remonta à noção de territorialidade exposta por Sack (1986) em que o controle é exercido tanto pela presença ou ausência de quem controla o território. Apesar dos homens em questão não serem os responsáveis diretos pelo controle, eles são os representantes da sociedade patriarcal que subjuga e oprime as mulheres. Entretanto, os homens, sejam em grupo ou individualmente, não podem ser evitados, logo, esse medo assume uma lógica geográfica e temporal, ou seja, as mulheres descobrem quais lugares e horários evitar, ao invés de que pessoas. (KERN, 2021, p. 97). O **Gráfico 6** mostra os horários evitados pelas mulheres de Itabuna:

**Gráfico 6- Você evita circular pelas ruas da cidade sozinha em algum horário específico?**



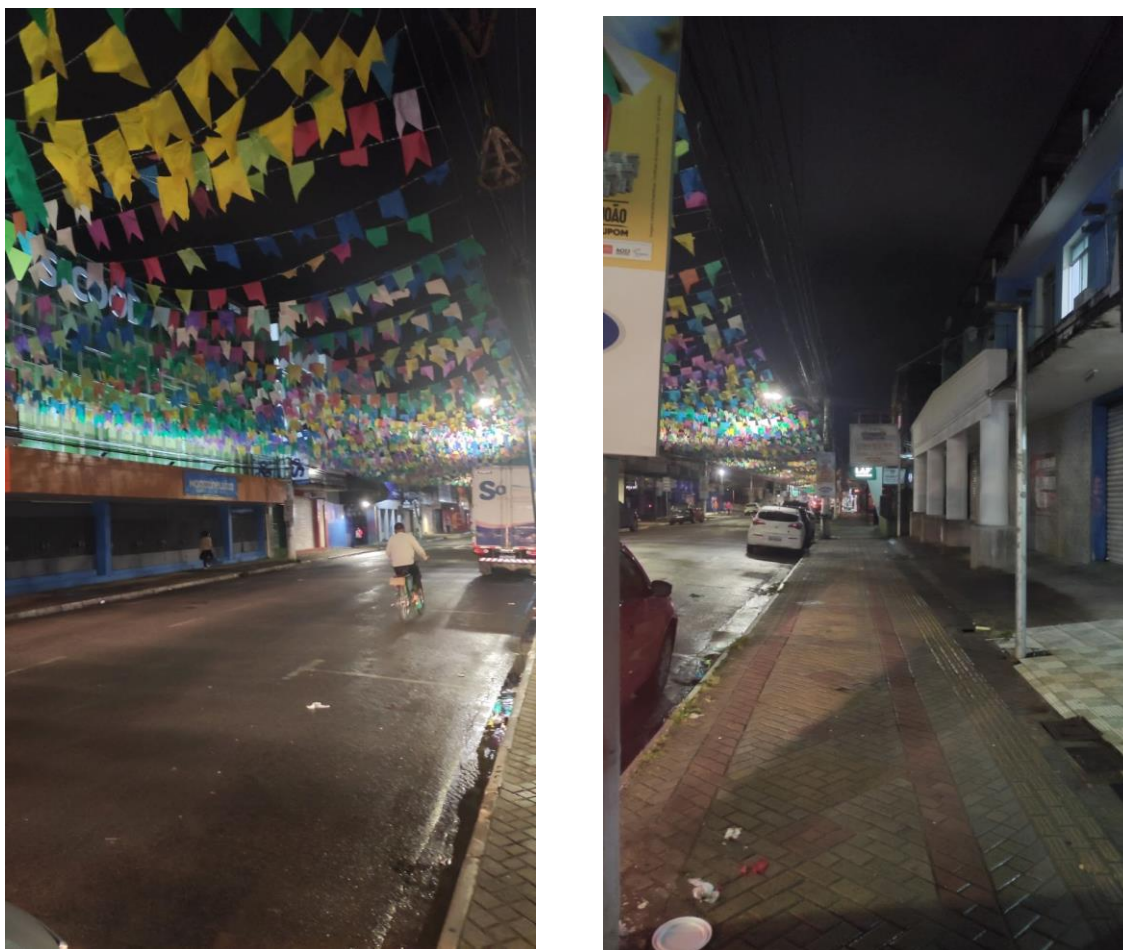
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Buscando entender qual a morfologia urbana desses locais, foi questionado às entrevistadas quais lugares elas evitam circular sozinhas em Itabuna e as razões. A partir da análise dos relatos, foram identificados sobre o mapa da cidade os locais mencionados por elas e estes foram marcados em forma de manchas, com o objetivo de espacializar essas experiências, como pode ser observado na **Figura 22**:



como perigoso à noite, onde as lojas comerciais, predominantes nas Avenidas Cinquentenário (**Figura 23**) e Beira-Rio e Ruas Ruy Barbosa e Paulino Vieira, se encontram fechadas a partir das 18h, cessando a circulação de pessoas no local e tornando-o inseguro para as mulheres.

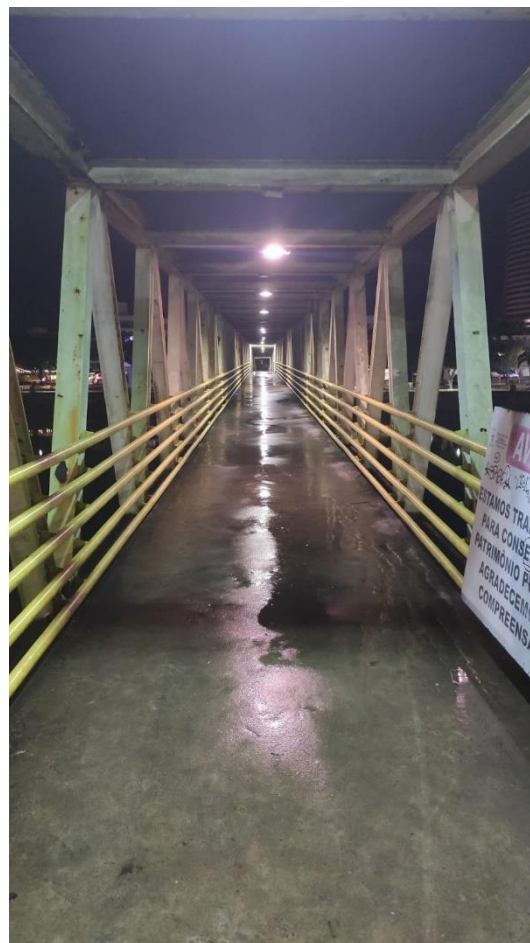
**Figura 23 - Vistas da Avenida Cinquentenário à noite.**



Fonte: Acervo pessoal (2023).

A figura acima mostra a Avenida Cinquentenário, uma avenida que representa o coração comercial da cidade enquanto a **Figura 24** traz a vista lateral e interna da Passarela Ilha do Jegue à noite. Em toda a sua extensão as fachadas das lojas formam um verdadeiro muro, não há espaço entre elas e à noite elas se encontram fechadas, exceto por algumas farmácias, o que deixa um aspecto sombrio aos que circulam por ali (BERTOL, 2003). As pontes e passarelas foram citadas mais de uma vez como inseguras e como lugares a serem evitados pelas mulheres. Os relatos fornecidos atestam que elas se sentem encurraladas nestes espaços, pois percebem que se algo acontecer, elas não têm para onde fugir ou à quem pedir socorro. A iluminação precária e a ausência de pessoas circulando nestes espaços no período da noite reforçam esse sentimento nas itabunenses.

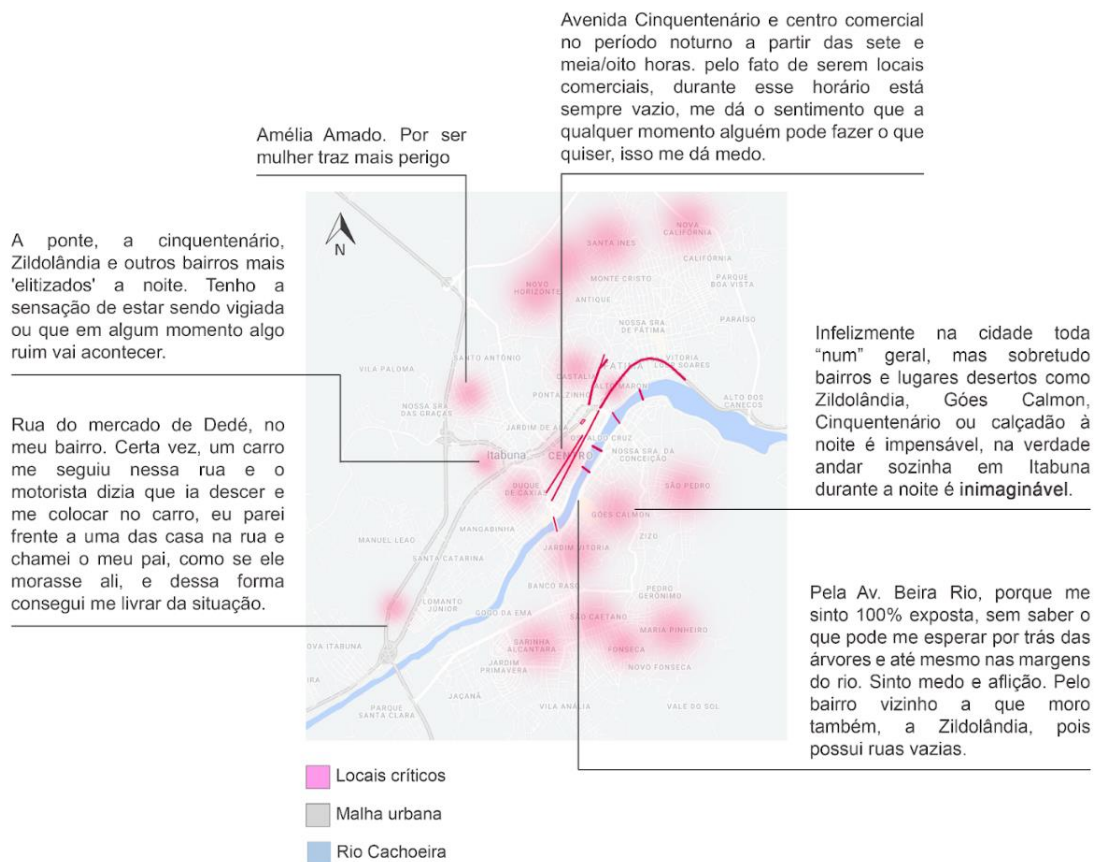
**Figura 24 - Vista lateral e interna da Passarela Ilha do Jegue à noite**



Fonte: Acervo pessoal

Para melhor compreensão e entendimento da dimensão do medo da mulher associado aos locais de Itabuna, a **Figura 25** demonstra alguns desses relatos de constrangimento especializados:

**Figura 25 - Mapa dos relatos de constrangimentos na cidade de Itabuna**



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Esse mapeamento foi realizado de acordo com os relatos das entrevistadas. Entretanto, cada mulher possui seu próprio mapa mental de segurança e inseguranças na cidade e ele é moldado e renovado a cada dia, de acordo com novas experiências vivenciadas. Esses mapas são fluidos e um lugar que hoje é considerado seguro, pode ter seu status alterado ao menor sinal de perigo iminente. O medo toma forma a partir de vivências e relatos próprios ou de terceiros. Os “mitos do estupro”, ressalta Leslie Kern, são peça fundamental na geografia dos mapas mentais, esses mitos são formados pelo conjunto de ideias falsas que são disseminadas para sustentar a continuidade do assédio e da violência de gênero, frequentemente culpabilizando as vítimas:

Os mitos de estupro também têm uma geografia. **Isso fica embutido no mapa mental de segurança e perigo que toda mulher carrega em sua mente.** “O que você estava fazendo naquele bairro? Nesse bar? Esperando sozinha por um ônibus?”, “Por que você estava andando sozinha à noite?”, “Por que você pegou um atalho?”. **Antecipamos essas perguntas e elas moldam nossos mapas mentais tanto quanto qualquer ameaça real. Esses mitos sexistas servem para nos lembrar de que devemos limitar nossa liberdade de caminhar, trabalhar, se divertir e ocupar espaço na cidade. Eles dizem: a cidade não serve para você.** (KERN, 2021, p. 17, grifo nosso).

A autora ainda afirma que é necessário reconhecer essa socialização do medo como uma ferramenta potente no controle dos corpos, que impõe diferentes formas de exclusão e segregação, em que a base do êxito se encontra na objetificação das mulheres e na violência real sofrida pelas mesmas nos espaços da cidade, negando o seu direito de vivenciar e ocupar a cidade em sua totalidade. (KERN, 2021, p. 111; HARKOT, 2015)

Uma Itabuna segura para as mulheres é uma realidade distante, devido as implicações envolvidas, que são inúmeras e estruturais. Desconstruir uma sociedade machista e patriarcal, que impõe papéis de gênero às mulheres, não será uma tarefa fácil. Entretanto, não há como ignorar as dores e percalços que as mulheres enfrentam no presente; é preciso pensar possibilidades que busquem facilitar suas vivências na cidade e proporcionar acesso integral à cidade. Para tanto, é preciso vocalizar esses relatos, realizar a escuta ativa das experiências das mulheres e viabilizar as condições necessárias para que elas participem ativamente dos processos de desenho e formulação de políticas urbanas.

## **5.2 Não mexe comigo, eu não ando só: estratégias e rituais para vivenciar a cidade**

Como visto anteriormente, 73,44% das mulheres entrevistadas alegam terem sofrido algum tipo de assédio ou violência de gênero ao frequentar a cidade de Itabuna, o que coloca essas situações como centrais quando tratamos do exercício do direito à cidade das mulheres em Itabuna. As experiências constantes de assédio intensificam o medo das mulheres de frequentarem ou usufruírem de certos espaços em Itabuna, como visto na seção anterior, uma vez que são constantemente objetificadas e sexualizadas, forçando-as a adotar estratégias para evitar experiências constrangedoras no espaço público:

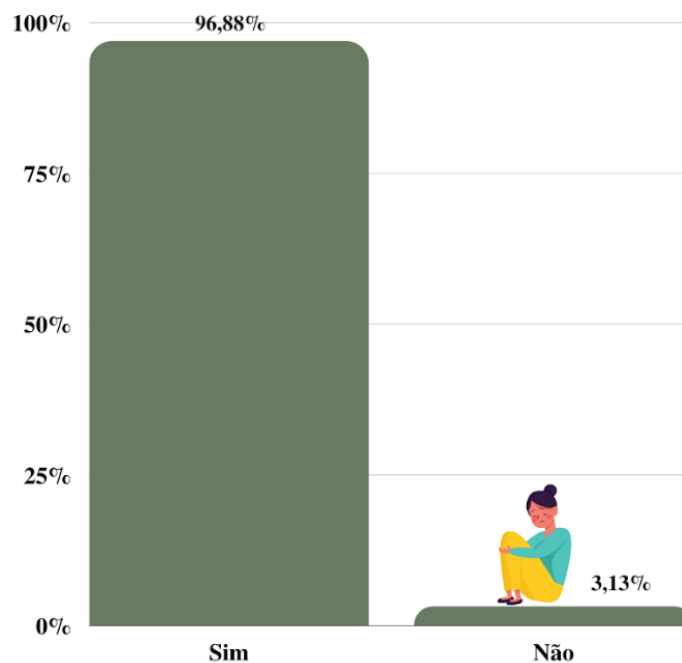
As próprias experiências cotidianas de assobios e de assédio sexual servem para reforçar o medo, pois as mulheres são constantemente sexualizadas, objetivadas e desconfortáveis em espaços públicos. A geógrafa Hille Koskela observa que “o assédio sexual lembra às mulheres todos os dias que elas não foram feitas para estar em certos espaços. (KERN, 2021, p.96)

Essa constante lembrança de que elas não pertencem ao espaço público ou que se algo constrangedor acontecer é culpa do modo como se comportam ou se vestem enquanto andam pelas ruas, torna o hábito de circular sozinha uma raridade para as mulheres. Raramente se elas são encontradas sozinhas desfrutando de uma caminhada pelas ruas da cidade, estão sempre em estado de alerta, prevendo uma abordagem incômoda de estranhos ou se vigiando

constantemente para não provocarem reações indesejadas. Essas pequenas táticas de verificação e autoproteção se tornam automáticas, uma parte “assumida e completamente normalizada de ser mulher” (KERN, 2021, p.53-64), já que elas são ensinadas desde a infância a se comportarem de maneira discreta e prevenida nas ruas.

Tendo isso em vista, uma das perguntas feitas às entrevistadas foi se elas possuíam algum tipo de costume ou ritual específico ao saírem de casa e frequentar as ruas de Itabuna, as respostas obtidas estão expostas no **Gráfico 7**:

**Gráfico 7- Você tem algum costume/ritual específico ao frequentar as ruas sozinha?**



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O gráfico atesta que a maioria das mulheres entrevistadas utilizam de alguma tática de autoproteção ao frequentar a cidade de Itabuna, demonstrando que elas não se sentem seguras para caminhar pela cidade de forma descontraída; pelo contrário, estão sempre policiando suas roupas, caminhos, comportamentos e olhares para evitarem qualquer tipo de abordagem indesejada. O **Quadro 5** demonstra alguns relatos das entrevistas em relação às estratégias adotadas para frequentar a cidade:

Quadro 5- Estratégias adotadas ao frequentar a cidade

Normalmente vou sem celular, mas quando preciso levá-lo escondo. Não uso roupas que desenham o corpo, <b>mudo o caminho a depender do horário</b> (prefiro ruas movimentadas) e <b>não passo por lugares onde já sofri algum tipo de assédio verbal.</b>
Ando rápido, não levo celular, evito a noite e ruas pouco movimentadas... Triste, não é? <b>Mas é a realidade da maioria das mulheres.</b>
<b>Faço um percurso mental de onde me sinto mais segura.</b> Sempre uso um fone de ouvido só. Olho para os lados.
Ando pelas ruas mais movimentadas. E ruas mais escuras ando pelo meio da rua. Ando olhando para trás.
Evito rua com pouco movimento, guardo o celular, <b>evito andar quando tem uma roda de homens.</b>
Só ando sozinha no centro e durante o dia, evito roupas curtas e objetos de valores. Pois <b>como mulher com deficiência me sinto duplamente vulnerável.</b>
Sim. Porque <b>se eu estiver sozinha não uso certas roupas.</b>
Roupas folgadas, evitar qualquer tipo de adorno chamativo, jóias, bolsas, evitar a todo custo uso de eletrônicos na rua tipo fone de ouvido ou celular, cabelo preso, <b>evitar calçados que dificultem reações rápidas</b> caso necessário, andar rápido e com semblante altivo para não demonstrar vulnerabilidade. <b>Hipervigilância constante.</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir desses relatos nós podemos inferir que a cidade de Itabuna é um ambiente hostil para as mulheres, uma vez que o simples ato de sair de casa as coloca em um estado de hipervigilância constante, onde elas monitoram desde seus caminhos e horários até o tipo de calçado que irá utilizar, para que seja possível correr e fugir caso a situação fuja do controle.

Uma das estratégias mais citadas e que dá nome a essa seção, é o hábito de não andar sozinha. Muitas das entrevistadas alegaram evitar andar sozinha em determinados horários e ruas da cidade, optando por ir acompanhada de uma amiga, ou principalmente, de uma pessoa do gênero masculino:

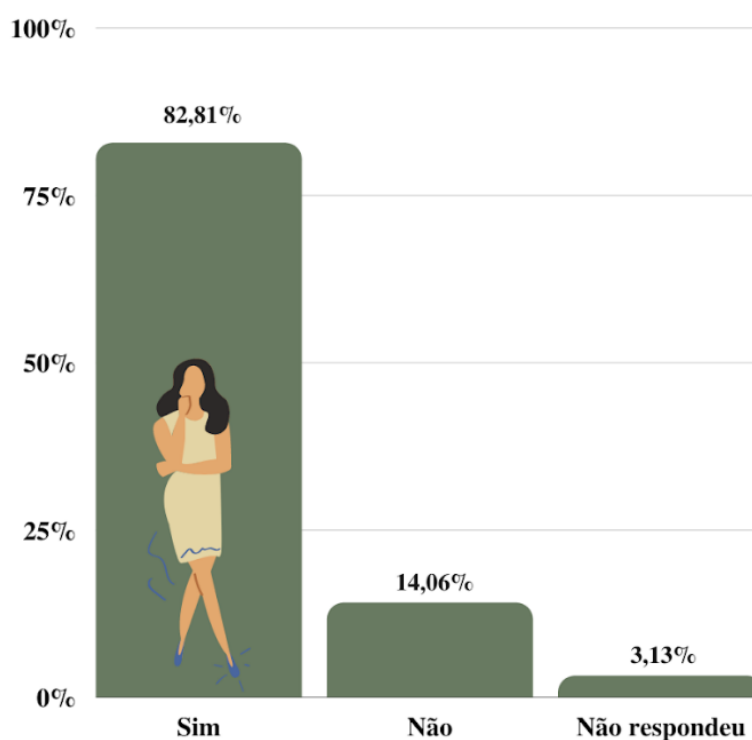
[...] mulheres dificilmente são vistas sozinhas exercendo funções distintas do deslocamento. Sua presença nos espaços públicos é marcada pelo passo apressado, conduzido com cuidado por caminhos seletivos – ainda que estabeleçam percursos mais longos –, buscando aproximação com outras mulheres e evitando ruas escuras, pouco movimentadas ou ocupadas exclusivamente por homens. (LYRA, 2019, p.55-56)

A presença de uma outra pessoa transmite uma sensação de segurança às mulheres; entretanto, somente a companhia de um homem é capaz de evitar o assédio sofrido nas ruas. A sociedade machista propaga a cultura de que mulheres que andam acompanhadas por um homem estão sob sua posse, sendo assim, outros homens não realizam a tentativa de assediá-la em respeito, ou medo, do homem que a “possui”.

Dessa forma reforça a dependência da mulher pela proteção fornecida pelo homem. A cultura do estupro impõe às mulheres que figurar sozinha pelas ruas é estar provocando uma ameaça de assédio ou violência sexual, transformando-a em culpada, ou no mínimo cúmplice, do crime que ela mesma venha a sofrer, associando também o comprimento de suas roupas como fator motivador dos ataques (HARKOT, 2015; KERN, 2021).

O fator vestimenta também foi mencionado diversas vezes pelas entrevistadas, elas afirmaram já terem repensado a roupa que iriam vestir antes de sair de casa, buscando evitar situações constrangedoras, dado exposto no **Gráfico 8**:

**Gráfico 8 - Alguma vez você já repensou a roupa com a qual iria sair de casa para evitar situações constrangedoras/ de assédio ou violência na rua?**



Fonte: Elaboradas pela autora (2023)

Essa recorrência à menção de repensar a vestimenta e o fato de que a maioria delas leva em consideração os caminhos que irão percorrer e as condições físicas dos mesmos antes

de escolherem a roupa com a qual irão sair, nos leva a confirmar que apesar das mulheres serem livres para frequentar a cidade, essa liberdade tem um limite, pois elas ainda possuem uma ordem a ser seguida, que passa primeiramente pelo próprio corpo. No **Quadro 6** estão elencados alguns dos relatos em relação à escolha da vestimenta:

Quadro 6- Alguma vez você já repensou a roupa com a qual iria sair de casa?
Sim, inúmeras vezes. Porque não me sinto segura para usar, por exemplo, short de academia sem uma blusa comprida, pois isso faz com que "chame atenção" e seja alvo de comentários, olhares ou gestos inadequados.
Sempre. Infelizmente vivemos em um país onde somos assediadas cotidianamente, porém <b>ouvimos sempre na delegacia e até mesmo por outras pessoas que somos culpadas por estar trajando certo tipo de roupa.</b>
Sim, pois no dia/horário chamaria mais atenção e eu estaria sozinha ou passaria por um local 'menos seguro' ou simplesmente não queria esse aborrecimento no momento em questão.
Sim. Porque é uma <b>forma de autodefesa</b> , mesmo inconsciente.
Sim, eu procuro sair com roupas mais folgadas que não marquem a silhueta para evitar constrangimento de homens assediadores. Infelizmente descobri que ao me cobrir dessa forma eu pareço mais nova, o que intensifica os assédios da rua.
Sim. Justamente para evitar situações constrangedoras
Sim, por <b>medo</b> de mexerem comigo na rua.
Sim, sempre. Nunca uso roupas muito curtas ou decotadas porque <b>a tendência é sentir muito os olhares dos homens e ouvir muito assédio verbal.</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

É importante ressaltar que algumas das mulheres que afirmaram não dedicar tempo repensando a roupa que irão vestir não o fazem porque não sofrem com assédio, mas sim performam um ato de resistência, como pode ser observado no **Quadro 7**:

Quadro 7- Alguma vez você já repensou a roupa com a qual iria sair de casa?
Não, <b>a roupa não impede o assédio</b>
Não, pois visto pensando no meu conforto. <b>As pessoas vão assediar independente do que eu estiver vestindo mesmo.</b>
Não, na minha época não tinha roupa tão vulgar, hoje acho que as roupas são mais curtas.

**Mas a roupa não quer dizer que eles devem fazer algo.** Ainda bem que vivi para ver as mudanças que as mulheres podem fazer.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os relatos demonstram que elas têm ciência de que o assédio não está relacionado com a roupa escolhida, mas sim configura como uma demonstração de poder de quem exerce o sobre a vítima e que está enraizado culturalmente na cidade machista. Apesar de muitas vezes essa resistência trazer consequências negativas, atitudes como essas são importantes para a desconstrução desse pensamento que culpabiliza as mulheres pelo simples fato de exercerem a sua liberdade de escolha e expressão.

Em suma as estratégias adotadas mais citadas pelas respondentes foram as apresentadas na **Figura 19**:

**Figura 19 - Estratégias de autoproteção mais citadas pelas respondentes**



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Pode ser observado que em primeiro lugar o fator que orienta a adoção das estratégias de autogestão da segurança é o medo de ser violada no espaço público, seguido pelo medo de dano material, como o roubo do celular, por exemplo. É importante ressaltar que, quando se é mulher, o crime de assalto também está associado com a violência de gênero, por serem vistas como um alvo mais fácil, estando duplamente vulneráveis no espaço público.

Uma das entrevistadas relatou que por um tempo ela carregou uma lâmina de gilete na cintura, para assim se sentir mais segura ao andar pelas ruas. Esse relato escancara o nível de insegurança, pânico e ansiedade ao qual estão sujeitas as mulheres de Itabuna, onde elas se veem obrigadas a adotar medidas extremas, que oferecem essa falsa sensação de proteção, para conseguirem seguir com suas rotinas na cidade. Essas estratégias de autoproteção, apesar de se fazerem necessárias, tornam as rotinas das mulheres ainda mais exaustivas, como destaca Kern:

Elas colocam um peso enorme sobre os dias já sobrecarregados das mulheres: temos a “dupla jornada” de trabalho remunerado e o não remunerado, a tripla jornada de lidar com racismo, homofobia, capacitação, etc. por cima do sexismo, e a **quádrupla jornada de constantemente administrar nossa segurança. As intermináveis medidas de precaução roubam tempo e energia valiosos.** (KERN, 2021, p.99, grifo nosso)

Essa insegurança constante acarreta consequências não só psicológicas, como econômicas e sociais às mulheres que constantemente moldam os seus circuitos urbanos e os seus mapas mentais com o objetivo de retornar em segurança para suas casas.

### **5.3 Se essa rua fosse nossa: possibilidades de um urbanismo com enfoque de gênero em Itabuna**

A configuração das cidades se faz pela cultura, pelos modos sociais de pensar, agir, usar e compartilhar os espaços. Nas cidades estão incrustadas narrativas e representações que condicionam e reproduzem desigualdades, que colocam o sujeito universal masculino como centro das políticas urbanas e constrói uma esfera pública produtiva masculinizada, em contrapartida promove a *feminização* do espaço privado e das tarefas reprodutivas. A incompatibilidade da infraestrutura urbana com os cenários de vida cotidiano, juntamente com a escassez de equipamentos públicos que deem suporte à execução de tarefas reprodutivas e de cuidado, provocam nas mulheres, principalmente naquelas que se encontram em uma situação econômica e social precárias, a sensação de que a cidade não é lugar para elas. (AMOROSO, Serafina, 2022; GÓMEZ, Maricarmen, 2022)

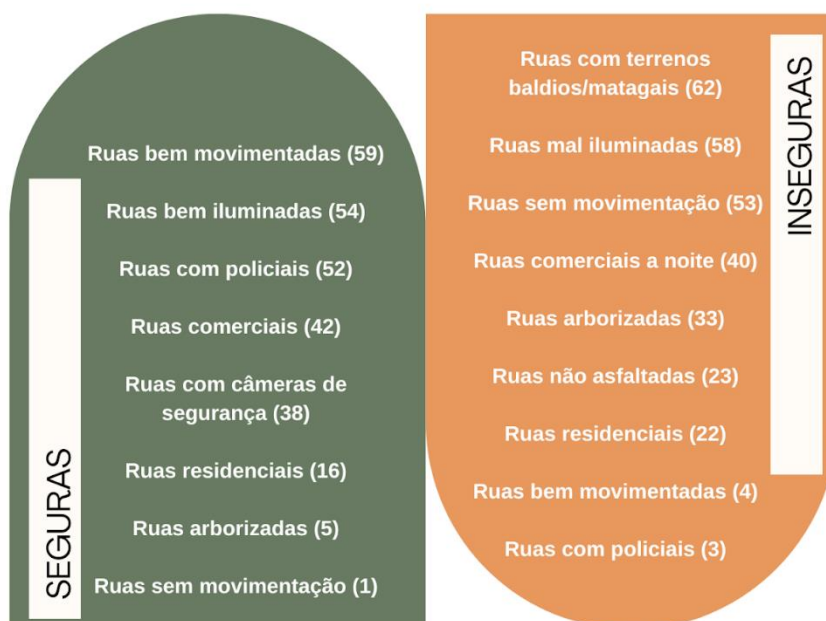
Infelizmente, a experiência urbana sob o viés de gênero é moldada a partir dos espectros do medo e da violência na maioria das cidades e Itabuna não foge à regra. Os relatos expostos na pesquisa só atestam que o ambiente urbano de Itabuna coloca a mulher numa posição de vulnerabilidade ao frequentar a cidade e tal fator interfere na forma como elas

vivenciam e percebem a cidade, intervindo no seu acesso à mobilidade, lazer, permanência no espaço público entre outros déficits que impedem a sua vida pública plena e o seu exercício do direito à cidade. (LYRA, 2019)

A ideologia machista e patriarcal hegemônica na sociedade perpassa as decisões do planejamento urbano e do urbanismo, inclusive do ordenamento das cidades. Logo, essas ferramentas não são neutras, são parte de um sistema complexo que naturaliza as opressões e discriminações, visando ao controle de corpos e territórios. (GÓMEZ, 2022; MONDARDO; 2009) Parte do problema da manutenção dessa ideologia é a baixa representatividade dos grupos vulnerabilizados e de mulheres nos âmbitos de decisão que envolvem esses campos. O processo de desconstrução e diversificação desse sistema é longo e árduo, entretanto é necessário repensar e questionar a maneira androcêntrica, capitalista e colonial como nossas cidades são construídas e ordenadas e transformar a “hierarquia de valores que definem a produção do espaço”. (GÓMEZ, 2022, p. 471)

Se o objetivo é transformar a cidade em um espaço acolhedor para as mulheres, é preciso, inicialmente, formular políticas de enfrentamento à violência de gênero de maneira conjunta e integrada ao planejamento urbano e ordenamento das cidades (DUARTE, 2017, p. 103). Um pilar central nesse processo de transformação é a escuta ativa das mulheres em relação às cidades, uma vez que elas vivenciam a cidade de forma única e particular a depender de suas identidades de gênero, raça, classe, religião e capacidade motora. Tendo isso em vista, questionamos às mulheres entrevistadas quais as características físicas da cidade que engatilham nas mesmas as emoções de medo e insegurança e de segurança, as respostas estão expostas na **Figura 26**:

**Figura 26- Características urbanas que fazem as mulheres se sentirem seguras e inseguras**



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A figura acima sintetiza as respostas mais citadas pelas entrevistadas. Algumas como “ruas bem movimentadas” e “bem iluminadas” já eram esperadas como hipótese do que as faz sentir seguras. A presença dos “olhos da rua” (JACOBS, Jane, 2011), ou seja, pessoas que estão próximas a rua e podem observar a movimentação, tende a deixar a mulher mais segura, pois passa a sensação de, caso aconteça alguma coisa, ela tem a quem recorrer. Outras respostas citadas como “ruas comerciais” e “com policiais”, seguem essa mesma premissa, a presença de outras pessoas torna o caminhar mais confortável. Assim como uma rua bem iluminada permite que ela tenha uma visão ampla e possa antecipar qualquer situação suspeita.

Já as respostas citadas como inseguras, possuem a característica contrária, a ausência de pessoas e a dificuldade de visibilidade. Ruas com terreno baldio e matagais foi a característica mais citada e em todas as vezes a justificativa foi: “não sei quem pode estar escondido ali”, assim como em ruas arborizadas, elas sentem que há alguém mal-intencionado escondido à espera delas.

Entender quais são os elementos que contribuem para a segurança percebidos pelas mulheres pode ser um pontapé inicial para a formulação de reformas e políticas com o intuito de fazê-las ocuparem a cidade. Entretanto, como pode ser observado na imagem acima, algumas características produzem ao mesmo tempo segurança e insegurança, como “ruas

residenciais” e “ruas arborizadas”. Tal contradição se encontra presente em outros estudos qualitativos sobre a insegurança da mulher na cidade. Kern retrata em seu livro estudos e experiências nos quais planejadores urbanos se viram perdidos ao perceber que projetos que buscaram melhorar a qualidade da iluminação pública e alargar calçadas falharam em diminuir a sensação de insegurança percebida pelas mulheres, evidenciando o fato de que mulheres se sentem inseguras em locais movimentados ou com ausência de pessoas, em espaços abertos e fechados, mal iluminados ou muito iluminados, e esse paradoxo é devido a um fator central, “nenhuma iluminação apagará o patriarcado da sociedade” (KERN, 2021, p.103).

Contudo, ainda que seja necessário desconstruir o patriarcado e o machismo, é preciso reconhecer que soluções urbanísticas generalistas não são o suficiente para melhorar a segurança percebida pelas mulheres, é preciso um olhar aproximado das situações, pensar quais as sensações que essas soluções adotadas irão passar para diferentes perfis de mulheres na cidade.

A insegurança das mulheres é formulada e sustentada dentro de uma rede complexa de relações de poder que as coloca como subordinadas na sociedade, logo, não existe uma solução direta que elimine o medo. O relato a seguir, fornecido por uma das respondentes, traz esta reflexão:

Não, mas duvido que exista esse lugar seguro, uma cidade segura. Muitas das vezes não estamos seguras dentro de nosso ambiente familiar, quem dirá em ambientes à mercê de julgamentos alheios, que olham o corpo feminino com um corpo que pode e deve ser invadido. O problema não está na estrutura física da cidade, na forma como ela é organizada, mas na forma como homens e mulheres foram socializados, é uma questão estrutural, de pensamento, cultural - que precisa ser revista e combatida. **Podemos iluminar todas as praças, mas se não iluminarmos as cabeças machistas, se não educarmos os indivíduos, de nada adianta.** Não temos medo do concreto, temos medo de homens e da nossa sociedade violenta e adoecida. (Relato de entrevistada, 2022, grifo nosso)<sup>33</sup>

Colocar como possibilidade uma mudança radical nos termos de segurança e acolhimento da mulher na cidade significa promover mudanças e desconstruções em outras dimensões sociais, além do planejamento urbano e uma delas é a educação. Incluir a dimensão da educação nas políticas públicas e urbanas é parte essencial no caminho para

---

<sup>33</sup> O relato exposto foi fornecido como resposta para a pergunta “Você considera Itabuna uma cidade segura para as mulheres frequentarem as ruas a qualquer horário, com qualquer roupa, independentemente de estarem acompanhadas ou não? Por quê?”

promover reflexões e desconstruções a respeito dos papéis sociais de gênero e assim possibilitar mudanças culturais e estruturais na sociedade (HARKOT, 2015).

No entanto, não podemos perder de vista que a maneira como as cidades são configuradas hoje facilitam e impulsionam a violência contra a mulher, uma vez que grande parte dos crimes de violência de gênero são de natureza oportunista e, portanto, reduzir essas oportunidades deve ser um fator central nas políticas urbanas (KERN, 2021, p.102). Algumas ações podem e devem ser tomadas não só com o objetivo de amenizar a insegurança, como também de transformar a cidade em um espaço que acolha a mulher e as suas múltiplas jornadas de trabalho, facilitando a sua rotina e permitindo uma liberdade de tempo maior, onde ela possa se dedicar a momentos de descanso, lazer e participação nas esferas de decisão.

Para autora Maricarmen Gómez (2022), incluir a perspectiva de gênero nas análises territoriais e espaciais, requer reconhecer que vivemos um contexto socioespacial que reproduz condições de discriminação e violência contra as mulheres, logo, qualquer intervenção ou política pública que não tenha esse fator como centro de suas formulações, falhará em promover uma ação reparadora e transformadora. Ela desenvolveu um gráfico com o objetivo de orientar as intervenções sobre os territórios, elencando ações necessárias na busca de espaços menos opressores, tendo o esforço de buscar conceitos não sexistas e tendo como centro do gráfico a conscientização de que o conceito socioespacial é de discriminação e violência **Figura 27**:

**Figura 27 - Gráfico de consciência dos preconceitos que reforçam a discriminação em estudos urbanos e territoriais**



Fonte: Gómez (2022).

Todas as ações elencadas por ela nas extremidades do gráfico se relacionam e retroalimentam, assim como elas têm como ponto de partida e de retorno a clareza sobre o contexto socioespacial, e é neste ponto de retorno, como defende a autora, que será possível perceber se as intervenções aplicadas reforçam a violência e a discriminação ou atuam de maneira reparadora e transformadora (GÓMEZ, 2022, p. 484). Essa metodologia defendida pela autora pode promover grandes ganhos nos âmbitos do planejamento e intervenções urbanas, ouvir o feedback das mulheres em relação às medidas adotadas é um bom termômetro para conseguir propor medidas mais assertivas que consigam abarcar as necessidades de diferentes corpos.

As práticas projetuais arquitetônicas e urbanísticas, de planejamento urbano e desenho dos espaços precisam passar por um processo de reformulação, adotando novas estratégias e metodologias, que investiguem o ordinário, os espaços e características da rotina cotidiana, que além de focar no futuro, entenda as exigências do presente, que possam dar novas formas aos espaços de convivência, que possibilitem os relacionamentos não só com outras pessoas mas com a natureza, o ambiente construído e outros seres vivos. Em suma, “a complexidade da realidade que nos rodeia exige novas abordagens metodológicas e novos enquadramentos

para acomodar conceitos como contingência, interdependência, afetos, codependência, ausência de hierarquias, incerteza (para citar alguns)” (AMOROSO, 2022, p.411)<sup>34</sup>.

Outro ponto importante que deve ser levado em consideração pelas políticas urbanas de Itabuna, é o uso da cidade à noite. Como visto anteriormente, cerca de 80% das respondentes afirmaram evitar circular pelas ruas sozinha durante o período noturno. Isso se deve certamente ao fato de que Itabuna à noite é pouco movimentada e a iluminação urbana é precária. Entretanto, apenas melhorar o serviço de iluminação não faz com que as pessoas queiram ocupar o espaço público. Os entretenimentos noturnos disponíveis na cidade geralmente são em ambientes privados, como bares ou o shopping, o que significa que o trânsito de pessoas nas ruas é pequeno e somente para chegar e sair destes lugares. Ademais, por serem entretenimentos pagos, o público que os frequenta limita-se a quem pode pagar por eles.

Nota-se que quando existem eventos públicos no centro da cidade, como feiras coletivas ou festas oferecidas pela Prefeitura, a atração de pessoas e, conseqüentemente, o fluxo delas pelas ruas, é consideravelmente maior, e é possível observar mulheres e crianças transitando com frequência. Ademais, pensar espaços seguros para que as mães possam socializar com suas crianças à noite também é um fator fundamental, visto que o período da noite costuma ser o único disponível para a conexão entre mães que trabalham o dia inteiro e seus filhos. Pensar em eventos públicos gratuitos, tanto efêmeros quanto permanentes, de entretenimento, que promovam o desejo de ocupar o espaço urbano noturno é um ponto forte na amenização da insegurança percebida pelas mulheres:

A recuperação da noite em condições de igualdade (através, por exemplo, de sistemas de iluminação pública adequados e de um conjunto de medidas que favoreçam a sensação de segurança, tanto percebida como efetiva) é um dos elementos fundamentais do combate às situações de exclusão em que se encontram as mulheres e que as desqualificam como cidadãs plenas (Amoroso, 2022, p.383-384)<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Texto original: “La complejidad de la realidad que nos rodea requiere nuevos enfoques metodológicos y nuevos marcos en los que dar cabida a conceptos como los de contingencia, interdependencia, afectos, codependencia, ausencia de jerarquías, incertidumbre (por nombrar unos pocos).”

<sup>35</sup> Texto original: “La recuperación de la noche en condiciones de igualdad (a través, por ejemplo, de adecuados sistemas de alumbrado público y de un conjunto de medidas que favorezcan un sentido de seguridad, tanto percibido como efectivo) es uno de los elementos fundamentales de la lucha contra las situaciones de exclusión espaciotemporal en las que se encuentran las mujeres y que las inhabilitan como ciudadanas de pleno derecho”.

A via defendida neste trabalho, como possibilidade no caminho para a construção de cidades mais equânimes, é a da socialização do cuidado (SORJ, 2014). A superação da desigualdade social e de gênero passa pela socialização do cuidado como condição para a construção de cidades efetivamente democráticas, conforme estabelece a Lei 10.257/ 2001, Estatuto da Cidade. A incorporação do cuidado como responsabilidade pública e coletiva, pensado no sentido ético, político e social, no planejamento urbano e nas políticas públicas, pode ser um marcador para uma inflexão no sentido do exercício do direito à cidade. Pode se revelar em uma abertura promissora para que as mulheres possam não apenas usufruir do meio urbano, mas participar dos processos de decisão sobre as transformações da cidade de acordo com suas necessidades e desejos (LEFEBVRE, 2016).

Essas mudanças passam por uma reflexão sobre os sentidos que o cuidado assume ou pode assumir na política urbana, em diálogo e nos embates com as formas hegemônicas de compreensão do cuidado, como prática unidirecional (ação de um agente ativo em relação ao outro passivo, que demanda) e compartimentada nas esferas disciplinares, apontando-se para uma perspectiva relacional e interdisciplinar (MOLINIER, Pascale e PAPERMAN, Patrícia 2015). Nesse sentido, o planejamento urbano, por necessariamente implicar estas perspectivas, pode ao mesmo tempo favorecer uma mudança na forma de olhar o cuidado, incorporando as dimensões ética, política e social como indissociáveis, como tornar mais complexa essa tarefa.

Uma cidade que cuida é uma cidade que cuida do espaço público, que administra com cuidado, que **cuida com certa sensibilidade do cotidiano de quem usa e vive em seus espaços, que faz do cuidado um importante eixo do sistema produtivo** que a sustenta. **É uma cidade que nos permite cuidar, dela e de nós, oferecendo a cada pessoa, seja qual for a sua idade, classe social ou especificidade funcional, a possibilidade de ser autônoma, de se afirmar e realizar como indivíduo de plenos direitos [...]** (AMOROSO, 2020, online, grifo nosso)<sup>36</sup>

Um exemplo prático sobre como a coletivização e o exercício do cuidado podem mudar a relação das pessoas com o espaço é o relato da professora Simone Gualberto, moradora do bairro Vila Zara em Itabuna (**Figura 28**). Ela conta que próximo de sua casa tem uma praça que se encontrava abandonada, tomada pela vegetação, sem manutenção e sem

---

<sup>36</sup> Texto original: “Una ciudad cuidadora es una ciudad que cuida el espacio público, que administra con cuidado, que cuida con cierta sensibilidad la vida cotidiana de quien usa y vive sus espacios, que hace de los cuidados un eje importante del sistema productivo que la sustenta. Es una ciudad que nos permite cuidar, cuidarla y cuidarnos, brindando a cada persona, sea cual sea su edad, clase social o especificidad funcional, la posibilidad de ser autónoma, de afirmarse y realizarse como individuo de pleno derecho [...]” Disponível em: <https://criticaurbana.com/urbanismo-con-perspectiva-de-genero>. Acesso em 08 Fev de 2023.

uso por parte da população, contribuindo com a sensação de insegurança. Pensando em mudar a condição da sua rua, Simone propôs como trabalho da disciplina que lecionava no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Anhanguera, no ano de 2014, a requalificação da praça.

Os alunos então realizaram entrevistas com os moradores para descobrir quais os desejos que eles tinham em relação à praça e assim formular o projeto para atendê-los. Eles realizaram a limpeza da praça e utilizaram materiais recicláveis, como pneus e madeira de demolição, para construir um parquinho para as crianças, mesas para jogos de cartas e realizaram o plantio de flores e outras plantas ao redor da praça para trazer beleza e harmonia ao entorno (**Figura 29**). Essa intervenção despertou nos moradores o desejo pelo cuidado e eles mesmos passaram a realizar a manutenção da praça, levando-os a realizarem uma festa de aniversário na praça.

**Figura 28 - Intervenção realizada por alunos e moradores na praça do Vila Zara**



Fonte: Simone Gualberto (2014)

**Figura 29 - Parque infantil construído pelos alunos da Faculdade Anhanguera.**

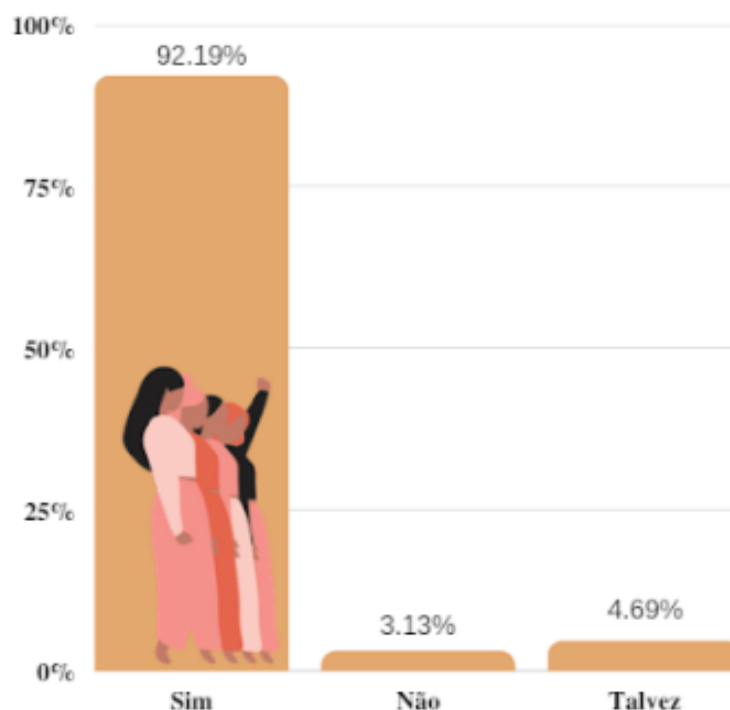


Fonte: Simone Gualberto (2014)

Assim, o lugar que antes não tinha uso, se transformou em lugar de encontro, de relações e de festa, como bem definido por Lefebvre (2016). Essa ação em pequena escala mudou a rotina e a convivência dos moradores com o espaço público em questão, validando que o processo de escuta ativa das queixas e desejos dos habitantes da cidade, especialmente das mulheres e a inclusão da perspectiva do cuidado nas intervenções propostas, proporcionam benefícios capazes de incentivar a apropriação da cidade. Como defende Helena Duarte (2017) a criação e reformulação dos espaços públicos para que as mulheres possam se reunir, confraternizar, cuidar da saúde e se fortalecerem pode ser um fator importante para a redução da violência. Além disso, Kern (2021) inclui que “uma política urbana de cuidado é promulgada não apenas por meio de um apego ao lugar, mas como um trabalho ativo e coletivo em direção às transformações físicas, simbólicas e relacionais” (p. 42).

Quando questionamos às entrevistadas se elas acreditavam se Itabuna seria mais segura e acolheria melhor as necessidades das mulheres caso suas opiniões, relatos e experiências vividas nas ruas fossem incluídas na formulação de políticas urbanas, recebemos as seguintes respostas apresentadas no **Gráfico 9**:

**Gráfico 9 - Você considera que Itabuna seria mais segura e atenderia melhor suas necessidades caso as suas experiências vividas nas ruas fossem ouvidas e incluídas no planejamento da cidade?**



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Mais de 90% das respondentes consideraram relevante para a mudança da cidade a escuta das suas experiências e exigências. Para que essa participação se torne possível, as mulheres precisam ter tempo à sua disposição e para que isso aconteça é preciso compartilhar e suavizar as suas múltiplas jornadas de trabalho e nesse quesito a socialização do cuidado também é necessária. Compartilhar a responsabilidade de cuidado com instituições públicas é essencial para que as mulheres possam mais tempo e energia para se dedicar às tarefas pessoais e políticas.

A luta pela inclusão de creches e escolas em período integral e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) são pontos cruciais nessa divisão da responsabilização do cuidado e para a promoção de cidades mais equitativas. São aspectos determinantes do planejamento urbano, uma vez que atualmente a quantidade de creches e postos de saúde se encontra defasada e não atende a demanda existente, deixando as mulheres desamparadas em relação ao cuidado de seus filhos e impactando em sua saúde.

A via da socialização dos cuidados através de instituições públicas têm mostrado efeitos muito positivos sobre as desigualdades de classe e de gênero no Brasil.

Apesar de o acesso à educação infantil, notadamente às creches, ser muito restritivo, as mães cujos filhos frequentam creches e pré-escolas não apenas apresentam maior taxa de ocupação no mercado de trabalho como trabalham em atividades mais formalizadas, ampliam o número de horas trabalhadas e auferem maior renda do trabalho (SORJ, 2014, p. 127).

Outros fatores como a limpeza e manutenção de calçadas e ruas, inclusão de banheiros públicos, limpos e seguros, um transporte público de qualidade que atenda às demandas reprodutivas, moradias com preços acessíveis em localizações que facilitem o acesso da mulher à cidade e aos seus serviços, são aspectos de uma cidade que tem políticas de gênero e cuidado como pilares essenciais na formulação de políticas urbanas.

Contudo, a própria integração de gênero e do cuidado têm suas limitações. É preciso se atentar para não acabar, por meio delas, reforçando estereótipos, normas e papéis de gênero presentes na sociedade, onde as mulheres, principalmente as mulheres negras em situação de vulnerabilidade econômica, são as maiores responsáveis pelas tarefas reprodutivas, ou ainda cair no mesmo padrão vigente e produzir cidades tendo um modelo de mulher universal, que é branca, cis hétero e de classe privilegiada. Ademais, depender do Estado para uma intervenção radical é ilusório e inclusive pode ser perigoso para pessoas não brancas e dissidentes que são vistas como corpos a serem excluídos e segregados. (KERN, 2021) É preciso lembrar que espaços projetados para acolher mães brancas de classe média e suas crianças costumam ser os mesmos que expulsam as mães negras de classe social baixa. Na sociedade atual não é possível almejar projetos e políticas públicas que tratem as mulheres como iguais entre si. É preciso buscar soluções que busquem equalizar as suas escolhas.

Lígia Maria Casimiro (2017), em seu texto “Mulheres e Direito à cidade: Um grande desafio do século XXI” defende que reconhecer que a diferença e desigualdade social de gênero é uma prática social que marca a vida urbana requer uma capacidade além de conceitos e representações dispostos atualmente, mas que abrir os caminhos para o debate sobre a situação está ao alcance da sociedade brasileira, assim como é possível para a sociedade itabunense. A autora ainda ressalta que a mulher deve ser reconhecida como agente social, e aqui acrescento agente transformadora do espaço urbano, à quem se deve destinar políticas públicas que visem acolher as diferenças de gênero e diminuir os obstáculos criados à sua plena fruição da cidade, permitindo “a sua presença em condições de intervir e usufruir igualmente do espaço urbano” (CASIMIRO, 2017, p.6).

Logo, apesar das limitações existentes atualmente, a inclusão da perspectiva interseccional de gênero e de cuidado são essenciais na luta para a desconstrução do planejamento urbano capitalista, racista, androcêntrico e colonizador que impera na construção socioespacial de nossas cidades. Itabuna urge por transformações no espaço urbano que possibilitem às mulheres o exercício pleno do direito à cidade e a construção de relações com o espaço urbano que não sejam orientadas pelo espectro do medo e da violência. O reconhecimento de que a cidade reproduz desigualdade e violência de gênero é o primeiro passo para que o assunto seja debatido e enfrentado com seriedade. Formular e colocar em prática políticas urbanas que promovam a escuta ativa das mulheres e de outras minorias políticas e os utilizem como base para a promoção de intervenções assertivas é um caminho na construção de uma Itabuna que acolha a sua presença e garanta a sua participação, apropriação e permanência no espaço público.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ABERTURAS

Ser mulher, arquiteta e urbanista, moradora de Itabuna com certeza contribuiu para a execução deste trabalho, assim como a proximidade com o objeto de pesquisa torna árduo o enfrentamento do fato de que soluções concretas ainda se encontram distantes. As análises e discussões aqui presentes apontam para a necessidade de aprofundamento sobre as vivências das mulheres na cidade de Itabuna. A escassez de dados e informações e de estudos sobre suas experiências e os usos que elas fazem da cidade torna o debate sobre o tema difícil e ainda inicial.

No primeiro momento foi colocado como os papéis sociais de gênero propagados pela cultura eurocêntrica ditam o que é “ser mulher” na sociedade. Essa ideologia hierárquica e colonial de gênero coloca as mulheres como principais responsáveis pelas tarefas de cuidado e domésticas, restringindo-as ao espaço doméstico e privado. Além disso, a interseccionalidade de opressões na sociedade dita qual o lugar da mulher na cidade a depender da sua raça ou classe. Esse fator também interfere na sua participação no processo de formação e consolidação das cidades. Desde as primeiras cidades, as mulheres não tinham direito à vida pública e a elas também era negado o direito de participar e opinar sobre a estrutura urbana. Isso faz com que as cidades sejam orientadas para atender às necessidades dos homens brancos e do mercado, resultando em um espaço opressivo que reproduz a divisão produtiva e reprodutiva da vida e reflete as ideologias machistas e patriarcais em forma de violência contra as mulheres e outras minorias políticas.

Essa prática de planejamento urbano hegemônico está presente na maioria das cidades ao redor do globo, inclusive Itabuna. O segundo capítulo discute como a cidade produziu projetos e planos urbanos que colocam em destaque o desenvolvimento comercial da cidade, onde a higienização do Centro tinha papel fundamental na construção da cidade. A escolha de trazer esse panorama histórico da configuração espacial da cidade contribui para o entendimento das estruturas, formas e funções na atualidade, mas também para demonstrar como alguns costumes defasados foram concebidos e se mantêm na estrutura urbana. Entender o processo de transformação da cidade e como a cidade foi configurada para sustentar os anseios da elite itabunense é ponto chave para entender por que as mulheres ainda hoje têm um papel social pré-definido e sofrem com assédio e violência ao frequentar as ruas. Também facilita o entendimento de como a cidade interfere de maneira direta no exercício do direito à cidade das mulheres. As suas interpretações do que vem a ser o conceito cunhado por

Lefebvre (2016) está diretamente relacionado com os seus anseios, desafios e desejos ao vivenciar Itabuna. Se ter direito à cidade é usufruir e se apropriar plenamente do espaço urbano como local de festa e de relacionamentos, assim como ter o direito à participação nas decisões que envolvem a formação e transformação da cidade (LEFEBVRE, 2016), Itabuna certamente não assegura esse direito às mulheres, uma vez que, como foi demonstrado ao longo do texto, a participação e representação das mulheres nas esferas de decisão é restringida por diversos fatores presentes tanto na vida privada quanto coletiva, assim como têm a sua rotina na cidade frequentemente interrompida e lesada por casos diários de assédio e violência de gênero.

Identificamos por meio das respostas e relatos das entrevistadas dispostos no último capítulo que Itabuna não é uma cidade planejada para atender às necessidades das mulheres. Elas enfrentam diariamente diversos obstáculos que orientam os seus comportamentos e escolhas na cidade, demonstrando que Itabuna não só não acolhe sua presença e necessidades, como a segrega e refrata a sua permanência no espaço público. Se o cenário encontrado é hostil e de violência, então é fundamental o questionamento às práticas de planejamento urbano adotadas e, neste sentido, defende-se a inclusão da perspectiva de gênero e de cuidado nos estudos e planejamento urbanos.

Isso significa não só repensar a forma como a cidade é configurada, mas garantir a participação das mulheres nas esferas de decisão sobre o planejamento urbano e possibilitar a escuta ativa de suas vivências e posicionamentos, garantindo que elas ocupem espaços que atualmente são ocupados em sua maioria por homens. Isto implica em pensar políticas públicas que permitam a conciliação de suas jornadas de trabalho e a divisão de suas responsabilidades, para que elas possam dispor de tempo para estar presente nas esferas de decisão. A via da socialização do cuidado permite a coexistência entre a esfera pública e privada, possibilitando desta maneira a sua atuação como agentes transformadoras na cidade.

Contudo, tornar realidade uma Itabuna cuidadora, que zela por seus habitantes, vai além da dimensão de gênero (KERN, 2021). Incluir o espectro da interseccionalidade nas análises de percursos e rotinas de mulheres é um ponto chave para construir e formular políticas públicas que visem a transformar o espaço público em um espaço equânime no direito à cidade. A inclusão da interseccionalidade, por si só, não garante a justiça social (COLLINS, 2022), mas como ferramenta de análise é fundamental para entender e questionar a ordem difundida em Itabuna e como a justaposição de opressões resulta em diferentes

vivências do mesmo espaço, assim como clama por diferentes soluções para um mesmo problema. Assim, ressalta-se a importância para a escuta dos relatos e posicionamentos de diferentes mulheres na cidade.

Este estudo abre caminhos para investigações futuras a respeito do uso da cidade de Itabuna pelas mulheres. Apesar de fornecer poucas respostas concretas, espera-se lançar luz sobre os desafios diários enfrentados pelas itabunenses, que enfrentam o patriarcado e o machismo presentes na estrutura urbana da cidade que facilitam e propagam a violência de gênero. O método de pesquisa adotado ressalta a importância de se atentar não só para as sujeitas, mas para as subjetividades que elas trazem em seus relatos. Reconhecer a forma androcêntrica e capitalista pela qual Itabuna é orientada e planejada, sendo configurada para manter uma forma hegemônica de organização da sociedade, é o primeiro passo para identificar como o espaço público sustenta relações opressivas e hierárquicas de gênero, colocando as mulheres em uma situação de vulnerabilidade em que o seu direito à cidade é restringido e a sua presença é segregada. Talvez a maior contribuição deste trabalho seja trazer luz às subjetividades apreendidas na pesquisa e esboçar caminhos para pensar uma Itabuna menos opressora para as mulheres.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020. 151 p. (Feminismos plurais). Coordenação: Djamila Ribeiro.

ALMEIDA, Camyle Nunes de *et al.* A violência doméstica contra mulheres no município de Itabuna/ba em tempos de covid-19. **Diké - Revista Jurídica**, Ilhéus, n. 18, p. 64-91, 5 fev. 2021. Universidade Estadual de Santa Cruz. <http://dx.doi.org/10.36113/dike.18.2021.2837>. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/2837>. Acesso em: 01 dez. 2022.

AMOROSO, Serafina. Cuidados, afectos y nuevas formas de coexistencia: retos y oportunidades para las prácticas arquitectónicas. In: SARMIENTO, Laura; TAVARES, Rossana Brandão; FERRADÁS, María Novas. **Gestión Feminista del Habitat: reflexiones desde la piel doméstica al desafío de la existencia**. Córdoba: Centro de Investigaciones y Estudios Sobre Cultura y Sociedad, 2022. p. 376-414.

\_\_\_\_\_. Urbanismo con perspectiva de género: hacía una ciudad cuidadora. *Crítica Urbana*, **Revista de Estudios Urbanos y Territoriales**, 2020. Disponível em: <<https://criticaurbana.com/urbanismo-con-perspectiva-de-genero>> Acesso em 09 Fev. 2023.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-37, jul. 2012. Tradução: Maurilio Lima Botelho. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/5>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BERTOL, Lurdes. **O centro da Cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados**. Ilhéus: Editus, 2003. 190 p.

BERTOLDO, Sanny. **Sobrecarregadas, mulheres sofrem com “pobreza de tempo” e se tornam menos disponíveis para o mercado de trabalho**. *Gênero e Número*, 2021. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/livro-mulher-trabalho/>> Acesso em 17 jun de 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: **Boitempo**, 2018.

\_\_\_\_\_. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 18, p. 81-117, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151804>. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FYNnRDP9FzFYX3hgmNxmV5q/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=27774&t=destaques>> Acesso em 17 jun 2021.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico Itabuna, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itabuna/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25189&ano=2010>>. Acesso em: 26 janeiro 2021.

BRASIL. **Fórum de Segurança Pública**. Anuário de Segurança Pública de 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf> . Acesso em 28 Nov 2022

BRASIL, LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, **Diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**, Presidência da República Casa Civil, 2023. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>

BRENNER, Johanna. Democracia, comunidade e cuidado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 18, p. 301-316, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151811>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/PX656PrvCrF4wvLwb6hvw3P/?lang=pt>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRUNO, Maria Martha. **Cuidadoras enfrentam abusos e riscos na pandemia de Coronavírus**. Instituto Azmina, 2020. Disponível em:<<https://azmina.com.br/reportagens/cuidadoras-enfrentam-abusos-e-riscos-na-pandemia-de-coronavirus/>> Acesso em: 18 jun 2021.

BUENO, Samira; PIMENTEL, Amanda; LAGRECA, Amanda. A cada minuto, oito mulheres são agredidas. **Revista Piauí**, 2021. Disponível em:<<https://piaui.folha.uol.com.br/cada-minuto-oito-mulheres-agredidas/>> Acesso em 14 jun de 2021.

BULHÕES, Rebeca Daltro Ferrari. **ESPAÇOS PÚBLICOS NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**: reflexões sobre usos e apropriações na construção do direito à cidade. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2018. Tradução: Renato Aguiar.

\_\_\_\_\_. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 42, p. 249-274, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2022.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. **NAS FRONTEIRAS URBANAS DA LEI E DA DESORDEM: a guarda municipal e a urbanização em itabuna (1930- 1947)**. Ponta de Lança, São Cristovão, v. 2, n. 4, p. 61-76, out. 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3198>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASIMIRO, Lígia Maria. “As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI” in Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, **Direito à cidade: uma visão por gênero**, cap. 1, p.7-11. São Paulo: IBDU, 2017.

CEBRAP. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016. Disponível em: [https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016\\_E-BOOK%20Sesc-Cebrap\\_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf](https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf). Acesso em 22 Fev. 2023

CFEMEA. **O cuidado e o feminismo em tempos de pandemia**. Outras Palavras, 2020. Disponível em <<https://outraspalavras.net/feminismos/o-cuidado-e-o-feminismo-em-tempos-de-pandemia/>> Acesso em 16 jun 2021.

COLLINSa, Patrícia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COLLINSb. Patrícia Hill Collins desafia interseccionalidade em novo livro. [Entrevista concedida a] Gênero e Número. **Gênero e Número**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/entrevistas/entrevista-patricia-hill-collins/>. Acesso em 23 Fev. 2023

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. Tradução Rane.

CONCEIÇÃO, Viviane Lima da; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade social na escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 4, p. 705-714, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO).. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/kPwXrLYC5ThZdZmnBfTVLrv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CUNHA, José Marcos Pinto da *et al.* **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de campinas.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu - MG. Anais [...]. Caxambu: Abep, 2004. p. 1-19. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1425/1390>. Acesso em: 23 fev. 2023.

DAMASCENO, Milena; VASCONCELOS, Liliane. **A mulher na cidade: a naturalização das relações de poder sobre o corpo feminino e a política do cuidado no contexto urbano.** In: SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA, 21., 2021, Salvador. Anais [...]. Salvador: Fauufba, 2022. p. 1-13. Disponível em: [https://7461fa71-6abe-4d59-8ccf-ddbf964c417b.filesusr.com/ugd/818140\\_f12496fa885a4b7fa278fd5ff5d5c418.pdf](https://7461fa71-6abe-4d59-8ccf-ddbf964c417b.filesusr.com/ugd/818140_f12496fa885a4b7fa278fd5ff5d5c418.pdf). Acesso em: 2 maio 2022.

DIP, Andrea; FONSECA, Bruno. **As cidades que mais matam mulheres no Brasil.** Publica, 2017. Disponível em [https://apublica.org/2017/10/as-cidades-que-mais-matam-mulheres-no-brasil/#:~:text=Dentre%20as%20dez%20cidades%20com,\)%20e%20Vit%C3%B3ria%20\(ES\)](https://apublica.org/2017/10/as-cidades-que-mais-matam-mulheres-no-brasil/#:~:text=Dentre%20as%20dez%20cidades%20com,)%20e%20Vit%C3%B3ria%20(ES))). Acesso em 20 out 2022.

DUARTE, Joel Meireles. **O diálogo da mulher e o direito à cidade.** 127 f. il. Dissertação (Mestrado), 2022 Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 9, p. 3431-3436, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

FARIA, Guélmer; FERREIRA, Maria. O PAPEL DO ESTADO NA PROVISÃO DO CUIDADO: entre a cobertura social e a crise do cuidado. **Revista Ciências Humanas**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 8-24, 30 abr. 2019. Revista Ciências Humanas. <http://dx.doi.org/10.32813/rchv12n12019artigo1>.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017. Tradução Coletivo Sycorax.

FUNCKÂ, S. B. O que é uma mulher? **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 20, n. 31, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26036>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GLÓRIA, Priscila Santos da. **A construção e a marginalização do bairro Maria Pinheiro em Itabuna-BA.** In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 12., 2009, Salvador. Anais [...]. Salvador: Ucsal, 2009. p. 1-8. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/4054>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GOMES, Livia Daiane. **A origem do patriarcado: da veneração à opressão da mulher.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16, 2019, Brasília. Anais [...] Brasília: Abepss, 2016. v. 1, p. 1-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/164/161>. Acesso em: 27 nov. 2022.

GÓMEZ, Maricarmen Tapia. Lo redundante y lo inaceptable: el urbanismo y la reproducción de la discriminación y la violencia de género. In: SARMIENTO, Laura; TAVARES, Rossana Brandão; FERRADÁS, María Novas. **Gestión Feminista del Habitat: reflexiones desde la piel doméstica al desafío de la existencia.** Córdoba: Centro de Investigaciones y Estudios Sobre Cultura y Sociedad, 2022. p. 467-486.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

\_\_\_\_\_. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 1. p. 133-141.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Revista Antropologia em Primeira Mão**, Bahia, p. 1-14, 1998. Disponível em: <https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/525?mode=full>. Acesso em: 27 nov. 2022.

HAESBAERTa, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 75-90, mar/jun, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>> Acesso em 15 jun 2021.

HAESBAERTb, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Niterói. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARKOT, Marina Kohler. **A bicicleta e as mulheres: mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo.** 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso

de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

\_\_\_\_\_. **A mulher, a cidade e o debate sobre o urbano**. Observa SP, 2015. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2015/09/02/a-mulher-a-cidade-e-o-debate-sobre-o-urbano/>> Acesso em 07 Fev. 2023.

HARVEY, David. **O direito à cidade. Lutas Sociais**, São Paulo, v. 29, p. 73-89, dez. 2012. Semestral. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>. Acesso em: 04 dez. 2022.

HORA, Kaliana Oliveira da. Mulheres nas Páginas dos Jornais em Itabuna – BA (1986-1992). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S.L.], v. 15, n. 29, p. 150-163, 30 jun. 2021. Universidade Federal de Grande Dourados.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 532 p.

KERN, Leslie. **Cidades feministas: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. 255 p. Tradução de Thereza Roque da Motta.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p. Tradução: Jess Oliveira.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Itapevi, Sp: Nebli, 2016. Tradução de: Cristina C. Oliveira.

LEVY, Caren. Travel choice reframed: “deep distribution” and gender in urban transport. **Environment and Urbanization**. Londres, vol. 25, n. 01, pp. 47-63, abr. 2013.

LIMA, Juliana Domingos de. Feminismo: Origens, conquistas e desafios no século 21. **Nexo**, 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21#section-27>> Acesso em: 07 de junho de 2021.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 2. p. 73-101.

LYRA, Júlia de Freitas Correia. **(Im)permanências e (In)seguranças da mulher na cidade: pensando os espaços públicos a partir de uma perspectiva feminista no bairro da Jatiúca - Maceió/AL.** 2018. 174 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

\_\_\_\_\_. As mulheres ocupam a cidade? Um olhar feminista e interseccional sobre a experiência urbana feminina no bairro da Jatiúca - Maceió/AL. **Revista Ímpeto: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Alagoas, v. 9, p. 51-58, out. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/9830>. Acesso em: 07 fev. 2023.

LYRA, Luna Esmeralda Gama. **Por onde caminham as mulheres? Um estudo sobre os percursos cotidianos de mulheres diaristas em Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 128 p, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AKMLLW>> Acesso em: 07 de junho de 2021.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 24-33

MARICATO, Ermínia Terezinha. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. **Revista Cultura**, v. 93 n. 6, 1999, p. 7-22. Disponível em: <[http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato\\_terrano sociedade brasileira.pdf](http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_terrano sociedade brasileira.pdf)> Acesso em 15 de mar de 2022.

MARQUES, Helena Duarte. “A luta das mulheres nunca matou ninguém. O machismo mata todos os dias” in Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, **Direito à cidade: uma visão por gênero**, cap. 14, p.102-106. São Paulo: IBDU, 2017.

MELLO, L. F. et al. **Entre o Antropoceno, Escala e Território: as dimensões humanas da mudança ambiental global e suas conexões com as iniciativas do Sistema das Nações Unidas.** Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS), São Bernardo do Campo, 2017.

MENDES, Janaína Dutra Silvestre. As mulheres à frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. **Metaxy**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-9, Maio, 2020. Semestral. Disponível em: [http://www.nepp-dh.ufrj.br/artigo\\_20\\_05\\_2020\\_doutora\\_Janaina.pdf](http://www.nepp-dh.ufrj.br/artigo_20_05_2020_doutora_Janaina.pdf). Acesso em: 07 mai 2022.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº18. Brasília, setembro - dezembro de 2015, pp. 43-

57. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2331>> Acesso em: 31 jul. 2022.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 17-33, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/8P99gKzNYJM6bFLhhKfMmNP/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 ago. 2021

MONDARDO, Marcos Leandro. O Corpo enquanto “primeiro” território de dominação: O biopoder e a sociedade de controle. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021

OLIVEIRAA, Anita Loureiro de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. **Revista Percursos**, [S.L.], v. 19, n. 40, p. 111-140, 31 out. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina.

OLIVEIRAB, Carolina dos Anjos Nunes. “**Pedem o evacuação das irregulares**”: as profissionais do sexo na urbanização de Itabuna-BA (1940- 1960). In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Santa Catarina. Anais [...]. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-9. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277818805\\_ARQUIVO\\_ArtigoFAZENDOGENERO9.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277818805_ARQUIVO_ArtigoFAZENDOGENERO9.pdf). Acesso em: 07 dez. 2021.

OLIVEIRAC JR., Gilberto Alves de. **Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano em cidades médias**: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2008. 383 p.

ONU ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS,. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe**: Dimensões de gênero na resposta. ONU Mulheres, 2020. Disponível em: <[https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf)> Acesso em 14 jun 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 3. p. 1-8.

PARADIS, Clarisse. Os Desafios do Bem-estar na América Latina, as Políticas de Igualdade de Gênero e as Respostas Governamentais para a “Crise do Cuidado”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 323, 15 dez. 2019. Universidade Federal

de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/rsulacp.v5i2.8197>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/8197>. Acesso em: 04 maio 2022.

PASSOS, Raquel G. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. Revista em Pauta, n. 45, v. 18, p. 116 - 129. \_ 1o Semestre de 2020. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/47219/31983>.

PAULISTA, Amanda. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Revista Humanidades em Diálogo**, São Paulo, v. 5, p. 93-108, dez. 2013.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. TESSITURAS, **Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas**, v. 8, s. 1, Jan-Jun 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. Contexto, 1989.

RIBEIRO, Danilo Ornelas. **A cidade das elites e a Barracolândia: o centro da cidade de Itabuna-ba nos anos 1960**. In: XX CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 20., 2009, Ilhéus. Anais [...] . Ilhéus: Uesc, 2009. p. 1-11. Disponível em: [http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/danilo\\_ornelas.pdf](http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/danilo_ornelas.pdf). Acesso em: 08 dez. 2022.

RODRIGUES, Clarice. **A Mulher no Espaço Público: Uma Reflexão Acerca Do Processo De Urbanização Contemporâneo e da (Não) Participação Das Mulheres Na Produção Do Espaço**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, p. 1-12, 2017. Disponível em: <[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503025557\\_ARQUIVO\\_Amulhernoespacopublico\\_ClariceFR.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503025557_ARQUIVO_Amulhernoespacopublico_ClariceFR.pdf)>. Acesso em: 07 Out. 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 88 p.

\_\_\_\_\_. **As mulheres também têm direito à cidade?** Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/14/as-mulheres-tambem-tem-direito-acidade/>. Acesso em 04 Fev. 2018.

RUBIM, Isadora. **Mães na pandemia**. Think Eva, 2021. Disponível em: <<https://thinkeva.com.br/wp-content/uploads/2021/05/e-book-think-eva-maes-na-pandemia.pdf>> Acesso em 14 jun de 2021.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge University Press, Cambridge, 1986.

SANTORO, Paula. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/319087721\\_Genero\\_e\\_planejamento\\_territorial\\_uma\\_aproximacao](https://www.researchgate.net/publication/319087721_Genero_e_planejamento_territorial_uma_aproximacao)> Acesso em: 26 janeiro 2021

SANTOS, Alan Azevedo Pereira dos; SANTOS, Jorman dos. **A Cidade Sitiada: panorama da criminalidade na cidade de Itabuna-ba**. In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 3., 2012, Feira de Santana. **Anais [...]**. Feira de Santana: Uefs, 2012. p. 1-9. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/3710>. Acesso em: 8 dez. 2022.

SANTOS, Rahellen. **O que é violência de gênero e como se manifesta?** Politize!, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/>> Acesso em 11 Fev. 2023.

SARMENTO, Daniela. "A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau, Santa Catarina". **Dearq**, no. 23 (2018). Disponível em: <<https://doi.org/10.18389/dearq23.2018.06>>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. TERRITÓRIO E GÊNERO: territorialidades ausentes. In: RODRIGUES, Cristiano *et al* (org.). **Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres**. Salvador: Edufba, 2018. Cap. 1. p. 23-82.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Expressão poética de Valdelice Pinheiro**. Ilhéus: Editus, 2002.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, [online], v. 26, n. 1, p. 123-128, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/x3QD6kvmf3thbpsPBCBrh8C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

TAVOLARI, Bianca. Direito à Cidade: Uma Trajetória Conceitual. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2016, v. 35, n. 1, pp. 93-109. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWpJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt#>> Acesso em: 04 Dez. 2022

THINK OLGAa. **Eixo 1: Violência contra as mulheres.** Think Olga. Disponível em: <<https://thinkolga.com/report/violencia/>> Acesso em: 15 de jun de 2021.

\_\_\_\_\_b. **Eixo 2: Economia e Trabalho.** Think Olga. Disponível em: <<https://thinkolga.com/report/economia-trabalho/>> Acesso em: 15 de jun de 2021

\_\_\_\_\_c. **Eixo 3: Mulher e Saúde.** Think Olga. Disponível em: <<https://thinkolga.com/report/saude/>> Acesso em: 15 de jun de 2021

\_\_\_\_\_d. **Mulheres em tempo de pandemia.** Think Olga. Disponível em: <<https://thinkolga.com/report/>> Acesso em: 15 de jun de 2021.

TOMAZ, Kleber. ‘**Não foi acidente, foi assassinato**’, dizem pais e viúvo de Marina Harkot, 1 ano após motorista atropelar e matar ciclista em SP. G1, 2021. Disponível em: [https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/08/nao-foi-acidente-foi-~~assassinato~~-dizem-pais-e-viuvo-de-marina-harkot-1-ano-apos-motorista-atropelar-e-matar-ciclista-em-sp.ghtml](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/08/nao-foi-acidente-foi-<del>assassinato</del>-dizem-pais-e-viuvo-de-marina-harkot-1-ano-apos-motorista-atropelar-e-matar-ciclista-em-sp.ghtml).> Acesso em 07 Abr. 2023.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 87, p. 139-165, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452012000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jwkcWk7tfGHXfHLR85fKPcL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 dez. 2022.

TV SANTA CRUZ. **Jovem denuncia vizinho por ameaça e injúria racial no sul da BA; suspeito agrediu mãe da vítima.** G1, 2021. Disponível em:<<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/28/jovem-denuncia-vizinho-por-ameaca-e-injuria-racial-no-sul-da-ba-suspeito-agrediu-mae-da-vitima.ghtml>> Acesso em 13 Fev. 2023.

VALDIVIA, Blanca. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. **Habitat y Sociedad**, Sevilla, v. 11, p. 65-84, nov. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6695842>. Acesso em: 16 mar. 2023.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIVEIROS, Liana. **Direito à cidade e hegemonia**: movimentos, articulações e disputas no Brasil e no mundo. Salvador: Edufba, 2020. 402 p.

## APÊNDICE A - MODELO DO QUESTIONÁRIO

### A MULHER NA CIDADE: INVISIBILIDADE NO PLANEJAMENTO URBANO E OPRESSÕES NO ESPAÇO PÚBLICO DE ITABUNA-BA QUESTIONÁRIO

E-mail: \_\_\_\_\_

#### Identificação

1. Você é mulher residente de Itabuna?

- a. sim
- b. não, mas frequento/trabalho/estudo na cidade

2. Com qual gênero você se identifica?

- a. mulher cis (se identifica com o gênero a qual foi atribuída quando nasceu)
- b. mulher trans
- c. não binária
- d. outro: \_\_\_\_\_

3. Com qual etnia você se identifica?

- a. branca
- b. preta
- c. parda
- d. amarela
- e. indígena

4. Qual a sua idade?

---

5. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- a. Nenhuma renda.
- b. Até 1 salário mínimo (até R\$ 678,00).
- c. De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 678,01 até R\$ 2.034,00).
- d. De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.034,01 até R\$ 4.068,00).

- e. De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 4.068,01 até R\$ 6.102,00).
- f. De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 6.102,01 até R\$ 8.136,00)

6. Em qual bairro você mora?

---

### Perguntas específicas

7- Você conhece o termo 'Direito à cidade'? Diga, em poucas palavras, o que você entende por ele.

---

---

---

---

---

---

8- Você frequenta os espaços públicos da cidade?

- a. sim
- b. não

8.1- Com que objetivo você frequenta os espaços públicos de Itabuna? Pode selecionar mais de uma alternativa

- a. a passeio/descanso/lazer (ex: praticar atividades físicas, reuniões em praças e calçadas, passeio pelas ruas...)
- b. somente para chegar a algum lugar/ como passagem (ex: para chegar ao trabalho ou compromisso, transitar entre lojas...)
- c. a trabalho (ex: circula pelas ruas vendendo algo, entregando panfletos...)
- d. outros: \_\_\_\_\_

---

9- Como você frequenta o espaço urbano da cidade? (Pode selecionar mais de uma resposta)

- a. A pé

- b. De ônibus
  - c. De bicicleta
  - d. Meio de transporte particular
  - e. outros: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

10- Você já sofreu alguma situação de assédio/violência enquanto circulava pela cidade? Seja utilizando o ponto de ônibus, dentro do ônibus, enquanto andava de bicicleta, entre outros.

- a. sim
- b. não

11- Caso tenha respondido sim para a pergunta anterior e se sinta à vontade, compartilhe a sua experiência e o local onde ocorreu o assédio/violência: (resposta não obrigatória)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12- Alguma vez você já repensou a roupa com a qual iria sair de casa para evitar situações constrangedoras/ de assédio ou violência na rua? Por que?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13- Você evita circular pelas ruas da cidade sozinha em algum horário específico?

- a. sim, a noite
- b. sim, a tarde
- c. sim, pela manhã
- d. sim, a qualquer horário
- e. não, circulo pelas ruas a qualquer horário sozinha

14- Você tem algum costume/ritual específico ao frequentar as ruas sozinha? Ex: andar mais rápido, esconder o celular, não usar roupas curtas, evitar horários e ruas pouco movimentadas etc.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15- Existe algum lugar da cidade pelo qual você evita circular sozinha? Por quê? Descreva qual emoção você sente ao frequentar esse lugar. Ex: Pode ser algum bairro ou rua específica,

praças, pontes ou passarelas, entre outros, onde você sinta medo/ansiedade entre outras emoções.

---

---

---

---

---

16- Quais são as emoções sentidas ao frequentar a cidade? Pode selecionar mais de uma

- medo
- ansiedade
- insegurança
- pânico
- tranquilidade
- felicidade
- segurança
- liberdade
- outras:

---

17- Quais características físicas da cidade te fazem sentir SEGURA de caminhar pelas ruas sem medo/ansiedade? Pode selecionar mais de uma

- ruas movimentadas com pessoas
- ruas bem iluminadas
- ruas com policiais
- ruas com câmeras de segurança
- ruas comerciais
- ruas residenciais
- ruas não/pouco movimentadas
- ruas com muitas árvores
- outros:

---

18- Quais características físicas da cidade te fazem sentir INSEGURA de caminhar pelas ruas? Pode selecionar mais de uma.

- ruas movimentadas com pessoas
- ruas mal iluminadas
- ruas com policiais
- ruas comerciais a noite
- ruas residenciais
- ruas não asfaltadas
- ruas com terrenos baldios e matagais
- ruas não/pouco movimentadas
- ruas com muitas árvores
- outros:

---

19- Alguma vez você já participou, ou foi convidada a participar, de alguma reunião promovida pelo poder público que buscasse ouvir suas experiências vividas na rua?

- a. sim
- b. não

20- Você acha que o poder público inclui as experiências das mulheres em suas propostas de planejamento urbano? Por quê?

---

---

---

---

---

21- Você considera que Itabuna seria mais segura e atenderia melhor suas necessidades caso as suas experiências vividas nas ruas fossem ouvidas e incluídas no planejamento da cidade?

- a. sim
- b. não
- c. talvez

22- Você considera Itabuna uma cidade segura para as mulheres frequentarem as ruas a qualquer horário, com qualquer roupa, independentemente de estarem acompanhadas ou não? Por quê?

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você é convidada(e) a participar do projeto de pesquisa “**A mulher na cidade: Invisibilidade no planejamento urbano e opressões no espaço público de Itabuna-BA**”, da pesquisadora Milena Damasceno Nascimento, mestranda em Território, Ambiente e Sociedade, na Universidade Católica do Salvador – UCSAL, orientada pela professora Liliane Vasconcelos e coorientada pela professora Liana Viveiros.

A pesquisa busca analisar os impactos do planejamento urbano na rotina das itabunenses e a participação das mulheres no espaço público da cidade de Itabuna-Ba, entendendo como é a relação das itabunenses com a cidade e quais as emoções sentidas enquanto frequentam o meio urbano. A sua participação consiste em responder a este questionário, seja de forma presencial ou virtual, com perguntas sobre a sua relação com a cidade e quais seus sentimentos/sensações ao frequentá-la, possuindo duração de 10 minutos.

Os benefícios da sua participação consistem em contribuir com suas experiências e relatos de vivência, na intenção de identificar possíveis falhas no planejamento da cidade e possibilitar a proposta de soluções que promovam uma cidade mais segura e acolhedora para as mulheres.

Há a possibilidade de riscos de caráter emocional/psicológico no decorrer da pesquisa, devido ao teor das perguntas, e caso você julgue necessário, pode contar com a **assistência psicológica gratuita**, por meio do contato: ricardo.cruz@pro.ucsal.br

A sua participação na pesquisa não implica em ônus ou bônus pessoais diretos e nem danos financeiros, mas caso haja, haverá ressarcimento. **Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento ou não querer responder a determinada(s) pergunta(s)**, sem que isso represente qualquer tipo de penalidade ou prejuízo para você. Além disso, fica garantido que **os resultados obtidos serão utilizados para fins científicos, sendo resguardados o sigilo das informações e a confidencialidade dos dados, não havendo identificação de seu nome na pesquisa**. Cabe ressaltar que o meio virtual não está isento de riscos, porém no que tange a equipe de pesquisa, serão tomadas todas as medidas possíveis para que sejam evitados. **As participantes possuem a garantia de acesso a seus dados, a qualquer momento, e também ao resultado final da pesquisa**.

Em caso de dúvida ou denúncia, favor manter contato com com a pesquisadora, pelo endereço de e-mail: [milenadamasceno.nascimento@ucsal.edu.br](mailto:milenadamasceno.nascimento@ucsal.edu.br), com a orientadora pelo e-mail: [liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br](mailto:liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br), ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (CEP/UCSAL). Endereço: Av. Pinto de Aguiar, nº 2289, Pituaçu, Salvador, Bahia, CEP: 41740-090. Contatos: (71) 3203-8913 e [cep@ucsal.br](mailto:cep@ucsal.br).

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE tem duas vias, sendo uma da pessoa entrevistada e outra da pesquisadora.

**Eu, \_\_\_\_\_ declaro que, após convenientemente esclarecido pela(s) pesquisadora(s) e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar da presente pesquisa.**

\_\_\_\_\_  
Milena Damasceno Nascimento  
Mestranda – pesquisadora

Itabuna, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

## ANEXO A - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.413.949

### Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acata o parecer do relator e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1927845.pdf	11/05/2022 17:39:40		Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_psicologo.pdf	11/05/2022 17:36:23	MILENA DAMASCENO NASCIMENTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_a_mulher_na_cidade_MODIFICADO.pdf	11/05/2022 17:35:19	MILENA DAMASCENO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.pdf	11/05/2022 17:34:24	MILENA DAMASCENO NASCIMENTO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	14/04/2022 16:35:05	MILENA DAMASCENO NASCIMENTO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_confidencialidade.pdf	09/04/2022 19:57:54	MILENA DAMASCENO NASCIMENTO	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 17 de Maio de 2022

Assinado por:  
Eliana Sales Brito  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio da  
**Bairro:** PITUAÇU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br